

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Larissa Rodrigues Natalino

FEMINISMO EM REDE: Mobilizações transmídia por meio de *hashtags*

Juiz de Fora

2021

Larissa Rodrigues Natalino

FEMINISMO EM REDE: Mobilizações transmídia por meio de *hashtags*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação
Área de concentração: Comunicação e Sociedade
Linha de pesquisa: Mídias e Processos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Carlos Pernisa Júnior

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Natalino, Larissa Rodrigues.

FEMINISMO EM REDE : Mobilizações transmídia por meio de hashtags / Larissa Rodrigues Natalino. -- 2021.
107 p.

Orientador: Carlos Pernisa Júnior

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2021.

1. Feminismo. 2. Hashtags. 3. Transmídia. 4. Rede Social. 5. Ativismo. I. Pernisa Júnior, Carlos, orient. II. Título.

Larissa Rodrigues Natalino

FEMINISMO EM REDE: Mobilizações transmídia por meio de *hashtags*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de pesquisa: Mídias e Processos Sociais

Aprovada em 25 de fevereiro de 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Pernisa Júnior - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora



Profª. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Universidade Federal de Juiz de Fora



Profª. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares

Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo privilégio de ter ao meu lado pessoas que me motivam a correr atrás dos meus sonhos, e que se dispõem a fazer o possível para que eu possa alcançá-los.

Ao meu pai Luiz Sérgio, que desde muito cedo colocou a educação como prioridade em nossas vidas e que nunca mediu esforços para apoiar minha caminhada. O apoio e exemplo da minha mãe Marley, que me criou em um lar repleto de amor, e demonstrou que com dedicação e esforço, sempre é possível alcançar seus objetivos e sonhos. Agradeço também à minha irmã Maria Luiza, que mesmo de longe, sempre me ajudou em meus momentos de insegurança e indecisão, oferecendo seu apoio emocional, sua opinião e tudo mais o que eu precisasse.

Agradeço à minha avó Helena que sempre nos cercou de amor, e a minha família que fez minhas voltas para casa serem ainda mais especiais. Com muito amor e saudade, lembro também do meu primo Matheus (*in memoriam*), que em sua vida me inspirou a seguir no caminho da comunicação e me apoiou durante todo o período em que realizei minha graduação. Ao meu namorado Daniel, agradeço por toda paciência, dedicação, confiança depositada em mim e no meu trabalho, e seu incansável incentivo.

Ao meu querido orientador Junito, a minha gratidão pelos ensinamentos que vão além dessa pesquisa, por toda à dedicação durante este período e também pela sua paciência. Com a sua contribuição ao longo desses dois anos, pude finalizar esta dissertação, participar de congressos que foram experiências incríveis e também me tornar uma pesquisadora melhor. Guardarei com carinho os encontros às segundas-feiras, do grupo Laboratório de Mídia Digital. Aos integrantes do LMD, agradeço também por todo apoio nessa jornada, por cada presença em apresentações de congresso, conselhos e palavras amigas.

Em nome da professora Iluska Coutinho, agradeço à Comissão de Comunicação do PPGCOM da UFJF. Foram dois anos em que pude contribuir para a divulgação científica do nosso programa para além da comunidade e construir amizades incríveis. Aos meus amigos do mestrado, em especial, Lucas, Ana, Gabriela e Bárbara, dividimos os momentos de conquistas e felicidade, como a qualificação e os eventos científicos, e também alguns momentos de desespero, mas as palavras amigas, a disponibilidade em sempre ajudarmos uns aos outros, fez esse processo todo ser mais fácil e prazeroso.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Imagine viver em um mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas em que a noção de mutualidade é o *ethos* que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas – mulheres e homens – autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos ‘iguais na criação’. (HOOKS, 2018, n.p)

RESUMO

Em um contexto em que as tecnologias influenciam e ocasionam diversas mudanças à comunicação e aos processos sociais, o movimento feminista também tem se reorganizado. Essa dissertação apresentou então, a partir da metodologia de estudo de casos múltiplos (GIL, 2002; DUARTE e BARROS, 2005), manifestações feministas organizadas por meio de *hashtags*, que se desenvolveram no espaço digital, e também o extrapolaram. Analisou-se quatro *hashtags* – *#PrimeiroAssédio*, *#BelaRecatadaeDoLar*, *#UnVioladorenTuCamino*, *#GravidezAos10Mata* – que marcaram protestos feministas nos últimos anos, com o intuito de compreender os acontecimentos marcantes de cada um dos casos, mas também apresentar conclusões a partir de uma visão ampla do todo. Foi possível confirmar, a partir de Jenkins (2009), a circulação transmídia dessas *hashtags*, e a partir do entendimento das redes sociais digitais (RECUERO, 2012, 2018), do net-ativismo (DI FELICE, 2012, 2013a, 2013b) e da discussão acerca à midiatização (BRAGA, 2012; HJARVARD, 2012; FAUSTO NETO, 2008), foi possível compreender as novas dinâmicas de organização e circulação do feminismo. Com base na pesquisa e na análise realizadas, entendeu-se as *hashtags* feministas como um fenômeno que, apesar de plural, apresenta características em comum que as definem, sendo elas: um movimento global, internacionalizado; os protestos mais populares acontecem como reação a um acontecimento; a popularidade dos protestos é explorada para diversos fins; e, as *hashtags* circulam de forma transmídia e se associam umas às outras. Considerando autoras feministas como Simone de Beauvoir (1960), Bell Hooks (2018), Angela Davis (2016), e Heloísa Buarque de Hollanda (2018), notou-se como a pluralidade e a adaptação desse movimento a diversos momentos históricos e novas dinâmicas sociais, fazem parte daquilo que o define. Os resultados da análise revelaram ainda que essas *hashtags* potencializam protestos e manifestações por sua circulação transmídia, mas ao mesmo tempo são por vezes relacionadas a produções que ressignificam sua intenção principal. Entende-se, portanto, que essas *hashtags* feministas representam um avanço quanto à relação entre feminismo e mídia, mas revelam que ainda existe muito espaço para evolução nesse tema.

Palavras-chave: Feminismo. *Hashtags*. Transmídia. Rede Social. Ativismo.

ABSTRACT

In a context in which technologies influence and cause several changes to communication and social processes, the feminist movement, has also reorganized itself. This dissertation presented, it is based on the methodology of multiple case studies (GIL, 2002; DUARTE e BARROS, 2005), feminist manifestations organized through hashtags, which were developed in the digital space, and also extrapolated it. Four hashtags were analyzed – *#PrimeiroAssédio*, *#BelaRecatadaeDoLar*, *#UnVioladorenTuCamino*, *#GravidezAos10Mata* – that marked feminist protests in recent years, in order to understand the remarkable events of each case, but also to present conclusions from a vision of the whole situation. It was possible to confirm from Jenkins (2009) the transmedia circulation of these hashtags, and from the understanding of digital social networks (RECUERO, 2012, 2018), net-activism (DI FELICE, 2012, 2013a, 2013b) and the discussion about mediatization (BRAGA, 2012; HJARVARD, 2012; FAUSTO NETO, 2008), it was possible to understand the new dynamics of organization and circulation of feminism. Based on the research and analysis carried out, feminist hashtags were understood as a phenomenon that, although plural, has common characteristics that define them, namely: a global, internationalized movement; the most popular protests happen as a reaction to an event; the popularity of protests is exploited for a variety of purposes; and, hashtags circulate in a transmedia manner and associate with each other. Considering feminist authors such as Simone de Beauvoir (1960), Bell Hooks (2018), Angela Davis (2016), and Heloísa Buarque de Hollanda (2018), it was noted how the plurality and adaptation of this movement to different historical moments and new dynamics, are part of what defines it. The results of the analysis also revealed that these hashtags potentiate protests and demonstrations due to their transmedia circulation, but at the same time they are sometimes related to productions that resignify their main intention. It is understood, therefore, that these feminist hashtags represent an advance in the relationship between feminism and the media, but reveal that there is still a lot of room for evolution in this matter.

Keywords: Feminism. Hashtags. Transmedia. Social Network. Activism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Primeira Página da Declaração dos direitos da mulher e da cidadã	18
Figura 2 - Tweet de Alyssa Milano, origem do movimento “me too”	26
Figura 3 - Foto do ato contra Eduardo Cunha em Belo Horizonte.....	33
Figura 4 - Relação dos artigos analisados em cada grupo.....	37
Figura 5 - Interseção das palavras-chaves selecionadas para definição da amostra.....	37
Figura 6 - Sete princípios do Transmedia Storytelling, segundo Jenkins	43
Figura 7 – Half The Sky Movement: The Game	47
Figura 8 - 6x9: a virtual experience of solitary confinement	49
Figura 9 - Pessoas que deram depoimentos sobre suas experiências em uma cela solitária ...	49
Figura 10 - Primeiro <i>tweet</i> que faz menção a <i>hashtag</i> #PrimeiroAssédio.....	64
Figura 11 - Relato pessoal sobre assédio da integrante da Think Olga.....	64
Figura 12 – Relato pessoal sobre assédio marcado pela <i>hashtag</i> #FirstHarassed	65
Figura 13 - Tweet de ironização às denúncias em #PrimeiroAssédio.....	66
Figura 14 – Capa da Revista Época: “A primavera das mulheres”	68
Figura 15 - Vídeo: Época apoia #PRIMAVERADASMULHERES.....	68
Figura 16 - Capa do livro #MeuAmigoSecreto	69
Figura 17 - Publicidade com #MeuAmigoSecreto do filme As Sufragistas	70
Figura 18 - Matéria BELA, RECATADA E DO LAR da Revista Veja	71
Figura 19 – Música Bela, recatada e do Bar.....	73
Figura 20 - Publicidade Bela Recatada e do Bar da Cerveja Rio Carioca	74
Figura 21 - III Festival Bela Cientista e do Bar.....	74
Figura 22 - JAGUAR, “A censura”.....	75
Figura 23 - Mulheres apontam em coreografia do protesto #UnVioladorEnTuCamino.....	77
Figura 24 - Cartaz de convocação para ato Un violador en tu camino, do dia 25/11/2019.....	78
Figura 25 - Vídeo do ato Un violador en tu camino, do dia 25/11/2019.....	78
Figura 26 - Manifestação Un violador en tu camino, em Washington – Estados Unidos.....	79
Figura 27 – Manifestação Un violador en tu camino, em Paris - França	80
Figura 28 - Manifestação Un violador en tu camino, em Porto Alegre - RS, Brasil.....	80
Figura 29 - Manifestação #JustiçaPorMariFerrer utilizou de coreografia de #UnVioladorEnTuCamino	82
Figura 31 - Print do vídeo do ato #GravidezAos10Mata em Florianópolis – SC mostra diversas <i>hashtags</i>	88

Figura 32 – Faixas com menção ao aborto legal e ao caso no ato #GravidezAos10Mata em Florianópolis - SC..... 88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Princípios de Jornalismo Transmídia de Moloney	45
Tabela 2 – Ações transmídia ‘Half The Sky’	47
Tabela 3 - Principais campanhas feministas por hashtags que assumiram visibilidade nas mídias digitais entre os anos de 2015 e primeiro semestre de 2016	67
Tabela 4 - Quadro comparativo de análise do estudo de casos das Hashtags Feministas	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	LUTA E RESISTÊNCIA FEMINISTA.....	14
2.1	As ondas do movimento feminista ao longo do tempo.....	16
2.1.1	Primeiros registros feministas e a primeira onda	17
2.1.2	As vertentes feministas e a segunda onda	22
2.1.3	As contradições e complexidades da terceira onda.....	24
2.2	A identidade das mulheres brasileiras: de onde viemos e para onde vamos?.....	27
2.3	Surfando na onda do feminismo digital	31
2.4	Estado da arte em midiativismo feminista	36
3	EXISTE ATIVISMO TRANSMÍDIA?	40
4	MOBILIZAÇÃO FEMINISTA EM REDE	50
4.1	As redes sociais digitais e o net-ativismo	51
4.2	O espaço da mídia e as relações de poder.....	55
5	ESTUDO DE CASOS: HASHTAGS FEMINISTAS	62
5.1	<i>#PrimeiroAssédio</i> (2015) – Origem da Primavera das Mulheres	63
5.2	<i>#BelaRecatadaeDoLar</i> (2016) – Humor como forma de protesto.....	70
5.3	<i>#UnVioladorenTuCamino</i> (2019) – Manifestação sem fronteiras.....	76
5.4	<i>#GravidezAos10Mata</i> (2020) – Retomada do debate do aborto.....	84
5.5	Organização feminista por meio de <i>hashtags</i>	89
6	CONCLUSÃO.....	96
	REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

As *hashtags* feministas foram delimitadas como objeto dessa pesquisa, uma vez que proporcionam encontros, discussões e denúncias sobre assuntos pertinentes às mulheres, como o assédio sexual; pedofilia; machismo; violência contra a mulher; estupro; e aborto, temas que se encontram em evidência e discussão em espaços feministas, e fora deles. Entende-se essas *hashtags* como parte de uma nova forma de organização do movimento feminista perante a cultura da convergência (JENKINS, 2009a), ao apresentar temas recorrentes ao feminismo, além de novas questões próprias desse contexto digital. Por vezes, as *hashtags* atuam como *slogans* de campanhas ativistas que ocorrem de maneira espontânea; outras vezes representam campanhas intencionais buscando “viralizar” para chamar atenção para um assunto, e, de forma geral, convidam mulheres comuns a dividirem suas experiências e a fazerem denúncias sobre temas relevantes à sua atuação social, familiar e profissional.

Foram realizados quatro estudo de casos (GIL, 2002; DUARTE e BARROS, 2005) nesta pesquisa, a fim de buscar compreender a particularidade de cada um dos acontecimentos, e também tecer inferências acerca da organização feminista por meio de *hashtags* de forma ampla e geral. As *hashtags* utilizadas como objetos de análise para essa pesquisa são: (1) *#PrimeiroAssédio*, do ano de 2015, que marca a inauguração desse movimento de protestos feministas *online*; (2) *#BelaRecatadaeDoLar*, de 2016, que trata de protestos que utilizam do humor de forma crítica; (3) *#UnVioladorenTuCamino*, de 2019, que destaca a dimensão global que uma manifestação local ganhou; e (4) *#GravidezAos10Mata*, de 2020, marcada pela retomada do debate sobre o aborto no Brasil.

As discussões levantadas por essas *hashtags* transitam entre espaços físicos e digitais a partir de diversas mídias. Algumas discussões surgem, por exemplo, a partir de um programa de televisão, “viralizam” nas redes sociais digitais, e se desdobram em manifestações públicas no ambiente social. Outros casos também se desenvolvem em produtos midiáticos, que por vezes se utilizam dos temas feministas com intuito mercadológico. Analisa-se então, a partir da metodologia de estudo de casos múltiplos, como ocorre a circulação das mensagens presentes nas *hashtags*, de forma a traçar um entendimento sobre a lógica que permeia as manifestações de ativismo feminista que circulam de forma transmídia.

Essa dissertação, portanto, se dispõe a investigar como se configura a mobilização feminista por meio de *hashtags* feministas diante da sociedade e dos movimentos sociais organizados. Para tanto foi necessário realizar o estudo de casos múltiplos sobre cada uma das

hashtags, onde considerou-se os acontecimentos relacionados a cada um dos protestos e manifestações; investigou-se produções que dialogam com as narrativas criadas pelas *hashtags* feministas em sua construção de sentido; e, a partir dos dados levantados, buscou-se compreender como se configura o processo comunicacional das *hashtags* feministas e os seus desdobramentos na esfera social.

O presente trabalho se estrutura em cinco capítulos. O segundo capítulo apresenta o movimento feminista a partir de diversas perspectivas, que se dividem em quatro principais sessões. A primeira delas oferece um panorama histórico e global do movimento, por meio da apresentação das ondas feministas e suas características, e também evidencia documentos, produções, protestos e momentos marcantes para o movimento ao longo do tempo. Depois, apresenta-se uma sessão dedicada a contextualizar o desenvolvimento do feminismo no Brasil, diante das dinâmicas e situações próprias enfrentadas pelas mulheres brasileiras.

A terceira sessão do capítulo indica alguns protestos feministas que se desenvolveram no ambiente virtual e, a partir de conceitos e autores que discorrem sobre a relação dos movimentos sociais e à Internet, começa-se a construir um entendimento dos protestos que serão analisados no estudo de casos múltiplos. Encerra-se o capítulo apresentando um levantamento do estado da arte em midiativismo feminista, realizado em 2019, que foi fundamental para a pesquisa. A partir da consulta aos anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM) entre os anos de 2009 e 2018, pode-se refletir sobre a temática, destacar metodologias, conceitos e bibliografias normalmente utilizados nesses trabalhos, o que foi importante para rever as próprias escolhas metodológicas e conceituais desta pesquisa. Esses resultados foram explorados como novas possibilidades para discutir o problema investigado.

O terceiro capítulo surge a partir do tensionamento de uma das hipóteses da pesquisa quanto ao funcionamento das *hashtags* feministas de forma transmídia. Realiza-se uma reflexão conceitual quanto a existência de um ativismo transmídia, uma vez que não é um conceito amplamente difundido. A partir da imersão em alguns trabalhos que abordam o tema, apresenta-se possibilidades, características e também algumas experiências em ativismo transmídia, além de sua relação com o jornalismo transmídia.

Já no quarto capítulo, explora-se outros conceitos e possibilidades que podem ser utilizados para explicar as mobilizações feministas em rede. Aborda-se, na primeira sessão, os elementos e definições que fazem parte das redes sociais digitais (RECUERO, 2012, 2018). Após a compreensão desses elementos, discute-se, a partir de Di Felice (2012, 2013a, 2013b), o conceito de net-ativismo, que pode ser utilizado para caracterizar as diversas manifestações

feministas que ocorrem nos ambientes digitais e que são aqui abordadas. Entretanto, com o intuito de entender como essas manifestações se configuram e podem, a partir de uma atuação midiática, influenciar em dinâmicas sociais, desenvolve-se uma outra sessão que discute principalmente sobre o papel e lugar da mídia perante a sociedade. Para isso, apoia-se principalmente nos conceitos de midiatização (BRAGA, 2012; HJARVARD, 2012, 2014; FAUSTO NETO, 2008); de centralização midiática; e de campos sociais (BOURDIEU, 1998; RODRIGUES, 1999).

No quinto capítulo, é desenvolvido o estudo de casos múltiplos. Apresenta-se separadamente cada um dos casos das quatro *hashtags* selecionadas, *#PrimeiroAssédio*, *#BelaRecatadaeDoLar*, *#UnVioladorenTuCamino*, e *#GravidezAos10Mata*, de forma a contextualizar os acontecimentos que envolveram cada uma delas. Uma última sessão apresenta, em um quadro comparativo (Tabela 3), os dados e inferências que foram coletados a partir das seguintes categorias: (1) Versões da *hashtag*; (2) Temática/Protesto feminista; (3) Dimensão transmídia; (4) Relação direta a manifestações nas ruas; (5) Associação a outras *hashtags* feministas. A partir dos dados levantados ao longo da pesquisa teórica e também do estudo de casos, apresenta-se, ainda no quinto capítulo, algumas características do movimento feminista contemporâneo por meio de *hashtags*. O destaque dessas características tem como intuito a compreensão das *hashtags* analisadas como parte de um mesmo fenômeno, entretanto é válido ressaltar que se entende o movimento feminista como uma organização diversa, que se desenvolve e se organiza de forma plural.

2 LUTA E RESISTÊNCIA FEMINISTA

O movimento feminista tem atuado em espaços de resistência desde seu surgimento. Em um contexto mais recente, ele associou-se também a outras pautas de grupos minoritários de forma a reivindicar por políticas públicas que garantam igualdade aos sujeitos. Essas reivindicações são confrontadas com diversas instâncias sociais e políticas, em busca de alocação de recursos de diversas naturezas.

Desde o início do mandato do Presidente Jair Bolsonaro (sem partido), em 2019, coletivos e lideranças feministas brasileiras apontaram para um desmonte de alocação de recursos às causas e às questões sociais, principalmente no ministério que deveria ser focado na criação e investimento em políticas públicas para grupos em vulnerabilidade, inclusive as mulheres: o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em 2020, o ministério liderado por Damarens Alves gastou 53% do seu orçamento comprometido¹. De acordo com reportagem da Gênero e Número (2021), no Portal da Transparência é possível ainda verificar que, apesar de ter empenhado cerca de R\$ 61 milhões para o direito das mulheres, o valor efetivamente gasto foi de R\$ 2 milhões de reais, representando uma diferença de 97,3% entre o valor empenhado e o valor gasto.

Enquanto existe um déficit em investimento em políticas públicas e alocação de recursos para os direitos da mulher, os índices de desigualdade de gênero, violência doméstica e feminicídio continuam a representar um problema sistêmico no país. Uma reportagem do Portal G1 (2020a) revelou que, ao ano, “1.314 mulheres são mortas pelo fato de serem mulheres – uma a cada 7 horas, em média”. Já uma pesquisa realizada pela Gênero e Número e pela SOF Sempre Viva Organização Feminista, que entrevistou mulheres sobre as dinâmicas domiciliares na pandemia causada pelo vírus popularmente conhecido como coronavírus, demonstrou que 8,4% das entrevistadas afirmam terem sofrido violência doméstica e 91,2% das mulheres acreditam que a violência doméstica aumentou durante o período de isolamento social. A pesquisa apontou, ainda, para outros tipos de violência que foram potencializadas pela situação de quarentena e isolamento social, relacionadas à violência simbólica e velada, e à manipulação e ao controle, contemplando 11% das entrevistadas. Como as próprias pesquisadoras destacam no relatório da pesquisa, acredita-se que esses dados apontam também para um problema

¹ No orçamento do Estado, existe uma diferença entre os valores que são comprometidos – empenhados, e os que são efetivamente gastos. De acordo com o Portal da Transparência (2021): “Valor empenhado é o valor que o Estado reservou para efetuar um pagamento planejado. O empenho ocorre, por exemplo, após a assinatura de um contrato para prestação de serviço. Neste caso, quando o serviço for executado, o valor é liquidado e, quando o fornecedor de fato receber o valor, ele é considerado valor pago.”

existente quanto às mulheres reconhecerem a violência física e sexual por parte de seus parceiros.

Os dados ressaltados nessas pesquisas demonstram que é necessário e relevante investigar manifestações e protestos inscritos no movimento feminista, que de alguma forma se propõe a diminuir essas desigualdades. Acredita-se, ainda, que a atuação ativista feminista em espaços midiáticos pode influenciar diretamente na vida de mulheres vulneráveis. No caso das *hashtags* feministas, as discussões e pautas levantadas por elas por vezes ocupam lugares em que a temática feminista não seria normalmente abordada. Logo, a ocupação de diversos espaços, o reconhecimento das pautas de igualdade, do direito das mulheres, a apresentação de grupos e lugares de acolhimento, podem trazer diferenças significativas para a vida de diversas mulheres que fazem parte de grupos vulneráveis, uma vez que, a partir desse conhecimento, poderão buscar ajuda efetiva para situações de perigo que possam estar enfrentando.

A fim de buscar a compreensão de como se desenvolvem as dinâmicas de organização dos movimentos feministas contemporâneos, é imprescindível revisitar a história da origem desse movimento que vem se desenvolvendo durante séculos de maneira global. É importante também considerar conceitos e acontecimentos contemporâneos, ligados ao movimento.

Antes mesmo de se entender o feminismo como um movimento, ou no período conhecido como primeira onda, é possível destacar algumas mulheres que lutaram pela sua liberdade e de seu povo, pela igualdade de direito entre os gêneros e questionaram o lugar ocupado pela mulher na sociedade. Por isso, ao longo desse capítulo, apresenta-se brevemente alguns desses nomes que marcaram não só o movimento feminista como outros movimentos e organizações, como o movimento antiescravagista e a organização comunista, e destaca-se também os primeiros documentos feministas que se têm registro. Mesmo que a intenção dessas mulheres no período em que viviam não tenha sido inspirar todo um movimento social, as histórias de suas vidas e ações, os documentos e livros produzidos por elas, inspiram mulheres e o movimento feminista até os dias de hoje.

Apresenta-se também uma breve contextualização das conhecidas três ondas feministas com o intuito de oferecer um maior entendimento sobre o movimento. Pois, uma vez que os objetos de análise dessa pesquisa são as chamadas *hashtags* feministas, produto do feminismo contemporâneo, acredita-se ser imprescindível entender ao que esse movimento esteve relacionado nos últimos séculos, a fim de proporcionar o reconhecimento ao movimento feminista para as principais conquistas de gênero em nível social, econômico e político, a partir de protestos, manifestações e ações diversas.

A história da mulher e do feminismo no Brasil também é abordada. Apresenta-se a condição da mulher brasileira durante os séculos, a fim de fornecer um entendimento sobre o desenvolvimento do feminismo diante de características próprias do desenvolvimento da sociedade brasileira, e a partir da influência de acontecimentos nacionais, como, por exemplo, a ditadura militar brasileira (1964-1985).

Discute-se também sobre as dinâmicas do ativismo feminista que se desenvolvem incorporando as redes sociais digitais, apresentando alguns protestos do período da Primavera das Mulheres (REVISTA ÉPOCA, 2015), em que as dinâmicas digitais foram imprescindíveis para que as mulheres ocupassem as ruas em protesto. Para entender melhor sobre o desenvolvimento do ativismo digital, apoia-se em autores que tecem a relação de movimentos sociais diversos à Internet, apresentando suas características, além de uma apresentação específica sobre as definições acerca do movimento feminista contemporâneo.

Por fim, apresenta-se uma pesquisa de estado da arte em midiativismo feminista, realizada nos anais do INTERCOM entre os anos de 2009 e 2018, para verificar como os pesquisadores em comunicação têm abordado e pesquisado tais temas. A partir do resultado da pesquisa, revela-se autores e metodologias que são incorporados para a consideração do problema de pesquisa aqui exposto sobre a organização feminista por meio de *hashtags*, e, a partir desses entendimentos, aborda-se, em outros capítulos, conceitos além do midiativismo para discutir sobre as *hashtags* feministas.

2.1 As ondas do movimento feminista ao longo do tempo

O feminismo normalmente é estudado e compreendido em três ondas. A primeira delas se desenvolveu até mais ou menos a década de 1930 e tem como grande marco a conquista, em diversos países do mundo, da garantia do direito do voto pelas mulheres. A segunda onda é caracterizada principalmente pela luta das mulheres pelos direitos contraceptivos nos anos 1960 e à associação da temática feminista a outros diversos movimentos sociais que se desenvolveram no período. De acordo com Nancy Fraser (2007, p. 292), a segunda onda do movimento feminista pode ser compreendida em três fases. A primeira, segundo a autora, se caracteriza pela redistribuição daquilo que o feminismo defende. Esta surgiu da relação com os diversos movimentos sociais dos anos 60. Já a segunda fase emergiu no fim do século XX e se destaca ao apoio e reconhecimento da política de identidade, valorizando a diferença entre gêneros. Enquanto a terceira fase do feminismo, que, de acordo com Fraser, é mais recente, e ainda se desenvolvia na primeira década do século XXI, expande-se a outros países e se junta

a outros movimentos sociais em busca de uma política que integre três aspectos de forma equilibrada: a redistribuição, o reconhecimento e a representação. Já na terceira onda, às mulheres continuaram lutando para que seus direitos, muitos agora assegurados por lei, fossem respeitados e não colocados em dúvida. Essa fase é apontada como aquela que se desenvolve a partir do final do século XX e início do século XXI, e compreende-se a causa feminista de forma mais complexa e global. Incorpora-se com mais consciência à discussão e à luta feminista, causas e questões das mulheres que as diferenciam entre si, como raça, classe, sexualidade, nacionalidade, o que ficou conhecido como feminismo interseccional.

Com a incorporação das novas tecnologias ao movimento, e as mudanças que essas trouxeram às dinâmicas de organização e protesto, algumas pesquisadoras e pensadoras apontam ainda o desenvolvimento de uma quarta onda feminista, que data do fim da primeira década do século XXI, apesar de não ser um conceito totalmente difundido.

2.1.1 Primeiros registros feministas e a primeira onda

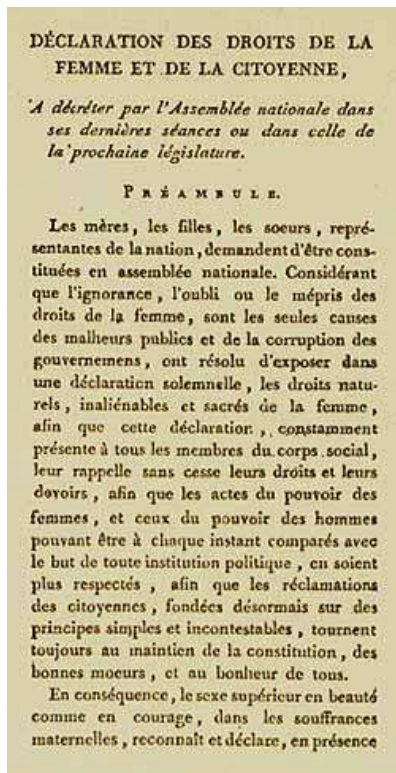
O primeiro manifesto feminista que se tem registro surge na França, em meio ao contexto do Iluminismo e da Revolução Francesa, que até então buscava assegurar direitos e liberdade às pessoas, mas falhavam em considerar a situação das mulheres. As conquistas da revolução, que incluíam documentos que garantiam seus direitos e explicavam o funcionamento do intelecto humano, se referiam apenas aos homens, e a ciência foi inclusive utilizada durante muitos séculos para justificar a dominação masculina, como, por exemplo, a justificativa de que o período menstrual das mulheres era responsável por limitar suas capacidades intelectuais e físicas. Durante muitos séculos, somente era oferecido às mulheres o espaço privado do lar, seja a partir de seus pais, maridos ou senhores no caso das mulheres escravizadas.

Em 1791, Olympe de Gouges, uma pensadora feminista, escreve a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, clamando por direitos políticos às mulheres, afirmando que as mulheres desempenharam um papel fundamental na Revolução Francesa, mas não colheram os frutos de tal revolução.

A Declaração de 1791 não é uma simples imitação da Declaração de 1789, onde a palavra Homem é apagada e substituída por Mulher. Olympe de Gouges inscreve a mulher até então esquecida, demonstrando, dessa forma, que a nação é efectivamente bissexuada e que a diferença sexual não pode ser um postulado em política, nem na prática da cidadania. [...] Resultado surpreendente, e paradoxal, da Revolução, em que a mulher teve um papel importante, já que foi graças a ela que o homem foi libertado dos seus ferros. Olympe de Gouges denuncia então a ingratidão do homem que impede à mulher a possibilidade de

aceder ao mesmo estatuto que ele após a queda do Antigo Regime. (ESCALLIER, 2010, n.p)

Figura 1 - Primeira Página da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*



Fonte: Zeteo Journal, 2016. Disponível em: <<https://zeteojournal.com/2016/11/21/french-revolution-declaration-gouges-rights-women/>>. Acesso em dez. 2020.

O documento proposto à Assembleia Nacional da França, durante a Revolução Francesa (1789-1799) por Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze, foi aprovado por tal Assembleia. Entretanto, por oferecer uma oposição pública aos líderes da revolução, como Robespierre, Gouze foi guilhotinada em 1793, “condenada como contra revolucionária e denunciada como uma mulher ‘desnaturada’.” (DIREITOS HUMANOS USP, 2020).

Além de Gouges, existiram outras mulheres apontadas como grandes nomes da emancipação feminina no mundo, antes mesmo do período apontado como a primeira onda feminista. Em 1792, Mary Wollstonecraft escreve a *Reivindicação dos direitos da mulher*, por exemplo. No prefácio da edição brasileira do livro, publicado em 2016, Moraes apresenta o documento como fundador do feminismo:

Eis um texto escrito em fins do século XVIII que continua atual. Por sua defesa veemente da igualdade entre os gêneros, Reivindicação dos direitos da mulher pode ser considerado o documento fundador do feminismo. Publicado em 1792, em resposta à Constituição Francesa de 1791, que não incluía as mulheres na

categoria de cidadãs, o livro denuncia os prejuízos trazidos pelo enclausuramento feminino na exclusiva vida doméstica e pela proibição do acesso das mulheres a direitos básicos, em especial à educação formal, situação que fazia delas seres dependentes dos homens, submetidas a pais, maridos ou irmãos. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 8)

Já no século XIX, é possível destacar a luta de diversas mulheres contra a escravidão, como Harriet Tubman e Sojourner Truth, que foram mulheres negras norte-americanas que agiram não só contra sua própria escravidão, mas também auxiliaram outras pessoas escravizadas a fugir. O envolvimento das mulheres do século XIX no movimento antiescravagista foi notável. Entretanto, as mulheres brancas feministas não eram unanimemente antiescravagistas. Logo, diversas mulheres negras deste período foram também as primeiras a apontarem o preconceito de classe e raça presente no movimento feminista que se desenvolvia nos Estados Unidos, e como destaca Bell Hooks (2018), existiu na origem deste movimento uma falta de consideração com as questões específicas ligadas a essas mulheres:

Não importou quantas mulheres brancas da classe trabalhadora ou mulheres negras individuais encabeçaram o movimento das mulheres em direções radicais. No fim das contas, mulheres brancas com poder de classe declararam ser donas do movimento, serem líderes, e o resto era um grupo de seguidoras. Relações parasíticas entre as classes ofuscaram questões de racismo, nacionalidade e gênero no neocolonialismo contemporâneo. E o feminismo não se manteve indiferente a essa dinâmica. (HOOKS, 2018, n.p)

É importante pontuar como essas relações de poder de classe e raça dentro do movimento feminista estiveram presentes desde sua origem, uma vez que até hoje existem críticas de mulheres do movimento negro de todo o mundo ao chamado feminismo branco. Como bem aponta Bell Hooks (2018), não é possível livrar uma sociedade de opressão e preconceito sem considerar também as opressões de classe e raça que atravessam o gênero.

Além da luta pelo direito político e de liberdade, no século XIX, as reivindicações feministas também estiverem ligadas à luta pela educação das meninas e mulheres e, por consequência, a sua inserção no mercado de trabalho.

A turbulenta década de 1830 foi de intensa resistência. A rebelião de Nat Turner, no início do decênio, anunciava de modo inequívoco que a população negra estava profundamente insatisfeita com seu destino de escravidão e, mais do que nunca, determinada a resistir. Em 1831, ano da rebelião de Nat Turner, nasceu o movimento abolicionista organizado. O início da década também foi de greves e paralisações nas fábricas têxteis do Nordeste do país, operadas em grande parte por mulheres jovens e crianças. Na mesma época, mulheres brancas de origem mais abastada começavam a lutar pelo direito à educação e por uma carreira fora de casa. (DAVIS, 2016, p. 59)

Nos Estados Unidos, em 1865, ocorreu a abolição da escravatura, e como já destacado anteriormente, as mulheres, principalmente negras, desempenharam um papel importante na luta antiescravagista. Nesse período é possível destacar a atuação feminista também por meio da literatura. Na temática escravagista, o conhecido livro *A cabana do Pai Thomas*, de Harriet Beecher Stowe, publicado em 1851, despertou a empatia de diversas pessoas sobre a questão da escravidão, entretanto como aponta Angela Davis, apesar de se tratar de uma obra antiescravagista popular da época, “perpetuava as ideias racistas que justificavam a escravidão e as noções sexistas que fundamentavam a exclusão das mulheres da arena política na qual se travava a batalha contra a escravidão”. (DAVIS, 2016, p. 57)

Outros diversos livros foram escritos e publicados entre os séculos XIX e o século XX por autoras mulheres, que, apesar de se tratarem na maioria das vezes de histórias de ficção, retratavam bem o período em que foram escritos, muitas vezes contestando o papel exercido pela mulher da época. Dentre elas, pode-se destacar obras muito conhecidas como *Orgulho e preconceito*, de Jane Austen, publicado em 1813; *A autobiografia de Alice B. Toklas*, escrita por sua companheira Gertrude Stein, em 1930; e ainda as obras de Virginia Wolf, que misturavam manifestos feministas à ficção.

A conquista feminista mais conhecida popularmente está relacionada ao sufrágio universal. A luta pelo voto feminino, de acordo com Breen e Jordahl (2019), já era pauta no Reino Unido em 1897, com a fundação da primeira associação nacional pelo direito de voto da mulher, a “União Nacional pelo Sufrágio Feminino”. No entanto, foi somente entre 1912 e 1913 que o conhecido Movimento das Sufragistas, formado por muitas mulheres da alta sociedade e algumas professoras, enfermeiras e operárias, começou a realizar protestos movidos pelo lema “ações e não palavras”. Entre suas ações, elas realizaram incêndios, bombardeios, se acorrentavam às grades e depredavam vitrines de lojas para chamar atenção a suas pautas e questionar o típico papel feminino (BREEN e JORDAHL, 2019).

Entre as ações mais famosas das sufragistas estão o bombardeio à casa de campo do futuro primeiro-ministro David Lloyd George e o incidente com a sufragista Emily Davison que se jogou na frente de um cavalo do Rei Jorge V durante uma corrida, em 4 de junho de 1913. Emily foi pisoteada e morreu dias depois por causa dos ferimentos. (BREEN e JORDAHL, 2019, p. 44-45)

Além do Movimento das Sufragistas, existia um movimento feminista na década de 1910 que considerava a exploração das mulheres trabalhadoras, não apenas pelo fato de fazerem parte do proletariado, mas também por estarem suscetíveis a outros tipos de explorações específicas de gênero. Em 1910, aconteceu a primeira Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhague, relacionando a causa feminista à da luta de classes (BREEN e

JORDAHL, 2019). Neste movimento surgiram algumas lideranças, como Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo. Zetkin foi, inclusive, uma das responsáveis pela instituição do dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher:

No Brasil vê-se repetir a cada ano a associação entre o Dia Internacional da Mulher e o incêndio na Triangle, quando na verdade Clara Zetkin o tenha proposto em 1910, um ano antes do incêndio. É muito provável que o sacrifício das trabalhadoras da Triangle tenha se incorporado ao imaginário coletivo da luta das mulheres. Mas o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e européias há algum tempo e foi ratificado com a proposta de Clara Zetkin. (BLAY, 2001, p.605)

De acordo com Breen e Jordahl (2019), já em 1911, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, mais de 1 milhão de mulheres foram às ruas. Alguns anos depois, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) influenciou diretamente nas dinâmicas da divisão sexual do trabalho em todo o mundo. Ao Movimento das Sufragistas no Reino Unido, a guerra resultou na soltura das presas políticas, uma vez que o governo necessitava da mão de obra dessas mulheres em diversos segmentos. Ao movimento operário internacional, a guerra foi a responsável por quebrar a união do grupo que era formado por pessoas de nacionalidades distintas (BREEN e JORDAHL, 2019). Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo eram pacifistas, publicamente contrárias à guerra, e fundaram o Movimento Comunista pela Paz, o que resultou em suas prisões. Rosa Luxemburgo foi fuzilada junto a seu companheiro em 1919, e Zetkin viveu exilada na Rússia até seus 76 anos, lutando pela paz e pelo socialismo (BREEN e JORDAHL, 2019).

Para as mulheres negras, como bem aponta Angela Davis (2016), a divisão sexual do trabalho não era uma pauta tão urgente, pois, desde a época da escravidão, elas eram exploradas desenvolvendo os mesmos trabalhos que os homens. Entretanto, estiveram ainda mais suscetíveis a castigos e torturas de teor sexual.

Vale repetir: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. [...] Mais uma vez, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas. (DAVIS, 2016, p. 42-43)

Após o fim da guerra, em 1918, o voto feminino foi conquistado no Reino Unido para mulheres com mais de 30 anos, e o sufrágio universal foi enfim implementado no ano de 1928

(BREEN e JORDAHL, 2019). Em alguns anos, diversos outros países do mundo seguiram a tendência a partir de protestos feministas. No Brasil, o sufrágio universal foi conquistado em 1932.

2.1.2 As vertentes feministas e a segunda onda

A segunda onda feminista é normalmente relacionada às conquistas e manifestações dos anos 60. Da década de 30 até 60, entretanto, a luta feminista não ficou estagnada. É possível apontar produções marcantes no período. Simone de Beauvoir publicou uma das obras feministas mais reconhecidas de todos os tempos: *O segundo sexo*, em 1949. Nesse livro, Beauvoir questiona a posição da mulher na sociedade a partir de uma visão sociológica. A autora demonstra como a mulher é enxergada como “o outro” na sociedade. Ela debate sobre a naturalização da dominação masculina respaldada na biologia. Muitas características femininas, até então encaradas como naturais, foram questionadas por ela como construções sociais e uma de suas frases de maior impacto gera discussões até hoje: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

De acordo com Nancy Fraser (2007), a primeira fase da segunda onda feminista tem como marco inicial o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esta fase surgiu da relação com os diversos movimentos sociais da década. Martín-Barbero também aponta que nesse período os movimentos políticos e os “novos sujeitos-atores sociais” irrompem a “cotidianidade, a heterogeneidade e conflitividade do cultural” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 63). Na década de 60, nos países que se industrializavam, as mulheres operárias já faziam parte dos movimentos sindicais, mas até então a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerciam as mesmas tarefas não era uma pauta considerada nesse movimento, cenário que começou a mudar neste período (BLAY, 2001).

Ainda neste período, os direitos reprodutivos femininos foram cada vez mais colocados em discussão. De acordo com Hooks (2018), apesar das discussões acerca de métodos contraceptivos e planejamento familiar, o aborto foi a principal pauta do feminismo norte-americano nesta época, por despertar maior identificação às mulheres brancas.

Olhando em retrospecto, é evidente que ressaltar o aborto em vez de ressaltar direitos reprodutivos como um todo refletia o preconceito de classe das mulheres que encabeçavam o movimento. Enquanto a questão do aborto foi e permanece relevante para todas as mulheres, houve outras questões reprodutivas que eram tão vitais quanto, que precisavam de atenção e poderiam ter servido para incentivar multidões. Essas questões iam desde educação sexual básica, controle pré-natal, medicina preventiva – que ajudassem mulheres a compreender como o corpo funciona – à esterilização forçada, cesarianas

desnecessárias e/ou histerectomias e as complicações médicas que esses procedimentos causavam. (HOOKS, 2018, n.p)

Entretanto, foi notável a mudança no estilo de vida das mulheres a partir da pílula anticoncepcional. Não só para as mulheres norte-americanas, a popularização dos métodos contraceptivos em diversos países do mundo resultou em novos modelos familiares, maior independência feminina, tornou possível a realização de planejamento familiar, além da liberdade sexual.

Duas diferentes vertentes feministas com diversas diferenças entre si ganharam expressão na década de 60: o feminismo radical e o feminismo liberal. O feminismo liberal teve como uma de suas principais lideranças Betty Friedan, que publicou o livro *A mística feminina*, em 1960. Apesar de não se tratar de um manifesto, condizia com a afirmação da autora de que “o pessoal é político” (ROSEN, 2000). O feminismo liberal, portanto, buscava, desde então, a integração feminina nos mesmos espaços ocupados pelos homens, mas foi muitas vezes criticado pela visão simplista de que todas mulheres estariam em condições iguais de realizar esse tipo de ocupação, sem considerar questões que diferenciavam o ponto de partida dessas mulheres, como raça e classe (REIF, 2019).

Já o feminismo radical ganhou evidência na década de 60 a partir do depoimento de mulheres que denunciavam ser silenciadas por homens dentro dos movimentos sociais de esquerda de que participavam no período (SHULMAN, 1980). De acordo com essa vertente feminista, a opressão de gênero estaria na raiz de todas as outras opressões, e, portanto, deveria ser combatida, pois acreditava-se que “a superação da subordinação das mulheres significaria a superação de todas as outras formas de subordinação também” (THOMPSON, 2001, p. 135).² De acordo com Thompson, o feminismo radical tinha essa visão pelo fato de que as mulheres foram as primeiras a serem escravizadas:

A opressão das mulheres, argumentou-se, forneceu o modelo para todas as outras formas de opressão porque aconteceu pela primeira vez na história humana. As mulheres foram o primeiro grupo social a ser escravizado. Uma vez que os homens aprenderam que outros seres humanos, nomeadamente mulheres, podem ser escravizados, eles aplicaram esse modelo a outros grupos de homens. THE FEMINISTS, um grupo de feministas radicais formado em Nova York em outubro de 1968, disse em seu manifesto: “Mulheres, ou 'pessoas do sexo feminino', foram a primeira classe a ser separada da humanidade e, portanto, negada sua humanidade”. (THE FEMINISTS, 1969, p.360 *apud* THOMPSON, 2001, p.133)³

² Tradução da autora. Texto original: “*the overcoming of women’s subordination would mean the overcoming of all other forms of subordination as well.*”

³ Tradução da autora. Texto original: “*The oppression of women, it was argued, provided the model for all other forms of oppression because it happened first in human history. Women were the first social*

Uma outra vertente feminista que ganhou ainda mais evidência na virada do século XXI foi a do feminismo interseccional. Entretanto, em 1989, o termo interseccionalidade já teria sido cunhado pela feminista Kimberlé Crenshaw (AKOTIRENE, 2019), se referindo a uma vertente feminista que reconhece que todas as mulheres devem ter igualdade de direitos, mas que deve haver o reconhecimento de questões específicas que elas enfrentam a partir de diferentes opressões, como de raça e classe.

A interseccionalidade propunha enfrentar casos de violência contra as mulheres de cor, lidar com a interconexão das estruturas em direção às mulheres, verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, atravessada pela experiência coletiva da mulher negra, não presa às geografias do saber estadunidenses. Importante dizer que mulheres negras precisavam de uma resposta metodológica que abarcasse múltiplos sistemas de opressão numa resposta teórica engajada. (AKOTIRENE, 2019, p. 100)

Apesar de teoricamente ter sido cunhado ainda dentro do contexto da segunda onda feminista, é possível perceber a prática do feminismo interseccional com mais clareza em ações, protestos e organizações da terceira onda.

2.1.3 As contradições e complexidades da terceira onda

Com um mundo cada vez mais plural, principalmente no que diz respeito à ascensão de movimentos sociais, surge a terceira onda feminista no fim do século XX e início do século XXI. No livro *Third-wave feminism: a critical exploration* (2004), as autoras Gillis, Howie e Munford ressaltam que não existe um acordo quanto à definição da terceira onda feminista, marcada simplesmente como o período feminista que surgiu após a segunda onda. Entretanto, apontam algumas características marcantes desse período que integra o movimento feminista, ligadas principalmente à proliferação de identidades: “A diferença de classe, a diversidade racial, as multiplicidades de orientação sexual e identidade de gênero tornaram-se as bases de diferentes tipos de políticas de identidade”⁴ (GILLIS, HOWIE E MUNFORD, 2004, n.p). De acordo com as autoras: “O feminismo mudou para formas relacionadas de política de oposição,

group to be enslaved. Once men learned that other human beings, namely women, could be enslaved, they applied that model to other groups of men. THE FEMINISTS, a group of radical feminists formed in New York in October 1968, said in their manifesto: ‘Women, or “females”, were the first class to be separated out from humanity and thus denied their humanity’ (THE FEMINISTS, 1969: 360).’

⁴ Tradução da autora. Texto original: “Class difference, racial diversity, the multiplicities of sexual orientation and gender identity have been made the bases of different kinds of identity politics”.

embora seja repetidamente declarado morto pela mídia”⁵ (GILLIS, HOWIE E MUNFORD, 2004, n.p)

Já a pesquisadora feminista Elizabeth Evans apresenta que, na verdade, as diversas atribuições diferentes à terceira onda feminista são exatamente aquilo que a define:

O termo “feminismo de terceira onda” tem sido interpretado de maneiras múltiplas e frequentemente contraditórias. Tem sido visto como uma marca neoliberal do feminismo (Wlodarczyk, 2010) e como um engajamento feminista mais explícito com as agendas de justiça social global (Heywood e Drake, 1997). Alguns observam que o feminismo da terceira onda busca recuperar e subverter as noções tradicionais de feminilidade (Groeneveld, 2009), enquanto outros o consideram uma defesa polêmica da feminilidade (McRobbie, 2009). É frequentemente associado a mulheres não brancas e à interseccionalidade (Labaton e Lundy Martin, 2004) e, ainda assim, o predomínio de vozes heterossexuais de classe média branca também foi observado (Henry, 2004). A natureza anti-acadêmica da terceira onda (Hernández e Rehman, 2002; Bobel, 2010) está em conflito com a óbvia influência antiessencialista do pós-estruturalismo e pós-colonialismo (Hines, 2005; Dean, 2010; Budgeon, 2011). Finalmente, tem sido usado geralmente para descrever o ativismo feminista pós-1970, ou a segunda onda (Zack, 2005; Redfern e Aune, 2010), e como uma forma de sinalizar uma geração específica de ativistas feministas que constituem a Geração X (Baumgardner e Richards, 2000; Shugart, 2001). **A confusão em torno do que constitui o feminismo de terceira onda é, em alguns aspectos, sua característica definidora** (Walker, 1995; Siegal, 2007; Finley e Reynolds Stringer, 2010); daí a necessidade de evitar apresentar a terceira onda do feminismo como monolítica.⁶ (EVANS, 2015, p. 19)

Já na segunda década do século XXI, o impacto das redes sociais digitais na vida das pessoas também significou em mudanças nas formas de organização dos movimentos sociais. O movimento feminista, principalmente desde 2010, tem se desenvolvido incorporando diversas temáticas locais e globais a protestos e discussões, utilizando da Internet para

⁵ Tradução da autora. Texto original: “*Feminism has moved towards related forms of oppositional politics while being itself repeatedly declared dead by the media*”.

⁶ Grifo e tradução da autora. Texto original: “*The term ‘third wave feminism’ has been interpreted in multiple and often contradictory ways. It has been viewed as both a neoliberal brand of feminism (Wlodarczyk, 2010) and as a more explicit feminist engagement with global social justice agendas (Heywood and Drake, 1997). Some note that third wave feminism seeks to reclaim and subvert traditional notions of femininity (Groeneveld, 2009) whilst others consider it a polemical defence of girliness (McRobbie, 2009). It is frequently associated with women of color and intersectionality (Labaton and Lundy Martin, 2004) and yet the dominance of white, middle-class heterosexual voices has also been observed (Henry, 2004). The anti-academic nature of the third wave (Hernández and Rehman, 2002; Bobel, 2010) is at odds with the obvious anti-essentialist influence of post-structuralism and post-colonialism (Hines, 2005; Dean, 2010; Budgeon, 2011). Finally, it has been used generally to describe post-1970s, or second wave, feminist activism (Zack, 2005; Redfern and Aune, 2010) and as a way of signalling a specific generation of feminist activists who constitute Generation X (Baumgardner and Richards, 2000; Shugart, 2001). The confusion surrounding what constitutes third wave feminism is in some respects its defining feature (Walker, 1995; Siegal, 2007; Finley and Reynolds Stringer, 2010); hence, the need to avoid presenting the third wave of feminism as monolithic*”.

divulgação e chamada à ação. Dentre eles, destaca-se a campanha #MeToo, em português “eu também”, que surgiu a partir do *tweet* de Alyssa Milano (Figura 2), que foi postado após a “condenação pública do produtor de cinema Harvey Weinstein, cuja longa história de violência sexual contra mulheres foi exposta pelo The New York Times em 5 de outubro de 2017” (LAZARD, 2020, n.p). De acordo com Lisa Lazard (2020), a atriz utilizou a expressão *me too*, a partir de um movimento fundado por Tarana Burke em 2006.

Figura 2 - *Tweet* de Alyssa Milano, origem do movimento “me too”



Fonte: Captura de tela – Perfil Alyssa Milano no Twitter, dezembro de 2020.

Em apenas 24 horas, 12 milhões de postagens no Facebook usando a hashtag foram escritas ou compartilhadas e em 48 horas a *hashtag* foi compartilhada quase um milhão de vezes no Twitter (Lawton, 2017). O objetivo inicial de Milano para #MeToo era “dar às pessoas uma noção da magnitude do problema”. Em outras palavras, foi um ativismo discursivo, com o objetivo de mudar o significado de “assédio e agressão sexual”, ampliando a compreensão de quem são suas vítimas/sobreviventes. (BOYLE, 2019, p. 3)⁷

De acordo com Karen Boyle (2019), a partir do destaque midiático aos diversos depoimentos e denúncias das mulheres famosas, é importante considerar esse movimento como

⁷ Tradução da autora. Texto original: “*Within just 24 hours, 12 million Facebook posts using the hashtag were written or shared and within 48 hours the hashtag had been shared nearly a million times on Twitter (Lawton 2017). Milano’s initial aim for #MeToo was to “give people a sense of the magnitude of the problem”. In other words, it was discursive activism, aiming to change what “sexual harassment and assault” means by expanding the understanding of who its victims/survivors are.*”

parte integrante do ativismo digital feminista, “mas também como um objeto de comentário da mídia hegemônica” (BOYLE, 2019, p. 4).⁸

Portanto, como já visto, a terceira onda feminista, ou ainda por vezes chamada de quarta onda, ainda se desenvolve e é marcada por diversas contradições. O feminismo atual está nas ruas, nas mídias; é às vezes associado a produtos capitalistas, enquanto algumas vertentes feministas acreditam que a opressão capitalista está ligada à de gênero; lida com questões plurais de sexualidade, raça, etnia; e apresenta lideranças locais que discordam até mesmo em questões ligadas especificamente ao gênero. Essas complexidades e contradições são inclusive utilizadas como críticas ao movimento, com a justificativa de que representam um enfraquecimento do feminismo, mas, para muitos grupos feministas, acredita-se que as contradições existem justamente por refletir a diversidade de identidades, pensamentos e estilos de vida diferentes que atravessam a vida das mulheres do século XXI.

2.2 A identidade das mulheres brasileiras: de onde viemos e para onde vamos?

A fim de discutir sobre a opressão masculina e o papel exercido pela mulher na sociedade brasileira, é interessante construir uma linha do tempo da sua história específica. Os primeiros documentos que apresentam as mulheres brasileiras foram feitos por meio de relatos que os viajantes europeus fizeram sobre as índias que encontraram em terras brasileiras. É importante ressaltar que esses documentos retratam a vida dessas mulheres a partir de um ponto de vista euro-centrado, com um discurso marcado por julgamentos e desprezo sobre a cultura indígena, como aponta a historiadora brasileira Del Priore (2007).

De acordo com esses relatos dos homens europeus, as mulheres nos primórdios da colonização brasileira já desenvolviam funções sociais próximas aos valores femininos valorizados na sociedade europeia. Segundo Del Priore (2007):

E o que é mais admirável: vivem todas em boa paz, sem ciúmes nem brigas, obedientes todas ao marido, preocupadas com servi-lo dedicadamente nos trabalhos do lar, sem disputas nem dissensões de qualquer espécie. (D'ABBEVILLE, 1975, p. 223)

Esse relato aponta para as raízes da opressão masculina numa sociedade brasileira marcada pelas dinâmicas patriarcais. Percebe-se essas configurações que definem papéis sociais às mulheres ligados ao lar e à família, a partir da consideração dos relatos que

⁸ Tradução da autora. Texto original: “*In this sense, it is important to investigate #MeToo not only as a facet of digital feminist activism (Mendes et al. 2019), but also as an object of mainstream media commentary.*”

apresentam as dinâmicas sociais entre as mulheres e homens indígenas, povos primitivos do Brasil.

Outra representação social feminina redutora e alvo de crítica de diversas reivindicações feministas é a utilização da mulher como um objeto erótico. Além das mulheres terem sido subjugadas à posição doméstica nas primeiras sociedades brasileiras, este tipo de representação feminina também é antigo.

A utilização da mulher como “objeto erótico” no Brasil data da colonização com a chegada dos lusos e contatos com os ameríndios. As mulheres indígenas, por não utilizarem vestes, foram rotuladas de culpadas pelas violências sexuais que sofreram. Com a chegada dos africanos, as mulheres negras foram obrigadas a se constituírem como “amas de cama” dos seus senhores, em troca de uma vida menos penosa ou da liberação do trabalho na lavoura. (SCHAUN e SCHWARTZ, 2008, p. 2)

Durante muitos séculos, poucas foram as mudanças para a vida das mulheres brasileiras, que continuaram a viver de acordo com a sujeição masculina. De acordo com Del Priore (2007) as mulheres do século XIX eram excluídas de participar da sociedade de forma efetiva, não tinham acesso ou possibilidade de ocuparem espaços e exercerem cargos que os homens exerciam. Elas “ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores” (DEL PRIORE, 2007, p. 408), e, segundo a autora, até mesmo na arte as mulheres eram representadas de acordo com o interesse e com a visão masculina.

Entretanto, no século XIX, de acordo com a “cronologia do movimento feminista no Brasil”, apresentada pela pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto (2003), ocorreu a primeira expressão feminista no país. Em 1832, Nísia Floresta publicou o livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, um marco que contribuiu para o início dos debates sobre a condição feminina no Brasil. Já no fim do século, em 1881, ocorreram as primeiras reivindicações quanto ao voto feminino, ainda de forma individual. O tema foi discutido também na Constituinte republicana de 1891, e, apesar de não aprovado, o voto das mulheres não foi proibido explicitamente nos textos da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). A autora aponta que isto aconteceu porque a mulher “não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos” (PINTO, 2003, p. 16).

Nessa época, além das diferenças claras de papéis exercidos por homens e mulheres, elas eram comumente tidas como um sexo inferior. Existiram estudos no final do século XIX e início do século XX, que apontavam limitações “nas mulheres quanto à capacidade de operações mentais e cognitivas e ao poder de ambição, quando comparados o seu ao crânio

masculino” (SALVETTI, 2011, p. 164). É possível perceber até por meio de anúncios da época, que as mulheres eram julgadas, com amparo científico, como indivíduos que possuem distúrbios emocionais, com problemas “mentais” e “hormonais”.

Com a chegada da industrialização no Brasil, após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve mudanças na divisão sexual do trabalho, o que ocasionou uma maior ocupação das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, o domínio dos meios de produção ainda se encontrava com os homens e as aspirações femininas tinham que se submeter a certos limites, pois “as ofertas disponíveis, em geral, estavam próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições das mulheres: professora, enfermeira, datilógrafa, secretária” (SIMÕES *et al.*, 2012 n.p). A ocupação das mulheres no mercado de trabalho, ainda trouxe novas questões às mulheres, uma vez que o trabalho doméstico em geral, não deixa de ser tido como uma ocupação a qual elas são responsáveis, dessa maneira, forma-se uma dupla jornada de trabalho.

No livro *Uma história do feminismo no Brasil*, Céli Regina Jardim Pinto (2003) identifica três vertentes no movimento feminista brasileiro no período do século XX. A primeira delas, a mais organizada e com alcance nacional, é chamada pela pesquisadora como uma “face bem-comportada do feminismo brasileiro no período” (PINTO, 2003, p. 13). Ela caracteriza essa vertente dessa forma, uma vez que as mulheres, lideradas por Bertha Lutz, fundadora da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher em 1919, não definiam as relações de poder presentes nas questões de gênero como responsáveis pela exclusão feminina. Para elas, a luta pela sua inclusão como cidadãs não significava questionar a posição social ocupada pelos homens. Suas principais pautas incluíam “a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos” (PINTO, 2003, p. 14).

A segunda vertente apresentada pela autora (PINTO, 2003, p.14) é chamada de “feminismo difuso”. Essa vertente envolvia mulheres cultas, com profissões como professoras, jornalistas e escritoras. Além da questão política abordada na primeira vertente, essas mulheres debatiam temas mais abrangentes, como a educação feminina, dominação masculina, sexualidade e divórcio.

Já na terceira vertente, Céli Pinto (2003) destaca a presença de Maria Lacerda de Moura — autora do livro *A mulher é uma degenerada?* de 1924. Essa vertente se manifesta aliada a movimentos políticos de esquerda, anarquistas e comunistas. A temática central discutida pelas mulheres dessa vertente circundava a questão da exploração do trabalho “articulando as teses

feministas aos ideários anarquistas e comunistas” (PINTO, 2003, p. 14). Para a autora, essa vertente foi a “menos comportada” dos feminismos no período.

Nos anos 30, os ideais feministas começaram a ganhar força no Brasil. Em 1932, com o novo Código Eleitoral, mulheres que exerciam atividades remuneradas puderam exercer o direito de voto. A partir das representações femininas que eclodiram com o movimento, foram criadas novas “possibilidades existenciais para as mulheres de então, grande diversidade de olhares para essa nova realidade social e cultural traduzida na inexorável investida feminina sobre os espaços públicos” (CAMPOS, 2007, p. 120).

Os anos 50 no Brasil trouxeram inúmeras inovações na área tecnológica e industrial do país, conduzindo também a mudanças sociais. A sociedade passa a adquirir com ainda mais veemência o hábito do consumo, as mulheres ganham uma maior preocupação e pressão com a estética e começam a ocupar mais cargos fora de casa, já que o trabalho doméstico é facilitado com a chegada dos eletrodomésticos.

A partir da década de 60, o movimento feminista se organizou no Brasil, trazendo mudanças nos hábitos das mulheres. Com a pílula anticoncepcional, assim como aconteceu no resto do mundo, foi possível para as mulheres brasileiras explorarem a sua sexualidade, realizar planejamento familiar e dessa forma conquistar maior liberdade no espaço público e privado. Entretanto, o regime militar brasileiro, que se instalou em 1964, trouxe alguns efeitos ao movimento feminista no país. As reivindicações feministas eram alvo de represálias, e o movimento organizado sofreu uma paralisação, ganhando forças novamente na década de 70 com uma forma de resistência. Foi em 1972 que “aparecem no Brasil os primeiros grupos da nova onda feminista” (PINTO, 2003, p. 108).

A Constituição de 1988, garantiu igualdade constitucional a homens e mulheres, trazendo mudanças sociais para as mulheres a partir da década de 90. Um grande marco da época foi a criação da “primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAM), em São Paulo” (PINTO, 2003, p. 109). Os anos 90 foram então para mulheres uma década em que muitas conquistas sociais e políticas marcaram as novas dinâmicas de gênero presentes na sociedade brasileira. No âmbito legal e com o amparo da lei, agora a mulher ocupava um local de maior igualdade com o homem. Entretanto, algumas contradições ainda eram responsáveis pela manutenção da desigualdade de gênero, como por exemplo, a presença de policiais homens nas delegacias para as mulheres que por vezes descreditavam e dificultavam suas denúncias.

De acordo com Soares (2006, p. 29), o sucesso na vida profissional das mulheres tornou-se um grande motivo de sua preocupação e, ao mesmo tempo, também a procura pelo corpo perfeito dentro do padrão de beleza vigente na sociedade, e amplamente valorizado pela mídia da época, tornou-se um dos maiores marcos na personalidade da mulher da década de 90. Soma-se então a dupla jornada de trabalho e a pressão estética às dificuldades enfrentadas pelas mulheres do período.

Com a virada do milênio, as mulheres, que já estavam inseridas no mercado de trabalho e contavam com o amparo de leis específicas como a Lei Maria da Penha⁹, encontraram teoricamente uma diminuição de diferenças sociais entre elas e os homens, com muitos direitos assegurados. Entretanto, a dificuldade de aplicação dessas leis, da garantia de seus direitos e a administração da dupla jornada de trabalho¹⁰, apresentavam grandes desafios à mulher do novo século.

2.3 Surfando na onda do feminismo digital

A partir da compreensão da história feminina no Brasil, questiona-se a atuação do movimento feminista no país. De acordo com a pesquisadora feminista Céli Regina Jardim Pinto (2003), a virada do milênio trouxe um esmaecimento no movimento. Porém, para a própria autora, tal fenômeno pode ser entendido como parte da consequência da integração de pautas feministas às políticas públicas e das discussões e defesa dos direitos das mulheres terem sido popularizadas. Entretanto, num contexto ainda mais recente, como na chamada Primavera das Mulheres em 2015 (REVISTA ÉPOCA, 2015), foi possível perceber uma reorganização das pautas feministas em um movimento novamente.

Cristiane Costa destaca no capítulo intitulado “Rede” do livro *Explosão feminista* organizado por Heloísa Buarque de Hollanda (2018), que “ainda que a força das ruas não possa ser atribuída integralmente às redes sociais, a *Web* sem dúvida foi um fator estratégico e central das marchas feministas.” (HOLLANDA, 2018, n.p). Neste livro, é possível perceber um panorama de diversas manifestações feministas que se iniciaram nos ambientes digitais e se transportaram às manifestações sociais nas ruas. A autora apresenta que as redes sociais digitais

⁹ Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

¹⁰ De acordo com o IBGE, “a jornada semanal das mulheres dura em média 3,1 horas a mais que a dos homens considerando o tempo dedicado ao emprego e ao cuidado da casa e seus moradores”. Fonte: Valor Globo, 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/04/26/dupla-jornada-faz-mulheres-trabalharem-31-horas-a-mais-que-homens.ghtml>> Acesso em: 17 set. 2019.

têm atuado desde 2010, como “o mecanismo mais importante de mobilização política” (HOLLANDA, 2018, n.p). Ela sustenta seu argumento, apresentando que o *Twitter*, por exemplo, rede em que mais circulam as *hashtags*, foi criado inicialmente como uma expressão de militância para organizar manifestações contra ações do partido republicano dos Estados Unidos.

A Primavera das Mulheres, de acordo com a reportagem da revista *Época* (2015), iniciou-se a partir dos desdobramentos da *hashtag* *#PrimeiroAssédio*. A *hashtag* circulou no ciberespaço como parte de uma resposta a comentários com teor machista e pedófilo sobre a participante Valentina, de 12 anos, do programa de TV *Masterchef Júnior*, da rede Bandeirantes. A *hashtag* então foi empregada pelas mulheres para realizarem denúncias e apresentarem depoimentos sobre as primeiras experiências de assédio que sofreram, muitas vezes ainda na infância. Nesse sentido é importante destacar uma das frases comumente empregadas nas manifestações feministas no Brasil: “mexeu com uma, mexeu com todas”.

No caso das manifestações feministas, se, por um lado, a narrativa provém de um “eu”, por outro ela se dissolve na repetição do grupo que circunda esse “eu”. A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar a experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: “Mexeu com uma, mexeu com todas”. (HOLLANDA, 2018, n.p)

É interessante observar como essas manifestações trazem para a discussão geral temas que surgem a partir de um acontecimento pontual. Depoimentos pessoais são maximizados para a experiência coletiva, uma vez que se entende que as violências sofridas por essas mulheres estão inscritas na percepção de gênero, da identidade feminina que atinge a todas. Portanto, no caso de Valentina, despertou-se no imaginário coletivo uma revolta além do fato específico que aconteceu com a garota, mas também a partir da percepção de que esse tipo de assédio é comum e pode acometer meninas e mulheres de diversas idades, classes sociais e raças. “Está em jogo a percepção de um problema comum”. (HOLLANDA, 2018, n.p)

O movimento *#PrimeiroAssédio* dominou diversas mídias sociais digitais no período, com numerosos depoimentos. De acordo com Manuel Castells “movimentos sociais são formados pela comunicação de mensagens de raiva e esperança” (CASTELLS, 2015, n.p). É possível perceber na circulação dessa *hashtag* esses aspectos, na medida em que os discursos de raiva a partir das mensagens em tom de denúncia também possibilitaram discursos de esperança, ao considerar a união das mulheres e a mensagem de que este tipo de comportamento machista não será mais aceito.

Outro momento marcante para o feminismo brasileiro no ano de 2015 ocorreu a partir da resposta ao projeto de Lei 5069, que teve como autor Eduardo Cunha (PMDB), o presidente da Câmara dos Deputados no período. Este projeto que “tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto” (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)¹¹, dificultava o exercício do direito ao procedimento de aborto legal às mulheres vítimas de estupro.

A resistência feminista mobilizou-se a partir de discussões no ciberespaço, além de ter sido possível observar manifestações no espaço público em diversas cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte (Figura 3) e Maceió, que repudiaram o projeto de lei e pediram a saída do então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha.

Figura 3 - Foto do ato contra Eduardo Cunha em Belo Horizonte



Fonte: G1, 2015

Por todo o Brasil, eclodiram mobilizações semanais com fortes protestos que culminaram em um ato nacional pelo “Fora, Cunha!”, no dia 13 de novembro. Nas ruas, vozes femininas ressoavam palavras de ordem como: “O Cunha sai, a pílula fica”, “Meu útero não é da Suíça para ser da sua conta”, “As puta, as bi, as trava, as sapatão, tá tudo organizada pra fazer revolução” e “O Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso, não da bancada moralista”. (HOLLANDA, 2018, n.p)

¹¹ Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>> Acesso em 15 out 2019.

Além das manifestações contra Eduardo Cunha em diversas cidades do Brasil, Hollanda (2018) aponta que no ano de 2015 também eclodiram diversas manifestações feministas interseccionais, isto é, organizadas a partir de recortes identitários, nesse caso de raça e classe social econômica. Aconteceu, por exemplo, a Primeira Marcha das Mulheres Negras, que contou com a concentração de 50 mil ativistas em Brasília, e, também na capital do país, ocorreu a Quinta Marcha das Trabalhadoras do Campo, chamada Marcha das Margaridas, que de acordo com a autora, reuniu 70 mil mulheres.

Apresenta-se ainda no livro *Explosão Feminista* (2018), duas características muito marcantes das manifestações feministas contemporâneas no país: a horizontalidade e o uso do corpo feminino como plataforma de expressão:

Sobre a questão da horizontalidade, o que se vê é uma proliferação de microlideranças pontuais, que agem como pequenos vetores de força ou agência mobilizadora, além de uma série de ações marcadas pelo anonimato ou assinadas por nomes que recusam o individual em prol do movimento coletivo. (HOLLANDA, 2018, n.p)

A recusa de lideranças específicas nos movimentos, então, é aplicada intencionalmente como uma forma de valorizar as expressões coletivas do movimento. Já o uso do corpo como forma de expressão pode ser percebido em manifestações como a Marcha das Vadias, por exemplo. A performance com o corpo levanta discussões acerca da violência contra as mulheres, representa a luta pela autonomia da mulher em relação ao seu próprio corpo, em temas como aborto, e ainda se discute o que é considerado feminino, a partir de transgressões ao vestuário e depilação, por exemplo.

Percebe-se então como o movimento feminista contemporâneo vem ganhando novas formas de organização ao incorporar as mídias digitais. De acordo com Lemos e Lévy “o ciberespaço é um ambiente complexo, e a cultura política cresce nesse caldo efervescente, gerando novos processos e produtos” (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 27). Destaca-se ainda que o ciberespaço pode modificar o fazer político na medida em que as tecnologias oferecem a possibilidade de os sujeitos produzirem conteúdos próprios, compartilharem informação de forma a também enriquecer a cultura.

Para Lemos e Lévy (2010), as possibilidades da utilização do ciberespaço para ativismo encontram-se justamente nas características desse ambiente digital, que envolvem a expansão da conexão e a liberação da emissão, que se referem à possibilidade de diversas vozes atuarem livremente nesse ambiente.

(...) as novas mídias não são, como às vezes elas têm sido retratadas, um “pó mágico”, feito de pixels, que pode ser espalhado sobre problemas complexos para fazê-los melhores, mas elas são o começo de um impacto no ativismo que vai além do “curtir” e dos *tweets*. O fato é que as novas mídias estão tornando possíveis para os indivíduos certos aspectos do ativismo que antes estavam restritos apenas aos membros de organizações centralizadas. (ASSIS-LIMA, 2014, p. 2)

Estamos inseridos em um contexto da cultura de convergência (JENKINS, 2009a), onde existe uma transformação cultural que resulta na ocupação do espaço virtual pelos mais diversos atores sociais e também por empresas. De acordo com Jenkins, pode se considerar os produtores e consumidores de mídia como participantes que interagem em papéis complementares e não divergentes, “interagindo de acordo com um novo conjunto de regras” (JENKINS, 2009a, p. 30).

A partir dessas novas dinâmicas sociais, é possível perceber que existe uma mudança nas relações sociais, que abandonam as relações tradicionais ao ceder espaço para a escolha de “estilos de vida” e para a afirmação da “política de identidade” (WOODWARD, 2000, p. 31). Para Woodward, “a etnia e a ‘raça’, o gênero, a sexualidade, a idade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação” (WOODWARD, 2000, p. 31). A emergência da política de identidade produz novas formas de identificação social, podendo ser definida nos seguintes termos: “a política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (WOODWARD, 2000, p. 34).

A partir de Honnet (2003), é possível relacionar os conceitos de identidade apresentados por Woodward (2000) aos padrões de reconhecimento. Para o autor, o reconhecimento depende de uma união de esforços coletiva, e não apenas a partir da luta de um indivíduo. Baseando-se nesse argumento, pode-se entender as *hashtags* feministas como uma expressão de midiativismo em que são criadas novas formas de identificação e reconhecimento entre mulheres que dividem experiências com pontos em comum.

Os tipos de identificação citados acabam por propiciar a criação de espaços coletivos, onde podem ocorrer reivindicações de ativismo. Muitas vezes intermediados pelas mídias sociais, esses espaços criados são digitais, e dessa forma ocorrem essas expressões ativistas.

O feminismo em rede pode ainda ser compreendido a partir das perspectivas apontadas por Kellner (2001). De acordo com o autor, as mídias fornecem modelos que acabam por construir ideais da sociedade no que diz respeito à identificação de “classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’” (KELLNER, 2001, p. 9). O autor também

elucida o fato de que a mídia pode contribuir para a manutenção de forças sociais dominantes, ao mesmo passo que pode oferecer “aos indivíduos força para a resistência e a luta” (KELLNER, 2001, p. 64). As *hashtags* feministas então podem ser vistas a partir dessa perspectiva de resistência e resposta a eventos e situações em que as mulheres são desrespeitadas e ofendidas em um nível existencial, uma vez que a motivação está ligada ao gênero, algo intrínseco ao ser.

Frente à disseminação das ideias do movimento feminista popularizada pelas mídias sociais, nota-se, nos ambientes *on* e *off-line*, a apropriação de pautas, discursos e modismos próprios deste grupo, intermediados pelas *hashtags* feministas discutidas nos ambientes digitais e trazidos para o espaço público social. Castells (2013) caracteriza um modelo dos movimentos sociais na era da Internet, ao apresentar seus pontos em comum:

O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais on-line e off-line, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento. (CASTELLS, 2013, p. 160-161)

Compreende-se então, de acordo com Castells (2013), nos movimentos sociais na era da Internet, as interações das redes dentro do próprio movimento com a mídia e a sociedade. A partir do autor, percebe-se que os movimentos sociais se modificam a partir das novas tecnologias e, de acordo com suas mudanças, ganham novas maneiras de se expressar, e principalmente, de unir pessoas.

2.4 Estado da arte em midiativismo feminista

A fim de constatar como são abordados os assuntos referentes à atuação do ativismo feminista nas redes sociais digitais, optou-se por fazer um levantamento do estado da arte em que se encontra a temática. Foram selecionados artigos submetidos pela comunidade científica aos grupos de pesquisa de “Comunicação e Cultura Digital”, “Conteúdos Digitais e Convergência Tecnológicas”, e “Cibercultura”, nos Anais do INTERCOM — Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação¹², nos anos de 2009 até 2018 (Figura 4). Foram

¹² INTERCOM é o maior Congresso na área de Comunicação no Brasil. É possível consultar os Anais do Congresso no seguinte link: <<http://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/apresentacao5>>

considerados artigos que continham alguma das palavras-chaves: *feminismo*, *mulher*, *gênero* e *maternidade*, associadas a alguma das palavras-chaves: *mediativismo*, *ciberativismo*, *mídias digitais*, *ativismo digital*.

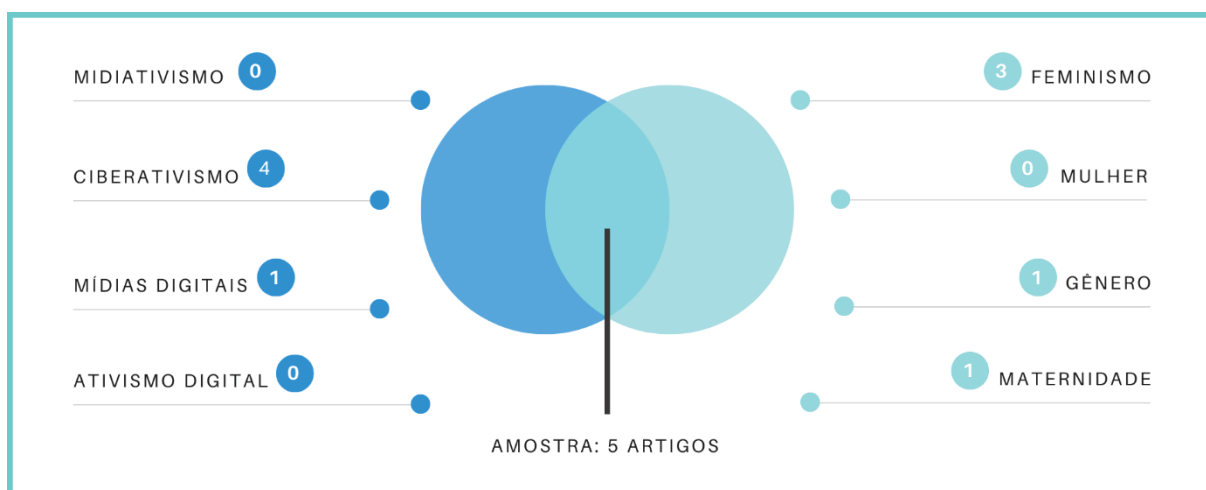
A partir da aplicação dos critérios apresentados, foram mapeados oito artigos que entrelaçam as temáticas abordadas, dois do ano de 2015, quatro artigos de 2017 e dois publicados no ano de 2018. De 2009 a 2014, não foi encontrado nenhum artigo que abordou o tema midiativismo feminista.

Figura 4 - Relação dos artigos analisados em cada grupo



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Figura 5 - Interseção das palavras-chaves selecionadas para definição da amostra



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em 2015, foram selecionados os artigos “Ciberfeminismo, Descriminalização do Aborto e Teoria Ator-rede: uma experiência com controvérsias e redes em ação” (AZAMBUJA e COELHO, 2015)¹³ e “Gênero e Ativismo Online: um estudo de caso da campanha Não Mereço Ser Estuprada no Facebook” (BORTOLON, MALINI, MALINI, 2015)¹⁴. Ambos os trabalhos se debruçaram em um estudo de caso específico que abordou temas fortemente discutidos por organizações feministas: o aborto e o estupro. Entende-se a partir das conclusões apresentadas por esses trabalhos que, para seus autores, o midiativismo transpõe suas pautas para os ambientes digitais de forma a convidar os atores sociais a exprimirem suas opiniões sobre o assunto. Existe também o compartilhamento de experiências particulares, que acabam por atrair atenção de pessoas de fora do movimento feminista, que expressam apoio, e também de pessoas que respondem com desaprovação.

No ano de 2017, foram encontrados dois artigos que discutiram as mobilizações feministas intermediadas por meio de *hashtags*. São eles “#todasjuntas: mobilizações femininas no Twitter” (DEPEXE E CORRÊA, 2017)¹⁵ e “Ativismo Feminista Online: O Caso da Hashtag #primeiroassedio” (ZENIDARCI E SILVA, 2017)¹⁶. Ao analisar as percepções dos autores acerca das temáticas abordadas nesses artigos, percebe-se que para eles o emprego de *hashtags* em postagens com uma mesma temática revela um tipo de organização feminista que pode ser comparado a uma mobilização feita para uma manifestação popular. Algumas das *hashtags* abordadas nesses artigos foram propostas por coletivos feministas, o que aponta para uma preocupação em organizar as declarações feitas em forma de depoimentos e denúncias para que ganhem maior visibilidade, o que acabou por atrair a atenção da mídia tradicional.

O último artigo levantado é do ano de 2018, “Deixem as Mulheres que não Querem Filhos em Paz: a Questão Materna nas narrativas produzidas por mulheres em ambientes online” (SOUZA, 2018)¹⁷. Neste artigo é abordada uma página específica no site de rede social *Facebook*, que acaba por atuar como um ambiente de encontro e discussão feminina. A partir da consideração de que existem nas redes sociais espaços para produção e consumo de conteúdo

¹³ Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2768-2.pdf>> Acesso em: 5 jul 2019

¹⁴ Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3524-1.pdf>> Acesso em: 5 jul 2019

¹⁵ Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3190-1.pdf>> Acesso em: 5 jul 2019

¹⁶ Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0603-1.pdf>> Acesso em: 5 jul 2019

¹⁷ Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-2143-1.pdf>> Acesso em: 5 jul 2019

que abordem temas pertinentes às mulheres, percebe-se como essas mídias atuam como ambientes em que não só se discute o ativismo, mas também o aplicam.

Considerando todos os artigos selecionados, observou-se também as metodologias escolhidas pelos autores para abordar a temática de midiativismo feminista a fim de verificar quais mecanismos são mais utilizados para este tipo de análise e também sua eficácia. Todos artigos analisados fizeram-se valer de um estudo de caso específico acerca dos temas abordados. O tipo de análise mais comum foi a análise do estudo de caso, associada à seleção e categorização de elementos textuais e de vídeo. As outras metodologias utilizadas foram a teoria ator-rede (TAR) a partir de Latour (1997, 2000, 2005)¹⁸; o método de modelagem de tópicos, que “consiste em identificar temas semelhantes existentes dentro de um *dataset*, para assim reuni-los em categorias e em subcategorias” (BORTOLON, MALINI E MALINI, 2015); a análise de redes sociais (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011) associada à análise discursiva inspirada em Depexe, Gelain e Corrêa (2016); o método da análise de discurso mediada por computador (ADMC), que “considera os diferentes elementos textuais, gráficos (figuras, fotos, emojis) e adjacentes (fenômenos sociais, significados) ao analisar conteúdos produzidos em ambientes online” (SOUZA, 2018); e por fim, a análise a partir das teorias do jornalismo.

A partir desse levantamento foi possível notar que o número de artigos publicados nessa temática em um período de nove anos, é consideravelmente pequeno. Ao realizar a pesquisa, encontrou-se também outros artigos que de certa forma discutiam sobre temáticas feministas relacionadas à Internet, mas que não se encaixaram nos critérios definidos para a pesquisa de estado da arte. Dentre os artigos da amostra analisados, foi possível não só refletir sobre os casos de midiativismo feminista abordados, mas também questionar o percurso metodológico para o tipo de análise desejada, e ainda conhecer novos conceitos e autores na temática feminista e de ativismo digital, que inclusive influenciaram em diferentes abordagens conceituais além do midiativismo neste trabalho.

¹⁸ LATOUR, Bruno. A Vida de Laboratório: a produção de fatos científicos [Trad. De Ângela Ramalho Vianna] Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
LATOUR, Bruno. Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora [Trad. de Ivone C. Bernedetti]. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
LATOUR, Bruno. Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory. New York: Oxford University Press, 2005.

3 EXISTE ATIVISMO TRANSMÍDIA?

Apesar da transmídia ser um termo cunhado principalmente com o intuito mercadológico, é cada vez mais comum ver o conceito popularmente relacionado à definição de “histórias que se desdobram através de múltiplas plataformas de mídia, com cada meio fazendo distintas contribuições para a nossa compreensão do mundo narrativo” (JENKINS, 2009a, p. 293) associado a outros diversos campos. Nesse capítulo então, será abordada e questionada a utilização do termo transmídia empregada ao ativismo, sua aplicação em produção científicas já desenvolvidas, a relação do conceito ao jornalismo transmídia e ainda uma apresentação de algumas experiências transmídia que podem ser entendidas como inscritas ao jornalismo transmídia, mas também, como de ativismo transmídia.

O ativismo transmídia é pouco explorado. Destaca-se uma produção brasileira nesse sentido, um artigo publicado originalmente na Revista GEMInIS, em 2012, que foi baixado pela plataforma da própria revista 72 vezes no ano de 2020, de autoria da pesquisadora Maíra Valencise Gregolin. Nele, a autora apresenta o conceito como base de sua discussão, trazendo a seguinte reflexão sobre o ativismo transmídia:

Trata-se, portanto, de pensar o ativismo no sistema midiático atual com estrutura multiplataforma em que a produção/compartilhamento do conteúdo acontece em uma sociedade com pessoas conectadas por uma causa, abrindo caminhos para o diálogo e instigando o engajamento no compromisso para a ação. Assim, o ativismo transmídia é um fenômeno contemporâneo, propiciado pelo uso crescente de aparelhos portáteis, com seus recursos de geolocalização e de conectividade, que permitem às pessoas entrarem em contato umas com as outras e criarem grupos virtuais em torno de temas de interesse comum, seja para trocar experiências, resolver problemas ou aliar-se à luta por uma causa social. (GREGOLIN, 2012, p. 9)

Nesse artigo, cita-se a guerra do Vietnã e as limitações das tecnologias midiáticas da época e compara-se à guerra de 2003, no Iraque, com uma cobertura midiática muito mais extensa, o que a fez ser reconhecida como a primeira guerra pós-moderna, “referindo-se ao fato de ter sido amplamente exibida como um espetáculo midiático proporcionado pelos avanços tecnológicos dos dispositivos de comunicação” (GREGOLIN, 2012, p. 12).

As tecnologias são extremamente importantes neste contexto de ativismo transmídia. Para Gregolin, a portabilidade do celular foi revolucionária e apresentou dinâmicas essenciais para o desenvolvimento deste tipo de ativismo, ao se destacar “pela sua função de publicador (broadcast) de conteúdos e de coordenador, ao interligar os ativistas dispersos na multidão dos protestos” (GREGOLIN, 2012, p. 13). A autora apresenta ainda que o celular “promove

movimentos de desterritorialização nesse novo espaço construído” (GREGOLIN, 2012, p. 13) e por conta de suas características de mobilidade, atua como uma ferramenta democratizante.

Gregolin apresenta inclusive uma campanha criada pela blogueira Leila Nachawati, em 2012, que pedia: “Mandem celulares para a Síria!”. Demonstrando como este aparelho era tido como uma arma fundamental na resistência contra a violenta repressão do ditador Bashir Al-Assad, uma vez que durante eventos violentos, “o celular foi o principal dispositivo a testemunhar situações extremas [...], de crianças aos prantos, de corpos mutilados e espalhando seu conteúdo pela web” (GREGOLIN, 2012, p. 14). A autora defende também, que o compartilhamento da realidade dos massacres através do celular, representa uma contribuição dos usuários “[...] para um processo de modificação da percepção contemporânea de espaço e tempo, fortalecendo a perspectiva de um fenômeno da mobilidade (GREGOLIN, 2012, p. 14).

Existe uma referência no trabalho de Gregolin, à pesquisadora Lina Srivastava, que apresentou, em 2009, o TED Talk intitulado: *Transmedia Activism — The Tongue-Tied Storyteller in Rwanda*. De acordo com Gregolin, foi ela que apresentou o termo ativismo transmídia de maneira inovadora, ainda em 2009. Em uma entrevista ao blog de Henry Jenkins, no ano de 2016, conhecido como a grande referência em transmídia, Srivastava revela o que quis descrever com o termo ativismo transmídia:

Então, cunhei a frase "ativismo transmídia" em 2009 para descrever este processo: A cocriação coordenada de narrativa e expressão cultural por vários constituintes que distribuem essa narrativa em várias formas por meio de múltiplas plataformas, cujo resultado é a construção de um ecossistema de conteúdo e redes que se envolvem em ações sociais centradas na comunidade. Outra maneira de dizer isso é que usamos a história para efetuar mudanças sociais, envolvendo várias partes interessadas em várias plataformas para colaborar com a ação social adequada e liderada pela comunidade. E eu destaco, a frase pode especificar “ativismo”, mas a estrutura deve ser usada para vários tipos de impacto social ou trabalho voltado para a missão (JENKINS, 2016, n.p).¹⁹

Nessa entrevista é possível notar que o próprio Jenkins, entende que a transmídia, vista por ele como um adjetivo e não substantivo, foi aplicada de forma inovadora ao ativismo, da maneira apresentada pela ativista e pesquisadora Srivastava. A transmídia tem sido estudada e desenvolvida principalmente para produtos de entretenimento, com intuítos mercadológicos,

¹⁹ Tradução da autora. Texto original: “So I coined the phrase “transmedia activism” in 2009 to describe this process: The coordinated co-creation of narrative and cultural expression by various constituencies who distribute that narrative in various forms through multiple platforms, the result of which is to build an ecosystem of content and networks that engage in community-centered social. Another way of saying this is that we use story to effect social change by engaging multiple stakeholders on multiple platforms to collaborate toward appropriate, community-led social action. (And I note, the phrase may specify “activism,” but the framework is meant to be used for various types of social impact or mission-driven work” (JENKINS, 2016)

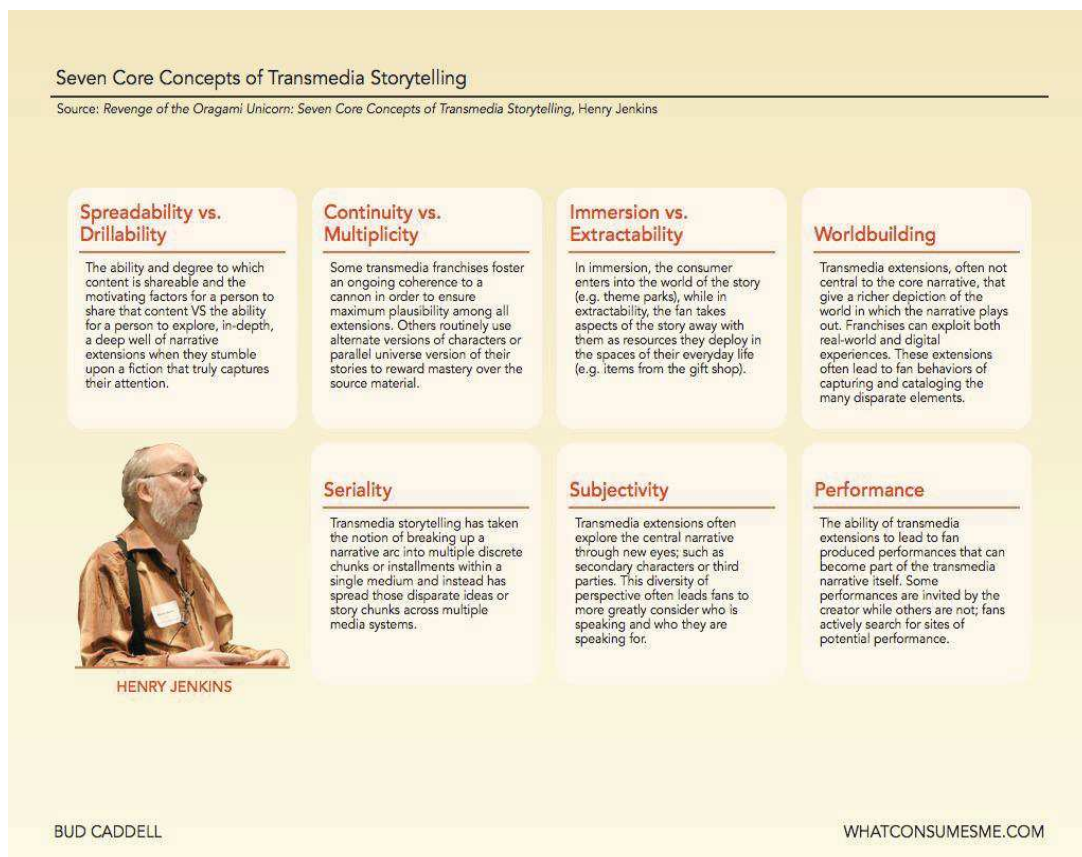
inclusive a partir de Jenkins, porém já é possível perceber algumas experiências em outras áreas que acabam por ser amplamente estudadas e analisadas pela comunidade científica.

No livro *Cultura da conexão* (2015), Jenkins, Green e Ford discutem os aspectos que marcam o consumo de cultura no contexto digital. No capítulo “O que constitui uma participação significativa?”, os autores apresentam apontamentos acerca da participação dos consumidores – aqueles que atuam como produtores das obras que consomem; aqueles que interagem com as produções; e também aqueles que acabam consumindo conteúdo de forma mais passiva. Entretanto, argumentam que apenas o reconhecimento da possibilidade de os consumidores contribuírem com a trama que consomem já proporciona uma experiência diferente a narrativas criadas em “um mundo onde são impedidos de ter uma participação significativa” (JENKINS *et al.*, 2015, p. 105).

Nesse sentido, é possível refletir sobre as experiências ativistas. Questiona-se se é possível desenvolver deliberadamente estratégias narrativas interativas a fim de gerar participação significativa dos usuários para imergi-los em temáticas de cunho social, e assim cunhar ações ativistas. A partir dessa reflexão, pensa-se nas experiências em jornalismo transmídia, pois a partir delas, é possível desenvolver ações que se desdobram em ativismo de forma prática. É possível inclusive, já encontrar algumas experiências transmídia de jornalismo que destacam temas sociais de forma a apresentar às pessoas questões sociais e convidá-las a ação, o que, de certa forma, representa uma atuação ativista. Portanto, destaca-se a seguir o que se constitui como jornalismo transmídia. Esse conceito, sim, mais utilizado e estudado no meio acadêmico.

De forma geral, entende-se que uma simples transposição de um meio a outro não é suficiente para a criação de uma produção transmídia efetiva. Para que a produção transmídia possa ser considerada bem sucedida, é importante que ela ocorra de forma intencional, global, e busque construir uma narrativa única se que utilize de diversos meios comunicacionais para formar um único universo. Os sete princípios do *Transmedia Storytelling*, segundo Jenkins (Figura 6), são amplamente utilizados e disseminados por todos aqueles que buscam desenvolver uma estratégia transmídia, seja ela de cunho mercadológico ou social.

Figura 6 - Sete princípios do *Transmedia Storytelling*, segundo Jenkins



Fonte: BLOG Henry Jenkins, 2010. *Transmedia Education: the 7 Principles Revisited*. Disponível em: <http://henryjenkins.org/blog/2010/06/transmedia_education_the_7_pri.html>. Acesso em dezembro de 2020.

As produções jornalísticas que hoje utilizam-se de estratégias transmídia, por vezes buscam promover ações e temáticas sociais. A partir de mecanismos como a interatividade, convida-se o usuário a adentrar em um mundo possivelmente desconhecido e descobrir mais sobre uma temática, questão, ou problema social.

Ao definir parâmetros para o que é chamado de ciberjornalismo, a autora Schwingel (2012) aponta para a interatividade como um fator primordial, que caracteriza esse tipo de jornalismo e que pode acontecer em diversos âmbitos do processo jornalístico. Para ela:

A utilização de tais formas de interatividade vão definir os níveis de incorporação do usuário no processo de produção, ou seja, a possibilidade de o usuário compor conteúdo e organizar as informações participando das etapas de apuração, produção e circulação. (SCHWINGEL, 2012, p. 56)

É importante ressaltar, entretanto, que a atuação do jornalismo nos meios digitais e a incorporação de estratégias que convidem os usuários a interagir com as produções não são

suficientes para caracterizar uma narrativa jornalística transmídia. Dos Santos (2017) aponta que uma narrativa jornalística tradicional se difere de uma narrativa transmídia (NT) na medida em que a necessidade de existir uma explicação ou contextualização para a produção jornalística é dispensável à NT, uma vez que existem diversos pontos de partida para adentrar um mundo narrativo. O autor também traz contribuições acerca os processos de interação nas produções jornalísticas. Para ele,

[...] tal fato por si só não pode garantir que nestes casos tenhamos um tipo de construção semelhante aos exemplos originais da indústria do entretenimento. Categorias que têm uma conceituação já mais sólida no campo jornalístico como a de conteúdo gerado por usuários ou UGC (user generated content) abarcam um enorme número de situações onde essa interação é estimulada, o que não garante que estejamos diante de uma NJT. (DOS SANTOS, 2017, p.143)

A partir de Dos Santos (2017), apresenta-se novamente a noção de que a proposta de interação nas narrativas jornalísticas não é suficiente para trazer as características necessárias a uma narrativa jornalística transmídia (NJT). Apesar de se demonstrar importante para o novo momento que vive o jornalismo com a incorporação das mídias sociais digitais nas rotinas de produção e circulação.

Em Jenkins (2009a), entende-se que a essência desse tipo de narrativa, deve incidir na utilização de diversos meios de comunicação que contribuem de forma diferente para a formação de um único universo. No caso do jornalismo, esse universo pode ser construído a partir de uma notícia, ou um problema social por exemplo. Percebe-se que, neste caso, para apresentar um assunto complexo, a NJT pode ser utilizada a fim de ambientar o usuário na complexidade do que é abordado de forma interativa e imersiva, apresentando informações complementares a partir de cada mídia escolhida para o desenvolvimento do universo narrativo. Este tipo de conteúdo pode facilitar o entendimento do que é abordado, de uma forma mais abrangente e também pode ser utilizado para despertar empatia em que vê, lê, escuta e participa da narrativa construída.

Outro autor que aponta considerações acerca das definições possíveis a partir do jornalismo transmídia, é Denis Renó, que, em sua obra *Discussões sobre a nova ecologia dos meios*, de 2013, aponta que o jornalismo transmídia pode ser compreendido de acordo com a utilização de diversas maneiras de se apresentar uma narrativa. Para ele:

O Jornalismo Transmídia vem a ser uma forma de linguagem jornalística que contempla ao mesmo tempo diversas mídias, com diversas linguagens e narrativas a partir de diversos meios e para distintos usuários, graças à

interatividade na recepção da mensagem. Para tanto, são adotados recursos audiovisuais, de mobilidade e interativos e sua difusão a partir de mídias diversas, como blogs e redes sociais. (RENÓ, 2013, p. 69)

Renó (2013) destaca a interatividade — característica já apresentada a partir de outros autores como essencial aos novos tipos de jornalismo — como um dos elementos principais do jornalismo transmídia. Ele também apresenta uma perspectiva do jornalismo transmídia frente à sociedade pós-moderna, “onde a mobilidade e a liquidez de estruturas (ou seja, a interatividade) assumem papéis importantes no campo da comunicação, como o de envolver e atrair o receptor para a interpretação participativa da mensagem” (RENÓ, 2013, p. 69).

É interessante ressaltar, nesses termos, como a Cultura da Convergência (JENKINS, 2009a), apresenta-se como um ambiente propício à efetivação deste novo tipo de jornalismo. A centralidade midiática, associada à criação de diversos novos meios que se apresentam em variados dispositivos de comunicação, móveis ou não, torna possível que as narrativas jornalísticas circulem por diversos espaços, de forma que cada um deles apresente uma nova contribuição a cada narrativa.

A fim de contribuir para a discussão acerca da produção jornalística transmídia e com o intuito de traçar parâmetros para compreender como uma narrativa transmídia pode ser inserida no contexto jornalístico, criou-se uma tabela dos princípios do jornalismo transmídia, apresentados por Moloney (2011), que os adaptou a partir dos 7 princípios da narrativa transmídia de Jenkins (2009b). A tradução do material apresentado foi encontrada no trabalho “Jornalismo Transmídia: um desafio ao velho ecossistema midiático”, de João Canavilhas, publicado no ano de 2013.

Tabela 1 - Princípios de Jornalismo Transmídia de Moloney

Princípios do jornalismo transmídia de Moloney (Trad. Canavilhas, 2013)	
1. Distribuível <i>(Spreadable)</i>	O conteúdo deve incluir características e sistemas que permitam a sua partilha de forma viral.
2. Explorável <i>(Drillable)</i>	Os conteúdos devem estar unidos por uma rede de ligações que ofereçam vários percursos e níveis de leitura.

<p>3. Ininterrupto <i>(Continuous and Serial)</i></p>	<p>A realidade é contínua, por isso as notícias também o são, o que contraria uma das marcas do jornalismo nos meios tradicionais: a periodicidade. O acompanhamento de um acontecimento deve ser contínuo e deve procurar explorar as características das diferentes plataformas envolvidas.</p>
<p>4. Diversidade de pontos de vistas pessoais <i>(Diverse and Personal in Viewpoint)</i></p>	<p>Os comentários, opiniões e sugestões dos leitores devem poder ser integrados no trabalho jornalístico.</p>
<p>5. Imersivo <i>(Immersive)</i></p>	<p>O envolvimento dos leitores é importante, por isso devem ser usadas narrativas e formatos que estimulem a ligação entre leitor e conteúdo: um exemplo são os <i>newsgames</i>.</p>
<p>6. Imperecível <i>(Extractable)</i></p>	<p>Os trabalhos devem estar produzidos de forma a que o leitor os possa usar futuramente. Conteúdos imersivos ou <i>newsgames</i> podem prolongar a vida da notícia e manter a ligação dos leitores ao assunto.</p>
<p>7. Construído em mundos <i>(Built in Real Worlds)</i></p>	<p>Uma característica do jornalismo é a simplificação dos acontecimentos para facilitar a compreensão. As notícias transmídia devem incluir múltiplas formas de explicar as situações e incluir pistas de leitura que ajudem o leitor a compreender o acontecimento.</p>
<p>8. Inspirar a ação <i>(Inspiring to Action)</i></p>	<p>Espera-se que a atividade jornalística contribua para um maior envolvimento do público na definição das políticas públicas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Nesse sentido, destacam-se algumas experiências que entram nos parâmetros dos Princípios de Jornalismo Transmídia de Moloney, e, de certa forma, apresentam experiências em ativismo digital que utilizaram de estratégias transmídia: *Half The Sky Movement* e *6x9: a virtual experience of solitary confinement*.

Figura 7 – *Half The Sky Movement: The Game*



Fonte: Captura de tela – Perfil do Half the Sky Movement no Facebook, setembro de 2019.

A produção *Half The Sky Movement* surgiu a partir de um livro dos jornalistas ganhadores do prêmio Pulitzer, Nicholas Kristof e Sheryl WuDunn, intitulado *Half the Sky: Turning Oppression into Opportunity for Women Worldwide*, de 2009. De acordo com a descrição no *site* do projeto (2019), foram pensadas outras ações a fim de amplificar o impacto do livro, que denuncia a opressão feminina em países subdesenvolvidos. Para isso, utilizou-se de iniciativas inovadoras multiplataformas em um evento nacional de televisão.

Tabela 2 – Ações transmídia ‘*Half The Sky*’

HALF THE SKY	
1	Série de televisão com <i>hashtags</i> convidativas à participação e discussão da audiência.
2	Um filme feito a partir da série de televisão que foi transmitido em mais de 100 vezes em espaços comunitários.
3	18 curtas-metragens educacionais que abordam as temáticas de forma mais específicas.
4	Jogo no <i>Facebook</i> , que utiliza de mecanismos como Farmville a fim de criar interações sociais entre os usuários e arrecadar doações para mulheres e meninas em países subdesenvolvidos.
5	Três jogos de celular desenvolvidos com o objetivo de educar pessoas em países subdesenvolvidos sobre questões relacionadas à saúde e educação feminina.
6	Um site que é constantemente atualizado e convida os usuários a contribuir com o movimento de diversas formas.
7	Uma iniciativa de três anos chamada Women and Girls Lead, em que foram exibidos mais de 50 filmes desenvolvidos por mulheres.

8	30 Songs in 30 Days: Um programa que lançou uma música de uma artista mulher por dia durante o mês de setembro do ano de 2016.
9	Um amplo currículo para estudantes de todos os níveis, complementado por uma rede de estudantes universitários que trabalham como “embaixadores do campus” para o movimento, clubes do livro, etc.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Já o projeto produzido pelo The Guardian, em 2016, utilizou realidade virtual para levar o usuário a vivenciar a experiência do confinamento de presos em solitárias nas penitenciárias americanas.

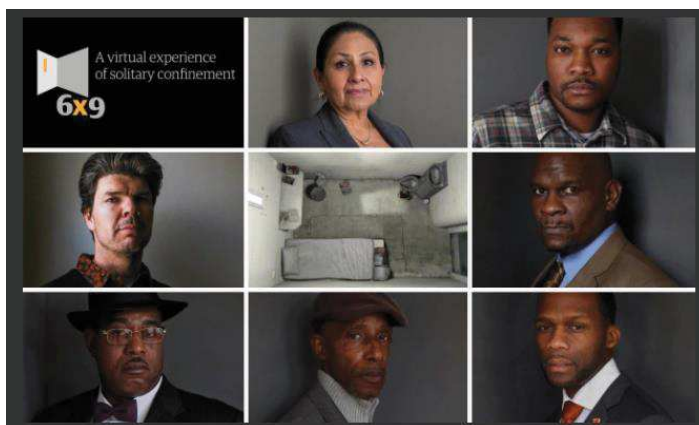
A produção, em parceria com o coletivo de artistas The Mill, é uma grande reportagem multimídia dividida em materiais contendo linguagem imersiva, que podem ser experimentados na tela do computador, utilizando o mouse ou não, e nas telas de dispositivos móveis, com ou sem a utilização de óculos para realidade virtual, como o Google Cardboard. Além desse conjunto, inclui reportagens e testemunhos com detentos ou com outras pessoas que experimentaram a sensação de viver confinadas por algumas horas. Interessante observar que há também meta-conteúdo, quando o próprio The Guardian fala do significado e da importância de conteúdos em realidade virtual para o Jornalismo contemporâneo. (LONGHI e FLORES, 2017, p.32)

Figura 8 - 6x9: a virtual experience of solitary confinement



Fonte: The Guardian, 2016.

Figura 9 - Pessoas que deram depoimentos sobre suas experiências em uma cela solitária



Fonte: The Guardian, 2016.

Assim como em *Half the Sky Movement*, é possível notar na produção uma organização que se utiliza de diversos meios para adentrar no universo do projeto. Todas essas ações, convergem ao objetivo de convidar o usuário a se colocar no lugar de atores sociais que estão sujeitos a um problema social, político e humanitário.

4 MOBILIZAÇÃO FEMINISTA EM REDE

As manifestações feministas por meio de *hashtags* são entendidas como um produto da sociedade midiaticizada. O conceito de midiaticização demonstra que a mídia ocupa um lugar no tecido social centralizado, que, de acordo com a teoria da estruturação de Giddens (HJARVARD, 2012), apresenta um poder estruturado e ao mesmo tempo estruturante, significando que a mídia apresenta diversas dinâmicas próprias de funcionamento, mas também influencia outras instituições e campos.

É importante ressaltar, ainda, que a relação entre mídia e ativismo não se desenvolveu a partir das dinâmicas proporcionadas pela popularização das redes sociais digitais. Mídias contra hegemônicas e cidadãs atuam há muito tempo como espaços para os cidadãos que fazem parte de classes subalternas e de grupos minoritários divulgar suas próprias reivindicações e interesses. No caso do movimento feminista, Blay (2001) destaca que jornais operários de teor anarquista reproduziam reclamações de mulheres operárias quanto às condições de trabalho e assédio sexual no Brasil, desde o início do século XX. Como é o caso do periódico “A Voz do Trabalhador”, que, em sua primeira edição, publica um texto em que explica os motivos para a organização do jornal, indicando que ele se propõe a denunciar “ao público as infâmias cometidas nas fábricas e oficinas onde exerce a mais inumana exploração sobre mulheres e crianças” (MARQUES, 2013, p.46).

Já as *hashtags* feministas, objetos de pesquisa desse trabalho, inseridas em um contexto de centralização midiática próprio do período em que vivemos, apresentam ainda uma lógica de circulação transmídia, como já apresentado no capítulo anterior. Entende-se a circulação com um processo importante não só à comunicação, como também à sociedade: “Aquilo que circula na sociedade é a seiva que a mantém. Esta seiva é parte do processo de comunicação” (PERNISA JÚNIOR, 2016, p. 32-33).

Por se utilizarem da mídia para expressões de ativismo, questiona-se muitas vezes a efetividade das campanhas feministas representadas por essas *hashtags*. Entretanto, considerando a relação intrínseca entre comunicação e sociedade, como destaca Hjarvard “a mídia pode vir a exercer influência em todo domínio social, mesmo que de formas e intensidades diferentes” (2014, p. 40); entende-se que as reivindicações feministas expressas por meio da mídia podem influenciar diversos campos sociais e instituições, implementando mudanças efetivas.

Acredita-se também que as *hashtags* atuem como um espaço midiático de representação social feminina que tantas vezes é negado às mulheres, ou apresentado de forma pejorativa e discriminatória, oferecendo então um espaço de reconhecimento recíproco (HONNET, 2003). A partir de Honnet (2003), entende-se que a transformação social acontece a partir da tentativa coletiva de estabelecer normativamente as formas de reconhecimento recíproco. Já Taylor destaca os danos que o reconhecimento errôneo, ou a ausência de reconhecimento, pode causar as pessoas: “pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível” (TAYLOR, 2000, p. 241). O reconhecimento, se mostra então importante, e muitas vezes transporta-se da mídia para as ruas, como é possível perceber na frase “Mexeu com uma, mexeu com todas”, frequentemente empregada nas manifestações feministas brasileiras contemporâneas, que contemplam a maioria das *hashtags* estudadas.

Nessa perspectiva, discute-se neste capítulo sobre os espaços em que essas manifestações feministas aqui abordadas ocorrem, as redes sociais digitais, em busca de compreender como esse espaço virtual existe em um lugar de circulação, de virtualidade, de representações do próprio eu. A fim de materializar este lugar, apresenta-se seus elementos e o que o constitui, pois, a partir desse entendimento, acredita-se que é possível compreender melhor como manifestações, que aparentemente não apresentam uma liderança específica, acontecem, ganham visibilidade e geram efeitos reais aos processos sociais.

4.1 As redes sociais digitais e o net-ativismo

Antes de traçar entendimentos acerca do desenvolvimento do ativismo nas redes sociais digitais, é importante refletir sobre o que constituem essas próprias redes sociais digitais. Raquel Recuero (2018) tem desenvolvido um trabalho extenso sobre todos os elementos que envolvem as redes há muito tempo. Em suas obras, a autora destaca uma diferenciação importante: nem toda rede social é digital e nem todo *site* é uma rede social. Para sustentar seu argumento, ela aponta que as redes sociais podem ser das mais diversas, são “uma forma de olhar os grupos sociais, onde se percebem as relações e os laços sociais como conexões e os indivíduos como atores que estão unidos por essas conexões, formando o tecido social” (RECUERO, 2018, p. 23). Já os *sites*, que são considerados *sites* de rede social, apresentam os seguintes elementos:

[...] possuem perfis de identificação única que consistem em conteúdos produzidos pelo usuário, conteúdos fornecidos por outros usuários, e/ou dados fornecidos pelo sistema; 2) podem articular publicamente conexões que podem

ser vistas e cruzadas por outros; e 3) podem consumir, produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdo gerado por usuários fornecidos por suas conexões no site. (ELLISSON; BOYD, 2013, p. 158 *apud* RECUERO, 2018, p. 26)

A grande diferença apontada por Recuero (2018) das redes sociais que se transportam à Internet encontra-se nos rastros deixados pelos atores sociais a partir de suas conversações, que podem ser acessados, explorados e mercantilizados. No caso das *hashtags* feministas, esses rastros podem ser aliados ao movimento, na medida em que demonstram de maneira quantificada as pessoas que estão envolvidas naquelas manifestações. Porém, também podem trazer algumas consequências não previstas — como no caso de denúncias e depoimentos pessoais em que se é possível rastrear exatamente o perfil de quem as fez. Entretanto, a complexidade dos elementos das redes sociais digitais ainda apresenta a possibilidade deste perfil ser desconectado da própria realidade do indivíduo, a partir de um perfil *fake*, por exemplo.

Em suas obras, Recuero utiliza-se de elementos provenientes da teoria dos grafos e da sociometria para analisar dados relacionais. De acordo com ela: “Uma rede é composta de nós e suas conexões. No caso de uma rede social, essa rede representa um conjunto de atores sociais e suas conexões sociais (que podem ser constituídas por interações, laços e capital social)” (RECUERO, 2012, p. 53-54).

Os atores sociais referem-se a um indivíduo ou grupo considerado como nó nas redes. Já estes nós são as representações dos atores por meio de perfis, *hashtags*, *nicknames*, *@s* ou textos publicados. As conexões são apresentadas por Raquel Recuero (2012) a partir de duas diferenciações, a associativa — aquela mantida pela ferramenta, com efeitos para ambos os atores; e a emergente — aquela baseada na conversação e na interação verbal, que é mantida, principalmente, pelos atores. Os laços são entendidos como as conexões mantidas pelos atores sociais da rede que dão acesso aos recursos sociais. Eles são divididos entre laços fortes e fracos. Nos fortes, acontecem efetivas conversações e interações com atores que compartilham similaridades, formando assim os *clusters*. E nos fracos, existe uma menor intimidade e sentimento nas interações, entretanto eles são responsáveis pelos tráfegos de informações novas entre os grupos, que são chamadas de pontes (RECUERO, 2012).

Por fim, outro elemento importante às redes sociais digitais é também um conceito por si só: o capital social. Nas obras de Recuero (2012, 2018), ele é entendido como um conceito em disputa, mas que em geral se refere ao valor social constituído pelos atores durante as interações. O ator social que funciona como ponte, a partir de suas conexões e seus laços com

diversos outros atores, aumenta dessa forma seu capital social. O capital social apresenta também uma dimensão pública e privada. Pois beneficia não só o indivíduo dotado de capital social, mas todo o grupo em que ele está inserido e se relaciona. Além disso, é um recurso pessoal que é investido pelos atores na rede com o objetivo de obter benefícios, mas o retorno do investimento também traz o benefício de volta para o ator. Destaca-se ainda que o capital social é um recurso esgotável, pois as redes sociais digitais atuam como ferramentas em que os grupos sociais atribuem valores diferentes para as redes e os atores que ali estão. Logo, a partir do momento que um ator aumenta este valor, outro ator perde (RECUERO, 2012; 2018).

Essas definições e elementos apresentados por Recuero são importantes não só para realizar análises das redes sociais digitais, mas também para entender suas formas de organização e funcionamento. No net-ativismo, existem mobilizações com lideranças centralizadas e horizontais, envolvimento de redes sociais digitais ou não, criação de laços e conexões de diferentes dimensões, entre outros elementos. Por isso, entende-se a contribuição que o entendimento desses componentes das redes sociais estudados traz para o trabalho aqui proposto.

Após compreender o que constituem as redes sociais digitais, torna-se necessário traçar um entendimento acerca do ativismo que se desenvolve nelas. O termo net-ativismo é empregado por Massimo Di Felice para “analisar uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade no âmbito dos movimentos new-global” (2013b, p. 54). De acordo com o autor, esses movimentos apresentam características paradoxais, uma vez que apresentam uma dimensão global e ao mesmo tempo local, pois ocorre um “advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação local avançam na direção do atendimento das necessidades comuns.” (DI FELICE, 2013b, p. 54).

De acordo com Di Felice, a comunicação na cibercultura apresenta um modelo de arquitetura reticular, onde existe uma ausência de centralidade que supera a estrutura emissor-receptor. Com este modelo é proporcionado o mesmo poder de divulgação a todos os membros que compõem o mesmo ambiente comunicacional (DI FELICE, 2012). O autor aponta ainda que este tipo de comunicação circular altera a prática comunicacional.

De fato, o processo comunicativo reticular pressupõe um experienciar uma rede, isto é, estar *inside*, imerso nela, tornando-se parte integrante comunicativa – um comembro. Desse ponto de vista, não resulta possível pensar a arquitetura

reticular como algo externo nem, conseqüentemente, parece possível a realização de uma observação holística e panóptica do conjunto da rede de redes. (DI FELICE, 2012, p.13)

Di Felice (2013b) apresenta e diferencia o net-ativismo em três fases que estão relacionadas aos conflitos e as tecnologias existentes. A primeira fase é marcada pelo “advento da internet na sua primeira forma de rede de computadores, que torna possível a divulgação e o compartilhamento de textos e de primeiras ações com caráter global entre os internautas” (DI FELICE, 2013b, p.55). Já a segunda, envolve as “primeiras formas de conflitualidades sociais que pela internet deslocam a ação social para uma espacialidade informático-planetária” (DI FELICE, 2013b, p.55). Enquanto a terceira fase, “se difunde depois do advento da banda larga (web 2.0), do social network e da computação móvel” (DI FELICE, 2013b, p.57), e de acordo com ele é marcada “pela passagem de uma forma de conflitualidade informativa-midiática para formas reticulares autônomas e colaborativas de ativismo” (DI FELICE, 2013b, p.57). As manifestações feministas organizadas por meio de *hashtags* que são analisadas neste trabalho vão ao encontro das características dos movimentos da terceira fase de net-ativismo apresentadas por Di Felice.

É próprio dos movimentos dessa fase uma recusa de centralidade política expressa por lideranças, uma vez que se exprime nessas manifestações o desejo por mudanças nas configurações tradicionais de exercício de poder. No caso das manifestações feministas no Brasil, especificamente na origem da Primavera das Mulheres em 2015, acredita-se que a recusa de lideranças específicas nos movimentos, então, é aplicada intencionalmente como uma forma de valorizar as expressões coletivas do movimento.

Na discussão sobre o desenvolvimento do net-ativismo, é importante considerar a integração das temáticas feministas nas mídias digitais mediadas pelas redes sociais digitais, *sites* e portais eletrônicos, e também nos meios de comunicação tradicionais, como televisão, jornais, revistas e rádio. Além da atuação do ativismo nesses espaços midiáticos, é interessante observar como este incorpora envolvimento *on* e *off-line*, trazendo novas possibilidades de integração entre os agentes sociais, que antes não eram possíveis.

Não podemos mais pensar as mídias como “ferramentas”, instrumentos a serem utilizados, pois, ao utilizarmos novos meios, passamos a desenvolver novos tipos de interação e experimentamos novas formas de interação social. Desde as redes sociais digitais (social network) aos celulares, as tecnologias midiáticas são portadoras de inovação não apenas no âmbito tecnológico, comunicativo e sensorial, mas também no âmbito mais amplo do social,

alcançando seus diversos níveis, político, econômico, organizativo, cultural, etc. (DI FELICE, 2012, p. 16)

Compreende-se então, que os novos meios influenciam em diversos processos sociais, não somente na forma de se fazer ativismo. A popularização de *sites* de redes sociais digitais como Twitter, Facebook e Instagram, moldaram e continuam moldando novos comportamentos nas pessoas a respeito de saúde mental, maneira como divulgam suas vidas e ainda influenciam em escolhas simples, como quais espaços físicos escolhem ocupar de acordo com o visual desses. Essas mudanças têm impacto social, político e também influência direta em diversas questões feministas, como: a relação da mulher com o próprio corpo, a violência simbólica, a carga emocional feminina, entre outras temáticas.

4.2 O espaço da mídia e as relações de poder

A fim de discutir sobre o espaço em que a mídia ocupa dentro da sociedade, encontra-se diversos conceitos e autores. Muitas vezes, entende-se que a centralidade midiática surge a partir da incorporação das redes sociais digitais no cotidiano das pessoas, e das novas dinâmicas sociais e culturais. Entretanto, é possível constatar que esses processos se desenvolvem há muito tempo.

O conceito de modernidade, por exemplo, como apresentado por Giddens (1991), é associado a um período de tempo e também apresenta uma dimensão espacial. De acordo com o autor, a modernidade está relacionada aos modos de vida e a um modelo de organização social que emergiram na Europa no século XVII e depois ganharam alcance global. Para o autor, muitas características da modernidade apresentam uma dimensão paradoxal. Ele destaca, por exemplo, a ampliação da segurança e gratificação que surgiram com o desenvolvimento das instituições sociais modernas ao mesmo passo em que ocorreram diversos conflitos militares e guerras, que poderiam erradicar completamente a humanidade a qualquer momento (GIDDENS, 1991).

Nas sociedades modernas, é possível destacar a emergência da abordagem acerca da questão comunicacional. Os mais diversos campos sociais têm se relacionado ao campo comunicacional como uma forma de exercício de poder. A conceituação dos campos sociais é considerada a partir das noções apresentadas por Bourdieu (1998). Baseando-se no autor, entende-se que os campos sociais podem ser compreendidos como espaços simbólicos e energéticos “[...] à maneira da física, que fala de campo de forças para designar a tensão gerada pelo confronto entre pólos de sentido oposto” (RODRIGUES, 1999, p. 16). Nesses campos

existem agentes sociais que atuam de acordo com as relações de poder, capital e modos de vida neles inseridos. Dentro de cada campo existem *habitus* específicos numa dimensão micro espacial, que podem ser encarados como as regras para o jogo de disputa de poder dentro desse campo, além de que cada campo apresenta suas próprias estruturas que são suas especificidades a um nível macro espacial.

Em sua obra, *Estratégias da comunicação* (1990), Adriano Duarte Rodrigues apresenta algumas relações entre as consequências da modernidade para a comunicação na atuação do que ele chama de *campo dos media*.

A comunicação converte-se, assim, no processo de agenciamento por excelência da indispensável reconversão permanente do imaginário, assegurando, ao mesmo tempo, a articulação entre campos com pretensão à legitimidade de enunciação de discursos com força performativa. De prática ritual totalizante da experiência de uma comunidade que não se distinguia da simbolicidade, a comunicação torna-se, por conseguinte, na modernidade, num campo estratégico de natureza instrumental ao serviço da necessária reelaboração axiológica imaginária susceptível de legitimar a constante reformulação ético-jurídica dos dispositivos de articulação dos interesses divergentes dos diferentes campos e domínios da experiência. Este processo culmina na transformação do agenciamento comunicacional num campo particular a que damos o nome de campo dos media [...]. (RODRIGUES, 1990, p. 60)

Existem campos das mais diversas esferas sociais. Neste trabalho são consideradas principalmente as disputas de poder presentes na relação de gênero que são expressas no campo comunicacional. Os agentes inseridos nessas relações podem utilizar-se dos mecanismos de persuasão e publicidade do campo comunicacional para atingir seus objetivos, uma vez que esse campo acaba por atuar como uma referência de mundo para as pessoas. Dentro desses campos existem diversas disputas simbólicas, isto é, de sentido, que podem ser percebidas nos discursos proferidos que reforçam representações sociais, uma vez que nenhum discurso é esvaziado de poder simbólico.

Na obra *Experiência, modernidade e campo dos media*, Rodrigues (1999) destaca que nomeia *campo dos media* a partir de uma noção de que “a experiência moderna procede da autonomização [...] dos dispositivos de mediação [...] e da instituição de um campo dotado de legitimidade para superintender à experiência de mediação” (RODRIGUES, 1999, p. 24). O autor esclarece que o *campo dos media* não se refere ao campo comunicacional que engloba os meios, mas sim o define como uma noção abstrata utilizada “para designar a instituição, que se autonomiza, na modernidade tardia, que é dotada de legitimidade para superintender à gestão

dos dispositivos de mediação da experiência e dos diferentes campos sociais” (RODRIGUES, 1999, p. 26).

O *campo dos media* pode ser entendido então, como um campo de organização, legitimação e autonomia de atração das mídias conectadas aos outros campos. É detentor da legitimidade dos campos sociais, apresenta um ritmo de funcionamento que acelera ou diminui conforme sua própria notoriedade e sua relação com outros campos, além de apresentar uma mútua contaminação que se divide em conflito e contribuição.

Ao poder invisível que se encontra presente em todas as instituições sociais, nos campos e sistemas simbólicos, chamamos de poder simbólico (BOURDIEU, 1998). Para a manutenção das classes dominantes como detentoras do poder simbólico de alguma instituição ou campo social são utilizados mecanismos de violência simbólica. A violência simbólica é fruto da dominação de uma classe sobre outra, que muitas vezes pode ser vista como natural, já que possui raízes históricas, agentes e instituições que contribuíram para sua manutenção, como as famílias, a igreja, a escola, o Estado.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/ baixo, masculino/ feminino, branco/ negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 1999, p. 41)

É possível encontrar indícios de violência simbólica em discursos acerca das mulheres em diversos veículos de mídia. A partir das noções apresentadas por Bourdieu em seu livro *A dominação masculina* (1999), entende-se que discursos marcados por este tipo de violência simbólica atingem as mulheres em um nível “espiritual”, o que acaba por contribuir para o entendimento de que a condição de inferioridade colocada às mulheres tem sua origem na natureza, legitimando este tipo de violência e a submissão feminina.

Bourdieu (1999) aponta também para a existência de uma dependência simbólica entre os gêneros, que muitas vezes é reforçada pelo campo midiático.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos cujo ser (esse) é um ser percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. (BOURDIEU, 1999, p. 82)

Essa dependência simbólica entre os gêneros, a que Bourdieu (1999) se refere, é percebida em diversos discursos midiáticos atuais, que tentam convencer mulheres a adotarem ou abandonarem certos costumes e comportamentos, embasados na opinião daquilo que é atraente ou do gosto do homem. Tais discursos se fazem presentes desde cedo na vida das mulheres, em revistas voltadas para meninas adolescentes, e continuam em campanhas publicitárias, programas de televisão e em artigos direcionados a mulheres adultas. Um dos casos abordados nesta pesquisa, representado pela *hashtag* #BelaRecatadaEDoLar, se refere a uma dessas matérias com discursos machistas. O outro caso #PrimeiroAssédio, elucida a partir de depoimentos e denúncias, justamente como às meninas já são submetidas a atos e discursos ofensivos desde a infância. Entretanto, essas *hashtags* atuam como expressões ativistas e desafiam a hegemonia dos meios de comunicação que circulam textos carregados de indícios de violência simbólica contra as mulheres.

Neste contexto de sociedade midiaticizada, entende-se que, com a revolução digital, surgiram diversas novas particularidades e desafios para compreender os processos comunicacionais e o desenvolvimento cultural das sociedades contemporâneas. Compreende-se que a mídia desempenhou um papel fundamental na formação das sociedades modernas desde a segunda metade do século XV, e portanto, a midiaticização não deve ser encarada como um mero produto do contexto cultural contemporâneo. Para compreender então, os processos sociais contemporâneos, as organizações ativistas que se desenvolvem nesse contexto, é necessário discutir sobre os processos de midiaticização.

O conceito de midiaticização, de acordo com Hjarvard (2012), é muitas vezes aplicado de forma contraditória ou imprecisa. Por vezes é usado para “descrever a conjuntura de um determinado setor (política, ciência etc.), enquanto outros utilizam o termo como uma característica global de uma nova situação na sociedade” (HJARVARD, 2012, p. 64) sob as perspectivas de sociedades modernas, a partir de Thompson (2008), ou pós-modernas, considerando Baudrillard (1981).

Para Hjarvard, a midiaticização tem como uma de suas principais características a possibilidade de interação em espaços virtuais que acabam por criar diferentes percepções do que é considerado real. Ele destaca também a diminuição das consequências da distância geográfica entre lugares distantes, uma vez que a partir da midiaticização é possível ter contato com eventos e fenômenos locais e globais independente da distância física (HJARVARD, 2012). Característica essa determinante nas manifestações net-ativistas que, por muitas vezes, circulam ignorando fronteiras entre países, como já apresentado.

Outra importante característica apresentada por Hjarvard acerca da midiatização, diz respeito ao seu caráter institucional e ao mesmo tempo institucionalizante, uma vez que “os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito” (HJARVARD, 2012, p. 64). Ou seja, a mídia encontra-se presente nos mecanismos de funcionamento de diversas outras instituições ou campos sociais, mas ela também atua em seu próprio campo, com regras, *habitus* e leis próprias.

No texto *Fragmentos de uma analítica da midiatização* de 2008, Fausto Neto apresenta ideias que vão ao encontro das de Hjarvard acerca dos processos de midiatização. Ele também defende que a mídia se encontra em um lugar de centralidade perante as outras instituições sociais, pois, para ele, “as mídias perdem este lugar de auxiliaridade e passam a se constituir uma referência engendradora no modo de ser da própria sociedade, e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais” (FAUSTO NETO, 2008, p. 93).

José Luiz Braga (2012) também contribui para o debate sobre midiatização em sua obra *Mediação & Midiatização: Conexões Epistemológicas*. Um interessante ponto ressaltado pelo autor é a diferenciação entre a popularização da incorporação de tecnologias na vida social e o processo de midiatização. Para Braga (2012), os novos processos e dinâmicas comunicacionais não surgem apenas das consequências da invenção tecnológica. Segundo o autor, “é preciso um componente diretamente social no processo. Sobre a tecnologia disponibilizada é preciso ainda que se desenvolvam invenções sociais de direcionamento interacional” (BRAGA, 2012, p.36). Ele toma como exemplo o rádio e as redes sociais Youtube e Twitter, que não são mais utilizados para as funções que tinham sido criados originalmente após a interatividade com o usuário, ou seja, a partir da dimensão social, suas funcionalidades foram alteradas. Nesse sentido, é possível destacar a utilização de diversas redes sociais digitais que tiveram sua função ressignificada de simples *sites* de relacionamentos, para poderosos meios de organização de ativismo.

É possível inferir, a partir de Braga (2012), que a midiatização acontece por meio da junção de um processo tecnológico a um processo social. O autor apresenta também alguns apontamentos acerca da circulação. De acordo com ele, a circulação é própria do processo de midiatização, e passou “a ser vista como o espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação” (BRAGA, 2012, p. 99), a partir da percepção de que os receptores são agentes ativos que podem modificar os produtos, elaborar comentários organizados formalmente ou

não, gerar novos produtos e contribuir para o debate de diversas outras formas, pelas redes sociais ou não.

Pernisa Júnior (2016) apresenta diversos apontamentos acerca da circulação. Ele aponta para a circulação como algo social, imprescindível à sociedade. Ele destaca também que nem sempre a circulação no âmbito da comunicação é boa, baseado em Braga (2012), pois os elementos que vão atrapalhar o seu processo circulam nos mesmos espaços (PERNISA JÚNIOR, 2016, p. 33). Quanto a esses espaços de organização da sociedade, o autor oferece uma análise diferente à dinâmica da organização dos campos sociais, destacando a variedade de fluxos inscritas nesses campos:

Pensar a dinâmica de fluxos também leva a perceber mais as zonas de fronteira e menos os campos em si. Isso demonstra que se deve observar mais a circulação – mesmo aquelas dentro do próprio campo – do que as relações mais bilaterais entre dois campos ou múltiplas, entre vários campos. Essas relações indicam muito pouco do que acontece na zona indeterminada onde os campos se relacionam e dão mais pistas sobre o que são os próprios campos. (PERNISA JÚNIOR, 2016, p. 33)

Pernisa Júnior (2016) destaca esse espaço de relações, uma vez que os processos e instituições sociais caracterizam-se cada vez mais por sua instabilidade e fluidez. Defende-se então a existência de um espaço indeterminado, “em que são possíveis as trocas, as misturas, os embates, as passagens, as interpenetrações, os conflitos, os ‘atrapalhamentos’, as comunicações”. Neste lugar, segundo o autor, “é que existem as possibilidades de que novas maneiras de se vivenciar o mundo e o momento contemporâneo se deem” (PERNISA JÚNIOR, 2016, p. 34).

O autor apresenta ainda a ideia de “fluxo adiante” nos seguintes termos:

[...] não há [...] como determinar percursos de circulação, possibilidades de relação nesse material que passa a fazer parte dos comentários. A volta para uma relação entre emissor e receptor também não é a intenção desse tipo de circulação, mesmo que haja possibilidade de “contrafluxos”. **O caos instala-se dessa forma, num fluxo que não pode ser mais controlado, sempre adiante.** Tanto emissão como recepção já não podem dar conta do que está ocorrendo, e instaura-se uma zona de indeterminação em que atua a circulação. (PERNISA JÚNIOR, 2016, p. 42)²⁰

Nessa perspectiva é possível considerar a circulação das *hashtags* feministas abordadas a seguir. Esse caos a que Pernisa Júnior se refere poderia ser representado por meio da contribuição feita por cada agente social (RECUERO, 2018), a partir de seus *posts*; comentários; manifestações *on* e *offline*; *memes*; *compartilhamentos*; entre outros diversos tipos

²⁰ Grifo da autora.

de interação às *hashtags* que poderiam ser apresentados e rastreados. Entretanto, ainda não seriam suficientes para a compreensão integral dessas *hashtags* como protestos e manifestações feministas, e, por isso, se optou por realizar o estudo de casos múltiplos, buscando a compreensão sobre cada um dos acontecimentos inscritos nelas e também uma visão ampla dos casos como parte do movimento feminista contemporâneo.

5 ESTUDO DE CASOS: HASHTAGS FEMINISTAS

As *hashtags* analisadas a seguir são compreendidas como manifestações inscritas no ativismo digital do Movimento Feminista brasileiro. Foram selecionadas por representarem temas e períodos marcantes para às mulheres e/ou o movimento feminista. São elas: (1) *#PrimeiroAssédio*, do ano de 2015, que marca a inauguração desse movimento de protestos feministas *online*; (2) *#BelaRecatadaeDoLar*, de 2016, que repercute por meio de protestos que se utilizam do humor de forma crítica; (3) *#UnVioladorenTuCamino*, de 2019 que destaca a dimensão global que uma manifestação local ganhou; e (4) *#GravidezAos10Mata*, de 2020, marcada pela retomada do debate sobre aborto no Brasil. Apesar da dimensão virtual, muitas delas ganham expressões além do ciberespaço, materializam-se em protestos no espaço físico, são utilizadas como temas em programas de mídia tradicional, e incorporam discursos midiáticos das mais diversas naturezas, como publicitário, fílmico, musical, entre outros.

A fim de compreender a particularidade de cada um dos casos que envolvem as *hashtags* analisadas, optou-se pela metodologia de pesquisa do estudo de caso (GIL, 2002; DUARTE e BARROS, 2005). Dessa forma, apresenta-se o contexto de cada uma delas, destaca-se os principais pontos que circundam sua circulação, além de buscar ressaltar se existe uma particularidade na temática feminista associada a cada uma delas. Duarte e Barros apresentam, a partir de Merriam (*apud* WIMMER, 1999, p. 161), quatro principais características do método que foram importantes para a definição da aplicação do estudo de caso neste trabalho. São elas:

Particularismo: o estudo se centra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real;

Descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido à indagação;

Explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas;

Indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo, segundo o qual os princípios e generalizações emergem a partir da análise dos dados particulares. Em muitas ocasiões, mais que verificar hipótese formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos. (DUARTE e BARROS, 2005, p. 217)

Essas características foram utilizadas no decorrer da análise intencionalmente, a fim de percorrer um caminho em que se busca apresentar cada caso, contextualizar o tema feminista a que este tem relação, colocar à prova novas relações e inferências, e, por fim, realizar a indução,

por meio das conclusões baseadas não só no caso, mas também considerando todo o contexto espacial e temporal de circulação da *hashtag*, além da bibliografia acerca da temática feminista que a envolve.

Com esta metodologia, o interesse se estende além do próprio caso para aquilo que ele sugere a respeito do todo (CASTRO *apud* DUARTE e BARROS, 2005). Portanto, observa-se ainda em um capítulo final, a partir da produção de uma tabela geral (Tabela 4), o que esses casos, quando colocados juntos uns aos outros revelam: se apresentam dimensões que convergem, divergem ou dialogam entre si. Questiona-se quais inferências são possíveis de se fazer a partir da colocação de um caso ao lado do outro, para enfim respondermos à questão quanto à organização feminista por meio de *hashtags*.

A fim de traçar uma compreensão temporal acerca dos acontecimentos dessas *hashtags*, elas serão analisadas em uma ordem cronológica. Primeiramente, inicia-se com aquela que foi para muitos apontada como a primeira manifestação feminista por meio de *hashtags* no Brasil que ganhou grande expressão: *#PrimeiroAssédio*, do ano de 2015.

5.1 *#PrimeiroAssédio* (2015) – Origem da Primavera das Mulheres

A *hashtag* *#PrimeiroAssédio* pode ser apontada como um marco na origem das mobilizações feministas *online*, principalmente aquelas que foram intermediadas por *hashtags*. Ela surgiu a partir do *reality show* de competição culinária para crianças e adolescentes, *Masterchef Júnior*, da Rede Bandeirantes. Na edição, que começou em outubro de 2015, a participante de 12 anos chamada Valentina foi vítima de assédio por parte de internautas, que realizaram postagens em redes sociais, principalmente no Twitter, comentando sobre sua aparência de forma machista, sexual e pedófila.

Um dia após o primeiro episódio da edição do ano de 2015 do *MasterChef Júnior* ter ido ao ar, a ONG feminista Think Olga mobilizou-se por meio do seu perfil no Twitter, com a *hashtag* *#PrimeiroAssédio*. As integrantes da ONG convidaram as mulheres a compartilharem suas denúncias e depoimentos utilizando a *hashtag* (Figura 10), uma das integrantes da ONG, Juliana de Faria, também compartilhou seu próprio depoimento pessoal sobre um caso de assédio sofrido por ela na sua infância (Figura 11).

Figura 10 - Primeiro *tweet* que faz menção a *hashtag* #PrimeiroAssédio



Fonte: Captura de tela – Perfil da Think Olga no Twitter, dezembro de 2020.

Figura 11 - Relato pessoal sobre assédio da integrante da Think Olga



Fonte: Captura de tela – Perfil da Think Olga no Twitter, dezembro de 2020.

De acordo com o *site* da ONG Think Olga (2020), a partir dos *tweets* foi possível constatar alguns dados acerca do assédio sofrido por mulheres na infância:

As respostas nos ajudaram a constatar que a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos – e grande parte dos crimes, 65%, são cometidos por conhecidos. Mas também descobrimos que anos de silêncio têm a capacidade de tornar as vozes ensurdecedoras quando redescobertas. Nos primeiros cinco dias da campanha, a *hashtag* foi replicada mais de 82 mil vezes, entre *tweets* e *retweets*. (THINK OLGA, 2020)

O movimento ganhou expressão no ciberespaço de forma a fazer parte dos assuntos mais comentados no Twitter, os *Trending Topics*. Além disso, no período foi noticiado em portais *online* de mídia internacional, como Huffington Post (2016) e BBC Trending (2015). Na reportagem da BBC, a *hashtag* foi traduzida para inglês como *#FirstHarrasement*, e foi

utilizada por algumas “mulheres de países como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Chile, Portugal e Holanda” (BBC TRENDING, 2015, n.p) para apresentar também suas denúncias e depoimentos de assédio, principalmente na infância. No início do mesmo ano, em uma outra reportagem do Huffington Post de maio de 2015, intitulada *18 Women Share The First Time They Were Harassed*, apresenta-se a utilização de uma outra *hashtag*: *#FirstHarassed* (Figura 12), que ganhou aderência de diversas mulheres principalmente nos Estados Unidos. Ao comparar as *hashtags* em uma ordem cronológica, percebe-se como esses movimentos no ciberespaço podem circular de forma a retomar discussões já abordadas, mas que se alteram a partir de traduções linguísticas e à luz de novas temáticas e questões que se encontram em evidência.

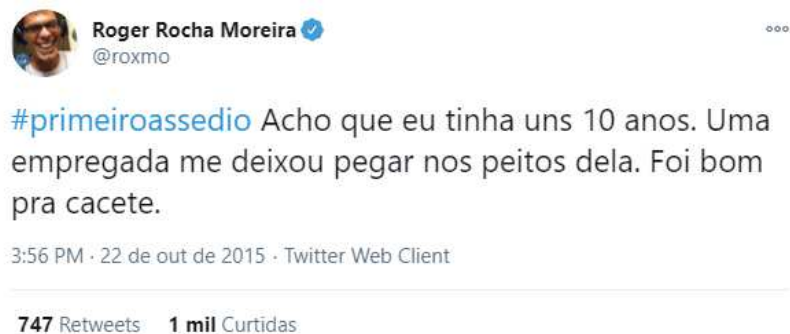
Figura 12 – Relato pessoal sobre assédio marcado pela *hashtag* *#FirstHarassed*



Fonte: Captura de tela – Perfil da Nicole Chung no Twitter, dezembro de 2020.

É preciso destacar também que, a partir da popularização de temáticas feministas nas redes sociais digitais, houve postagens críticas que minimizavam e ironizavam os depoimentos e denúncias. Por meio de *tweets* em perfis *fakes*, por pessoas anônimas, ou ainda por pessoas famosas, como por exemplo Roger Rocha Moreira (Figura 13), vocalista do Ultraje a Rigor e participante do *talk show* *The Noite* com Danilo Gentili — tido como uma liderança conservadora.

Figura 13 - *Tweet* de ironização às denúncias em *#PrimeiroAssédio*



Fonte: Captura de tela – Perfil do Roger Rocha Moreira no Twitter, dezembro de 2020.

Por ter inaugurado essa movimentação feminista impulsionada pelas redes sociais digitais, *#PrimeiroAssédio* foi explorada, estudada e analisada em diversas áreas de conhecimento, na mídia e no ambiente acadêmico. Em diversas produções feministas, foi apontada como o momento em que ONGs e organizações feministas, chamadas de Coletivos, ganharam visibilidade. Como, por exemplo, na obra abordada anteriormente, *Explosão Feminista* (2018), de Heloisa Buarque de Hollanda:

No Brasil, o grande impacto da *#PrimeiroAssédio* impulsionou uma onda de novas campanhas e abriu decididamente as vias da web para as demandas feministas. Nas semanas seguintes, surgiu *#MulheresContraCunha*, cujo foco era a mobilização de mulheres contra o PL 5069, que visava dificultar o acesso de vítimas de estupro ao aborto legal e seria colocado em votação logo em seguida. (...) Foi nesse ímpeto que veio a *#AgoraÉQueSãoElas*, com 5 mil compartilhamentos no Twitter e grande repercussão no Facebook, questionando a fraca presença feminina nos espaços de opinião da mídia convencional. (...) Ainda em novembro surgia a *#MeuAmigoSecreto*, mencionada 170 mil vezes no Twitter. A ideia era tornar públicos os relatos de assédios realizados por homens próximos, sem identificá-los. (HOLLANDA, 2018, n.p)

No trecho acima, percebe-se como, na visão de Hollanda, diversas outras manifestações feministas realizadas em 2015 e 2016 ocorreram a partir de *#PrimeiroAssédio*. Nessa perspectiva, é possível destacar um panorama desses protestos no artigo “Feminismo por *hashtags*: as potencialidades e riscos tecidos pela rede”, de 2017, onde a pesquisadora Josemira Silva Reis elenca diversas *hashtags* e as temáticas abordadas por essas campanhas em uma tabela.

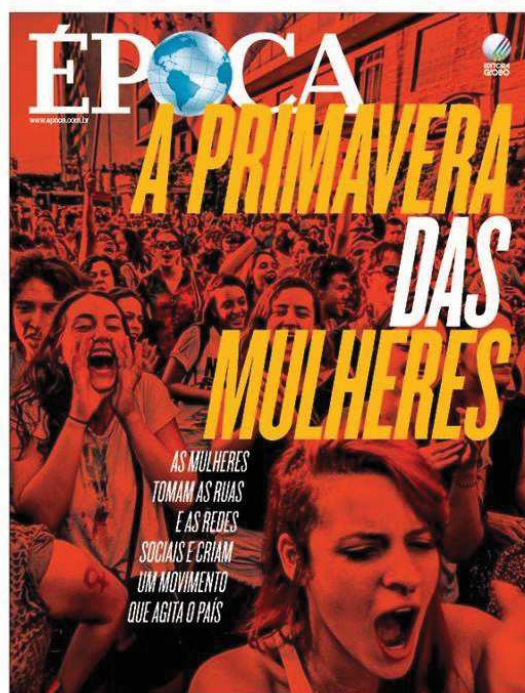
Tabela 3 - Principais campanhas feministas por *hashtags* que assumiram visibilidade nas mídias digitais entre os anos de 2015 e primeiro semestre de 2016

Hashtag	Temática abordada pela campanha
#AgoraÉQueSãoElas	Reivindicar visibilidade e agência midiática para mulheres.
#NãoTiraoBatomVermelho	Contra relacionamentos abusivos.
#Feminicidio	Pela aprovação da lei que inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos
#ElesporElas (#HeforShe)	Convocação dos homens à luta contra o machismo.
#VamosJuntas?	Formação de redes solidárias para prevenção à violência contra mulheres em espaços públicos.
#MexeucomUmaMexeucomTodas*	Contra a violência sexual no transporte público.
#MeuAmigoSecreto	Denúncia dos comportamentos machistas cotidianos
#MamiloLivre (#FreeNipple)	Contra a censura indiscriminada feita pelo Facebook à publicação de imagens de mamilos femininos.
#MulheresContraCunha	Contra o projeto de lei que endurece a penalidade para a prática do aborto, mesmo em caso de estupro.
#VaiTerShortinhoSim	Contra o <i>slut-shaming</i> **, a proibição do uso de roupas curtas em escola de Porto Alegre (RS)
#ChegaDeSilencio	Contra a violência sexual e cultura do estupro
#SomostodosMaju; #SomostodosTaisAraujo #SomostodosCrisViana #SomostodosSheronMenezes	Contra os ataques racistas aos perfis de celebridades negras.
#enemfeminista2015 #enemfeminista	Em apoio ou discordância ao tema da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) naquele ano.
#Primeiro.Assedio	Contra a naturalização do assédio sexual sofrido por mulheres desde a infância.
#EstuproNaoEculpaDaVitima #QueroUmDiaSemEstupro #ContraaCulturadoEstupro	Contra a violência sexual.
#BelaRecatadaeDoLar	Contra a exaltação dos estereótipos que norteiam o modelo ideal de mulher na mídia.
#MarchadasMargaridas	Manifestação de trabalhadoras rurais por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.
#MarchadasMulheresNegras	Contra o racismo e opressões sofridas pelas mulheres negras
#Survivor	Em favor do resgate da autoestima feminina

Fonte: Reis, 2017.

Em 2015, as temáticas feministas em evidência não se limitaram às redes sociais digitais. Na edição de número 909 da Revista *Época*, que circulou em 9 de novembro de 2015, foi possível notar o momento marcante para o movimento das mulheres no Brasil. A capa da revista (Figura 14) em questão, trazia uma fotografia de uma manifestação de mulheres nas ruas acompanhada do seguinte texto: “A primavera das mulheres - as mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país”.

Figura 14 – Capa da Revista Época: “A primavera das mulheres”



Fonte: Site da Revista Época, 2015.

Além da reportagem veiculada na revista, e sua publicação na íntegra no *site* da Revista Época (2015), foi produzido também um vídeo sobre a temática. No vídeo (Figura 11), mulheres que trabalhavam na revista no período compartilharam seus depoimentos pessoais sobre situações de machismo, assédio e abuso. O material foi publicado nos perfis das redes sociais digitais da Época, e na legenda da postagem no Facebook incluiu-se ainda as *hashtags*: *#PrimaveradasMulheres* e *#PrimeiroAssédio*.

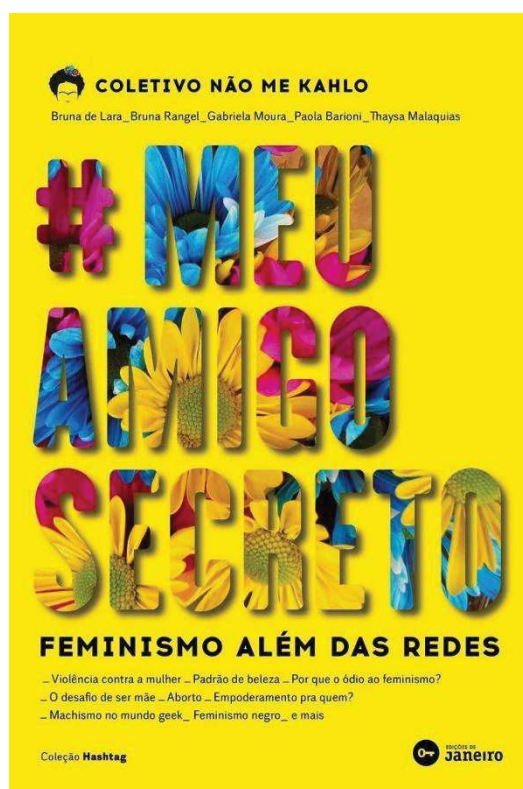
Figura 15 - Vídeo: Época apoia *#PRIMAVERADASMULHERES*



Fonte: Captura de tela – Perfil da Revista Época no Facebook, dezembro de 2020.

Dentre as outras hashtags já citadas que circularam no ciberespaço em 2015, é interessante destacar *#MeuAmigoSecreto*. Apresentada pelo Coletivo Não Me Kahlo, a proposta era descrever homens que fazem parte do dia-a-dia das mulheres em seus ambientes familiares e de trabalho e que já realizaram atitudes machistas, assédios, abusos, entre outras coisas. Os diversos depoimentos novamente estiveram presentes nos *Trending Topics* do Twitter e essa *hashtag* se desdobrou em outros materiais, como um livro lançado pelas integrantes do Coletivo Não Me Kahlo na coleção *Hashtags* da editora Edições de Janeiro (Figura 16), além de ter sido usada como campanha de divulgação para o lançamento do filme *As sufragistas* (Figura 17). No caso da publicidade do filme, pode-se questionar o motivo da utilização dessa *hashtag*: se foi empregada para reafirmar um posicionamento feminista de seus produtores ou simplesmente para se aproveitar do potencial de “viralização” da temática no período e trazer mais visibilidade à peça digital.

Figura 16 - Capa do livro *#MeuAmigoSecreto*



Fonte: Amazon Brasil, Dezembro de 2020.

Figura 17 - Publicidade com #MeuAmigoSecreto do filme *As Sufragistas*



Fonte: Captura de tela – Perfil da Universal Pictures no Facebook, Dezembro de 2020.

Pode-se destacar que o interesse do campo comunicacional pelo movimento #PrimeiroAssédio se deu principalmente por conta da circulação dessa *hashtag*, que surgiu a partir de um programa de televisão de entretenimento, gerou discussões no ciberespaço e deu visibilidade a reivindicações feministas não só no ambiente digital como nas ruas. Inaugurou-se aí um novo momento para o movimento feminista, com a popularização de suas temáticas, que passaram a ser incorporadas aos debates cotidianos, e estabeleceu-se um ambiente propício para o surgimento de outros protestos *online*, também intermediados por *hashtags*.

5.2 #BelaRecatadaeDoLar (2016) – Humor como forma de protesto

O caso a ser abordado a seguir, envolve uma matéria intitulada “Bela, recatada e ‘do lar’”. Publicada pela Revista Veja, no dia 20 de abril de 2016, na edição de número 2.474, foi previamente veiculada no portal digital da Revista Veja, no dia 18 de abril de 2016, um dia após a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados da então presidente Dilma Rousseff (PT). A matéria em questão é um perfil de Marcela Temer, com entrevistas com seus familiares sobre sua personalidade e descrição de sua vida pessoal ao lado do então vice-presidente Michel Temer (PMDB).²¹

²¹ A análise apresentada foi publicada previamente pela autora no artigo publicado na Revista Temática, intitulado “Indícios de violência simbólica de gênero no discurso da Revista Veja sobre as primeiras-damas de 1995 e 2016” (NATALINO, 2020).

Figura 18 - Matéria BELA, RECATADA E DO LAR da Revista Veja



Fonte: Acervo Digital Revista VEJA, 2019.

Logo após o título da matéria, em destaque na linha fina está o seguinte texto “A quase primeira-dama Marcela Temer, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice” (REVISTA VEJA, 2016, p. 28). Neste discurso é possível perceber quais são os atributos de Marcela Temer que serão destacados ao longo do restante do texto. Destaca-se a sua diferença de idade com seu marido, sua preferência por roupas discretas, expectativas familiares, e por fim, o mais significativo, ela é chamada de “quase primeira-dama”. Considerando o contexto em que a matéria foi publicada, em que a então presidenta Dilma Rousseff (PT) sofria o processo de *impeachment*, é possível inferir que a intencionalidade no uso desses termos denota um teor quase que de desejo para que Marcela Temer se tornasse a primeira-dama e evidentemente, Dilma sofresse o *impeachment*.

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial de sofisticados, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. (REVISTA VEJA, 2016, p.28)

A matéria inicia afirmando que Marcela é uma mulher de sorte. A descrição de sua vida pessoal com o então vice-presidente Michel Temer é feita de forma romantizada ao longo de todo o texto. A dimensão política, que pouco é citada, aparece mais como um obstáculo para o romance do casal.

Outro trecho que pode ser destacado, diz respeito à atuação profissional de Marcela Temer:

Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu curriculum vitae um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escolar, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele). (REVISTA VEJA, 2016, p. 28)

Neste texto é utilizada uma nova expressão relacionada a primeira-dama: “vice-primeira-dama do lar”. Para justificar tal papel social exercido por Marcela Temer, a autora apresenta a rotina de Marcela ligada ao seu filho, sua casa, além de falar sobre procedimentos de beleza que ela realiza.

Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antônio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros (REVISTA VEJA, 2016, p. 29)

O texto também apresenta opiniões de pessoas próximas à Marcela, como seu cabeleireiro e sua mãe. Em seus depoimentos, eles reiteram que as características femininas tradicionais são próprias de sua personalidade. Finalizando com “Michel Temer é um homem de sorte”, compreende-se que todo o perfil traçado, desde o título “Bela, recatada e ‘do lar’”, sobre Marcela como uma mulher que cumpre com os valores tradicionais ligados à figura feminina, é apoiado e valorizado pelos responsáveis pela veiculação desta matéria.

Entretanto, a sua repercussão demonstrou uma inconformidade do público ao discurso presente no texto. Em um contexto de sociedade midiaticizada, como já apresentado anteriormente, a recepção da matéria “Bela, recatada e ‘do lar’” resultou em uma “viralização” nas redes sociais e houve diversas repercussões sobre o texto que foram mediadas pela *hashtag* *#BelaRecatadaedoLar*.

Inicialmente foi possível encontrar críticas de mulheres e grupos feministas ao enquadramento machista da matéria, mas também existiram depoimentos de apoio, a partir de

pessoas e grupos cristãos, e outros tipos de engajamento que se utilizaram da temática para ironizar pessoas e outros temas.

Nas postagens críticas, destaca-se a utilização do humor como forma de protesto. O título da matéria sofreu diversas modificações e adaptações para demonstrar a insatisfação das pessoas quanto ao seu enquadramento machista. A mais popular delas, *#BelaRecatadaedoBar*, foi utilizada por mulheres que compartilharam fotos suas em bares, além de ter tido seu potencial de “viralização” explorado no texto de diversos produtos midiáticos, como, por exemplo, em um anúncio de cerveja (Figura 20) e título de uma música (Figura 19). O jogo de palavras também foi apropriado por temáticas feministas, como no caso do concurso de divulgação científica focado em mulheres pesquisadoras na cidade de Juiz de Fora – MG, “Bela, Cientista e do Bar” (Figura 21). O concurso ocorre desde 2018, com o objetivo de divulgar pesquisas realizadas por mulheres, aproximando-as do público além do meio acadêmico, em um ambiente descontraído, o bar.

Figura 19 – Música Bela, recatada e do Bar



Fonte: Captura de tela – Perfil de Bruno e Ed Carlos no Spotify, novembro de 2020.

Figura 20 - Publicidade Bela Recatada e do Bar da Cerveja Rio Carioca



Fonte: Revista Publicitta, 2016. O ESPÍRITO CARIOCA ENGARRAFADO
Disponível em: <<https://www.revistapublicitta.com.br/o-espírito-carioca-engarrafado/>>.

Acesso em: novembro de 2020.

Figura 21 - III Festival Bela Cientista e do Bar

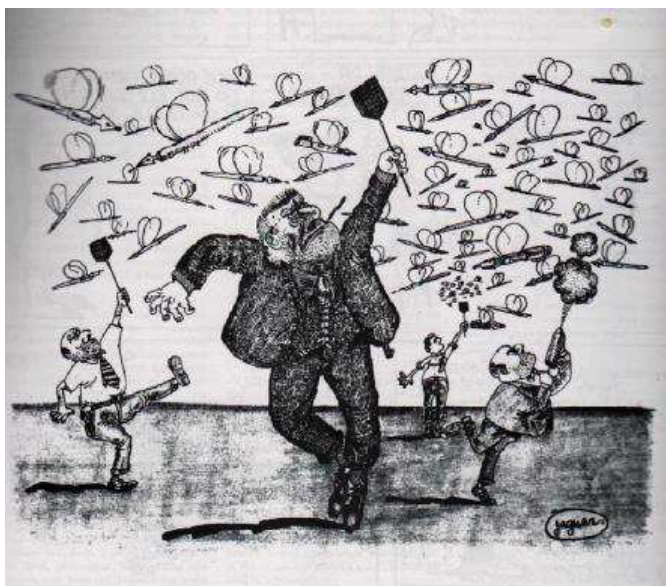


Fonte: Captura de Tela – Facebook Ciência ao Bar, novembro de 2020.

Além das diversas discussões *online* sobre a temática, a própria Revista Veja publicou em seu *site* uma matéria sobre o cibercontecimento. No texto, há a sugestão de que a matéria original foi escrita com ironia e é apresentado um *site*, que não se encontra mais no ar, com um compilado de diversos *memes* criados a partir da *hashtag*.

O emprego do humor para demonstrar insatisfação sobre uma temática e marcar um protesto não é algo novo. As charges, por exemplo, são um gênero textual que tem como característica principal a utilização de textos e imagens de tom humorístico, justamente para criticar um tema. No Brasil, as charges integravam um espaço expressivo no jornal *O Pasquim* (1969-1991), que circulou no período da ditadura militar (1964-1985) no país e sofreu uma série de censuras em seus textos e charges veiculadas. A pesquisadora Toulhoat (2013) apresenta que a censura se tornou inclusive o tema das charges no jornal: “Alvos da censura, os desenhistas da redação do Pasquim rapidamente passaram a criticá-la, de forma humorística, poética, irônica ou cínica” (TOULHOAT, 2013, p. 4), como é possível perceber na obra de Jaguar, que “propõe esta visão da censura, interessante na medida em que destaca a própria figura dos censores, as ferramentas utilizadas assim como os alvos representados sob a forma de canetas com asas” (TOULHOAT, 2013, p. 4).

Figura 22 - JAGUAR, “A censura”.



Fonte: O Pasquim. Antologia. Volume II. 1972-1973. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006, p.29 *apud* Toulhoat, 2013.

Nas temáticas feministas, também é possível relacionar o midiativismo às representações humorísticas. Uma das manifestações feministas de maior expressão no Brasil, a Marcha das Vadias, que surgiu em 2011, a partir da marcha canadense *Slut Walk*, também apresenta um discurso de certa forma humorístico, mas também crítico. De acordo com Santos (2017, p. 8), nessa manifestação, a linguagem apresenta um teor transitório entre brincadeira e seriedade: “Protestava-se contra coisas muito graves, como espancamento, assassinato, estupro, desigualdade, porém era uma forma de afronta ao mesmo tempo festiva, incorporando o riso

como força, renovação, resistência”. O próprio título, Marcha das Vadias, é utilizado a partir de uma proposta de ressignificação de uma palavra usualmente utilizada para ofender as mulheres. No artigo *Ressignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora*, de 2019, Boenavides aponta para essa ressignificação que divide opiniões mesmo dentro do movimento feminista. De acordo com a autora, a justificava das organizadoras da marcha para o emprego desse título, se apoia em uma escolha consciente: “Baseavam a tentativa de ressignificação na luta pela liberdade sexual, enunciando que ‘se ser livre é ser vadia, então, somos todas vadias’” (BOENAVIDES, 2019, p. 2). Nesse sentido, a apropriação do título “Bela, recatada e ‘do lar’”, que para muitas mulheres marca um discurso machista da mídia, foi muitas vezes utilizado para ressignificar o seu sentido original e apresentar diferentes perfis femininos que desafiam esses valores tradicionais ressaltados pela matéria.

5.3 #UnVioladorenTuCamino (2019) – Manifestação sem fronteiras

Um protesto feminista surgiu no Chile, em meio às manifestações que eclodiram contra o aumento de passagem do transporte público e levaram os manifestantes às ruas para exprimirem seu descontentamento com a desigualdade social do país. O grupo feminista chileno *Lastesis*, autointitulado Coletivo Interdisciplinar de Mulheres, realizou, no dia 20 de novembro de 2019, uma intervenção na cidade de Valparaíso. *Un violador en tu camino* foi a música criada e cantada pelo coletivo em seu protesto. A letra que diz “É o feminicídio. Impunidade para o meu assassino. É o desaparecimento. É a violação. E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia. O estupro é você”²² foi cantada enquanto as manifestantes realizavam uma coreografia simbólica à violência policial no país. A ação foi filmada e disponibilizada no perfil do Instagram do Coletivo *Lastesis*. O primeiro vídeo da ação contava com mais de 320 mil visualizações²³, em novembro de 2020.

Além da música, outro importante elemento dessa manifestação é a coreografia. É possível realizar algumas inferências acerca os símbolos utilizados na coreografia criada pelo coletivo feminista. De acordo com uma das integrantes do coletivo *Lastesis*, a coreografia contém referências a abusos policiais. O agachamento, por exemplo, surgiu a partir da

²² Tradução da autora. Texto original: *Es feminicidio. Impunidad para mi asesino. Es la desaparición. Es la violación. Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía. El violador eras tú.*

²³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5JUo7IJ_E1KWT38ZJ0_Q5-HSS0_HF9oEcCalk0/>

representação do abuso sexual por parte dos Carabineiros²⁴ do Chile, que obrigavam detentos a realizarem agachamentos enquanto estavam nus. Ela também destaca que a ação em apontar, está relacionada às mulheres que muitas vezes sofrem abusos de pessoas próximas, e levam a culpa do abuso que sofrem.

Figura 23 - Mulheres apontam em coreografia do protesto *#UnVioladorenTuCamino*



Fonte: Público, 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/27/p3/video/o-violador-es-tu-a-musica-de-protesto-das-mulheres-do-chile-que-esta-a-arrepiar-o-mundo-20191127-180412>. Acesso em: agosto de 2020.

A manifestação original dividiu-se em mais de um encontro. A segunda intervenção foi marcada para o dia 25 de novembro, Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres, na cidade de Santiago, capital do Chile. O vídeo da primeira ação realizada foi utilizado para ensinar a música e a coreografia às mulheres que desejassem participar do protesto.

²⁴ Instituição de polícia ostensiva do Chile que possui estética a atuação militar.

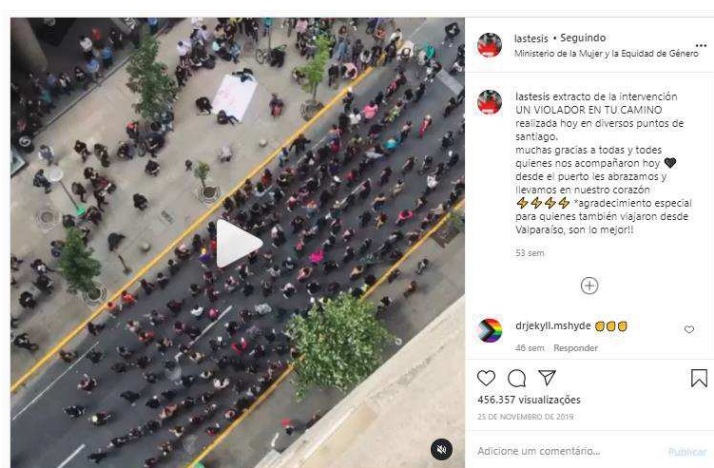
Figura 24 - Cartaz de convocação para ato *Un violador en tu camino*, do dia 25/11/2019



Fonte: Captura de tela – Perfil do Grupo *Lastesis* no Instagram, junho de 2020.

O vídeo postado na página do Instagram do Grupo Lastesis, no dia 25 de novembro de 2019, contava com mais de 400 mil visualizações, em novembro de 2020, além da ação ter sido filmada por uma organização audiovisual de mulheres chilenas, chamada *Nosotras Audiovisuales*, esse registro foi compartilhado também por diversos outros perfis no Instagram, Facebook e em outras redes sociais digitais.

Figura 25 - Vídeo do ato *Un violador en tu camino*, do dia 25/11/2019



Fonte: Captura de tela - Perfil do Grupo Lastesis no Instagram, novembro de 2020.

Os registros visuais compartilhados digitalmente foram cruciais para a divulgação da manifestação e sua propagação global. A partir dos vídeos disponibilizados *online* foi possível para mulheres e organizações feministas do mundo inteiro se inspirarem nas manifestações chilenas, além de aprenderem exatamente a letra da música de protesto e sua coreografia. Em

uma reportagem da Carta Capital (2019) sobre o ato feminista, é possível encontrar nos registros audiovisuais versões da mesma música em diversas línguas diferentes. Na reportagem são citadas sete cidades em que diversas mulheres se utilizaram da música e da coreografia originais em suas manifestações. São elas: Berlim, Bristol, Cidade do México, Barcelona, Madrid, Istambul e Paris. Também houve manifestações inspiradas pela chilena em alguns estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul (CORREIO BRAZILIENSE, 2019).

Figura 26 - Manifestação Un violador en tu camino, em Washington – Estados Unidos



Fonte: Agencia EFE, 2019. *Mujeres traen "Un violador en tu camino"* a Washington. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/america/sociedad/mujeres-traen-un-violador-en-tu-camino-a-washington/20000013-4133180>. Acesso em: junho de 2020.

Figura 27 – Manifestação *Un violador en tu camino*, em Paris - França



Fonte: The Washington Post, 2019. When feminist outrage goes viral. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/graphics/2019/opinions/global-opinions/amp-stories/violador-en-tu-camino/> Acesso em: junho de 2020

Figura 28 - Manifestação *Un violador en tu camino*, em Porto Alegre - RS, Brasil



Fonte: Esquina Democrática, 2019. INSPIRADAS NAS CHILENAS, MULHERES GAÚCHAS REPLICAM "UN VIOLADOR EN TU CAMINO". Disponível em: <http://www.esquinademocratica.com/post/2019/12/09/inspiradas-nas-chilenas-mulheres-ga%C3%BAs-replicam-un-violador-en-tu-camino>. Acesso em: julho de 2020.

Entende-se que as manifestações se utilizaram das dinâmicas proporcionadas pelas redes sociais digitais para sua divulgação e ampliação do local para o global. A partir de Di Felice (2013b), pode-se considerar essa manifestação como uma expressão de net-ativismo. É possível perceber claramente como esse movimento ganhou proporções globais a partir de um ato específico no Chile. Em entrevista à BBC News Mundo (2019), Paula Cometa, uma das integrantes do coletivo *Lastesis*, fala sobre a dimensão tomada pela manifestação criada pelo grupo. Em sua opinião, o vídeo se tornou “viral” e ganhou expressão global, pois a violência contra as mulheres é um tema mundial, não apenas específico do Chile.

Ao tratar de net-ativismo, Di Felice aponta ainda que as manifestações que se fazem valer dessa prática “têm como origem as redes digitais e continuam nas ruas das cidades, sem deixar a sua dimensão informativo-digital, sendo filmadas, transmitidas, fotografadas, postadas e comentadas online” (DI FELICE, 2013b, p. 58). O autor destaca ainda a característica desses movimentos net-ativistas que se expressa de forma não linear:

Essa, de fato, apresenta-se como o conjunto de ações não apenas humanas, isto é, não apenas expressões da vontade de um sujeito ator, de movimentos sociais ou de opinião, mas resultado da sinergia de diversos actantes (circuito informativo, dispositivos, smartphones, câmaras digitais, gravadores, redes sociais, como Facebook, movimentos sociais, indivíduos, etc.). (DI FELICE, 2013b, p. 58)

É interessante levar em consideração os apontamentos de Di Felice acerca do net-ativismo, uma vez que o vídeo postado no dia 28 de novembro de 2019 pela página no Facebook da BBC News Mundo, que apresenta um compilado de diversas filmagens feitas da manifestação e apresenta o contexto em que foi realizada, contava com mais de 2,4 milhões de visualizações em junho de 2020. O ativismo das feministas do Chile ganhou tamanha expressão nas redes sociais digitais que também foi retratado em mídias tradicionais, como na televisão. No Brasil, o programa Estúdio I, da Globo News (2019), apresentou uma reportagem acerca das manifestações ao redor do mundo.

Apesar da postagem original não contar com a marcação da *hashtag* *#UnVioladorEnTuCamino*, esta foi utilizada junto a diversos outros conteúdos que se inspiraram na música e coreografia utilizadas na manifestação de origem chilena. Sua relação com outras *hashtags* que marcam temas e protestos específicos e locais, também são

perceptíveis. Como no protesto brasileiro realizado em 2020 pela bancada do PSOL²⁵ sobre o caso de Mari Ferrer, que foi mediado principalmente pela *hashtag* #JustiçaPorMariFerrer.

Esse caso surgiu a partir de uma denúncia de estupro realizada pela *digital influencer* Mariana Ferreira, que se utilizou também de seus perfis nas redes sociais digitais, como o Instagram, para expor sua denúncia e pedir por justiça. De acordo com a página no Facebook da Mídia Ninja²⁶, o protesto em apoio a *influencer* ocorreu em frente ao prédio da Justiça Federal em São Paulo – SP. Na fotografia postada pela Mídia Ninja (Figura 29), é possível perceber a reprodução da coreografia de origem chilena.

Figura 29 - Manifestação #JustiçaPorMariFerrer utilizou de coreografia de #UnVioladorEnTuCamino



Fonte: Captura de Tela - Perfil da MÍDIA NINJA no Facebook, dezembro de 2020.

Além de sua associação a outras *hashtags* e protestos, a *hashtag* e a música em questão também foram traduzidas para diversas línguas, nos países em que foram realizados os protestos. Em português, a *hashtag* foi traduzida para #OEstupradorÉVocê, e a letra da música ficou da seguinte forma, de acordo com a descrição do vídeo do protesto realizado em Vitória – ES:

O patriarcado é um juiz / Que nos julga por nascer / E nosso castigo / É a violência que não vê Feminicídio / Impunidade para o assassino / É agressão / É estupro e ocultamento / E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia / O estuprador é você / É a PM / Os Juizes / O Estado / O presidente / O estado opressor é um macho estuprador / O estuprador é você / A pequena não dorme tranquila / O monstro agressor é da própria família / O Estado elitista forma o racista e a vida preta em dobro se arrisca / Quem cuida de mim não é

²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/2039107146247420> Acesso em 11 de nov. 2020.

²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/nesta-quarta-feira-dia-4-de-novembro-ativistas-feministas-realizaram-a-performan/2039107146247420/>

a força nacional são mulheres, amigas, lutadoras feministas / O estado opressor é um macho estuprador / O estuprador é você. / Se sente, se sente Marielle está presente / O assassino dela é amigo do presidente / Se sente, se sente Marielle está presente. (YOUTUBE, 2020)²⁷

A relação entre músicas e protesto é muito expressiva no Brasil. Diversos movimentos musicais no país desenvolveram-se a partir de uma proposta de transgressão ao *status quo* de uma época, muitas vezes por razões políticas. Pode-se destacar, por exemplo, diversos movimentos musicais no período de ditadura militar no Brasil (1964-1985):

A MPB, o samba e o rock acabaram formando uma espécie de frente ampla contra a ditadura, cada qual desenvolvendo um tipo de crítica, atitude e crônica social que forneciam referências diversas para a ideia de resistência cultural. A MPB, com suas letras engajadas e elaboradas; o samba, com sua capacidade de expressar uma vertente da cultura popular urbana ameaçada pela modernização conservadora capitalista; e o rock, com seu apelo a novos comportamentos e liberdades para o jovem das grandes cidades. Não foi por acaso que ocorreram muitas parcerias, de shows e discos, entre os artistas desses três gêneros. (NAPOLITANO *apud* AVELINO, 2018, p.30)

Além do período do regime militar, movimentos musicais contemporâneos no Brasil também se apoiam em questões sociais e trazem em suas expressões reivindicações ativistas. Como o movimento musical RAP, de origem estadunidense, mas que foi adaptado também às questões locais brasileiras, associado principalmente ao movimento negro. Existem também diversos movimentos musicais interligados a regiões e suas questões específicas, como o maracatú, o pagode baiano, o repente nordestino, entre outros.

Nessas perspectivas, destaca-se algumas características marcantes no protesto intermediado pela *hashtag* #UnVioladorenTuCamino: a ligação com a música de protesto, a coreografia e principalmente o atravessamento de fronteiras, em que uma manifestação local tomou dimensão global. Sua tradução ocorreu além da própria música, que foi traduzida de acordo com idiomas dos diferentes países das manifestações, mas também os seus símbolos sofreram reapropriações, ganhando novos significados a partir das especificidades dos locais onde ocorreram os protestos. Acredita-se que essa *hashtag* apresentou uma dimensão global, e se replicou em diversos lugares do mundo, por algumas razões: a temática global, que envolve a violência contra a mulher; a criação de uma música e uma coreografia facilmente replicáveis que são repletas de simbologias; e também pelos fenômenos próprios da midiaticização, centralização midiática e funcionamento das redes sociais digitais.

²⁷ Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=IkZ6tI7qXts>. Acesso em: 12 jan 2021.

5.4 #GravidezAos10Mata (2020) – Retomada do debate do aborto

Recentemente, em agosto de 2020, um tema frequentemente discutido pelo movimento feminista ganhou repercussão nacional novamente no Brasil: o aborto. Uma menina de 10 anos, vítima de estupro, engravidou após sofrer abusos sexuais de seu tio por muitos anos. Apesar da comoção nacional quanto a repulsa ao ato do estupro, o aborto, nesse caso assegurado por lei, foi colocado em discussão principalmente por lideranças conservadoras e religiosas. Foi em uma rede social digital que a anti-feminista e militante de extrema direita, Sara Winter, divulgou informações pessoais sobre a menina e o endereço do hospital onde o aborto legal seria realizado.

A partir da divulgação desses dados, de acordo com o Estado de Minas (2020), grupos extremistas religiosos ligados à Comunidade Católica Porta Fidei dirigiram-se ao hospital em que a garota iria realizar o procedimento para interromper a gravidez e realizaram protestos hostis. Esses protestos foram filmados e divulgados em diversas redes sociais. A partir da divulgação desses vídeos e dos dados vazados por Sara Winter, grupos de apoio à menina também se dirigiram ao local. Entre eles, um grupo com cerca de 50 ativistas do Fórum de Mulheres de Pernambuco, segundo o portal de Notícias UOL (2020).

O caso, noticiado por veículos de comunicação de alcance nacional, possibilitou o agrupamento de pessoas, a partir das redes sociais digitais, que dividiam a mesma opinião quanto ao tema do aborto. Essa organização ocorreu entre os grupos que estiverem no local para protestar por diversos motivos, como: demonstrar apoio a garota, sua família e à equipe médica; criticar o hospital e a equipe médica envolvida no procedimento; ou ainda protestos a favor ou contra o procedimento do aborto. Além disso, houve uma mobilização *online*. Retomase então, o conceito de net-ativismo, em que ocorre o “advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação local avançam na direção do atendimento das necessidades comuns” (DI FELICE, 2013b, p. 54).

Pôde-se observar, então, a formação de dois grupos que tomaram lados divergentes a partir desse acontecimento. No primeiro deles, composto principalmente por pessoas que apoiavam o asseguramento do direito legal da menina em realizar o aborto, foi possível perceber diversas postagens nas redes sociais em que constavam a *hashtag* #GravidezAos10Mata. A *hashtag* surgiu primeiramente como uma forma de protesto a um boato de que o Estado ainda estaria avaliando o caso para decidir se o aborto poderia ser feito legalmente. Entretanto, esclareceu-se mais tarde que o caso corria em segredo de justiça para proteção da menina e da

família (PORTAL G1, 2020b). A partir do esclarecimento acerca da garantia do direito quanto ao aborto, os protestos então surgiram do outro lado. Este segundo grupo, formado por pessoas que se diziam contra o aborto em quaisquer situações, apresentava justificativas ligadas à religiosidade, filosóficas ou morais.

Enquanto no primeiro grupo existiram *posts* de pessoas famosas utilizando a *hashtag* #GravidezAos10Mata, a fim de trazer atenção ao tema, no segundo grupo percebeu-se uma liderança específica, a ativista conservadora Sara Winter. Como dito anteriormente, Sara Winter divulgou o nome e endereço do hospital em que a menina iria realizar o aborto assegurado por lei, e a partir disso protestos contra a própria ativista foram feitos juntos aos *posts* sobre o caso. Alguns deles mediados pela *hashtag* #SaraWinterNaCadeia. De acordo com o portal Universa, da UOL (2020), “duas horas depois da exposição da criança em rede social, o Twitter já acumulava mais de 12 mil *posts* sobre o caso. A publicação da militante, que tem 43 mil seguidores, tinha 900 curtidas”.

O crime do estupro foi obviamente comentando nesse caso, mas se comparado à discussão e à repercussão acerca do aborto assegurado por lei no caso, foi extremamente menos popular. De acordo com Bell Hooks (2018), autora feminista e representante do movimento negro nos Estados Unidos, a atenção midiática ao aborto, desde do início da discussão no feminismo, se deu por conta de colocar em xeque modelos tradicionais de família e valores religiosos:

A questão do aborto chamou atenção da mídia de massa porque realmente desafiou o pensamento cristão fundamentalista. Desafiou diretamente a noção de que a razão da existência de uma mulher é gerar crianças. Chamou atenção da nação para o corpo da mulher de uma forma que nenhuma outra questão poderia fazer. Era um desafio direcionado à igreja. Mais tarde, todas as outras questões reprodutivas para as quais pensadoras feministas chamaram atenção eram com frequência ignoradas pela mídia de massa. (HOOKS, 2018, n.p)

Em obras feministas, entende-se a questão do aborto como parte dos direitos reprodutivos de pessoas com órgãos femininos e percebe-se que a pauta se encontra em discussão desde da segunda onda feminista ainda nos anos 60. Nas primeiras organizações do movimento feminista, as discussões acerca do corpo da mulher foram colocadas em evidência: “Uma vez que o movimento feminista aconteceu na esteira dos direitos civis e da libertação sexual, naquele momento parecia apropriado que questões referentes ao corpo feminino fossem priorizadas” (HOOKS, 2018, n.p). A partir de uma perspectiva crítica, Bell Hooks destaca que o movimento feminista nos Estados Unidos, em seu início formado majoritariamente por mulheres brancas e burguesas, identificara-se mais à causa do aborto pela gravidez indesejada do que na promoção dos direitos reprodutivos preventivos como “educação sexual básica,

controle pré-natal, medicina preventiva – (...) à esterilização forçada, cesarianas desnecessárias e/ou histerectomias e as complicações médicas que esses procedimentos causavam” (HOOKS, 2018, n.p).

Questiona-se, entretanto, como essa temática transportou-se para o Brasil. O Código Penal Brasileiro, decreto-lei nº 2.848/1940, trata o aborto da seguinte forma:

No capítulo intitulado “Dos Crimes contra a Vida”, estão previstos como crime (e definidas penas) o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento (art.124) e o aborto provocado por terceiros – sem consentimento da gestante (art.125) ou com seu consentimento (art.126). Está ainda previsto o aumento das penas nas situações de abortamento induzido por terceiros quando, deste ato, resultar lesão corporal de natureza grave ou morte da gestante (art.127). Por fim, um único dispositivo (art.128) dispõe sobre a não punição da prática do abortamento quando provocado por médico. Nesse caso, nas situações do denominado aborto necessário – se não há outro meio de salvar a vida da gestante – e do aborto de gravidez resultante de estupro. (ROCHA, 2006, p. 369)

De acordo com Rocha (2006) pouco se discutia sobre o aborto entre os anos de 1964 a 1979. Um novo Código Penal foi apresentado em 1969, que, entre outras coisas, se propunha a aumentar a pena contra a mulher que se infringisse o autoaborto, mas não entrou em vigor. Quanto aos projetos de lei propostos neste período, Rocha aponta que a maioria não apresentava propostas significativas ao debate do aborto. Entretanto, existiram quatro projetos de leis pioneiros na época, “um deles em relação à descriminalização do aborto e os outros três acerca da ampliação das possibilidades da prática do abortamento. Dois destes, inclusive, chegaram a ser discutidos e rejeitados nas comissões técnicas” (ROCHA, 2006, p. 370).

A autora apresenta, que o movimento feminista no Brasil, em sua segunda onda nos anos 70, ainda não declarava o aborto como uma de suas reivindicações, ao menos não publicamente. Diferentemente dos Estados Unidos, em que Hooks (2018) destaca a temática como uma das primeiras questões a serem levantadas pelo movimento.

Já no período entre os anos de 1979 e 1985, Rocha (2006) apresenta que a grande diferença na temática do aborto ao tempo apontado anteriormente foi justamente a atuação feminista. A influência do movimento no Congresso Nacional refletiu em mais projetos de lei propostos sobre a questão. De acordo com Barsted, nos anos 80, o movimento feminista brasileiro não só incorporou o debate sobre o aborto como também o transportou para a imprensa e produziu-se “livros, teses, seminários, conferências, panfletagens nas ruas, entrevistas na televisão, pressão sobre os partidos progressistas e sobre candidatos as eleições legislativas” (BARSTED, 1992, p. 110). As consequências dessa ofensiva quanto a questão do

aborto nas ruas e na imprensa em um período de regime militar foram rompimentos com “alguns tradicionais aliados na luta contra a ditadura, dentre eles a Igreja Católica” (BARSTED, 1992, p. 110), que reagiu por meio de “artigos na grande imprensa, acenando com a excomunhão para aquelas que defendessem o aborto” (BARSTED, 1992, p. 110).

Quarenta anos após o Código Penal de 1940, uma menina de 12 anos, estuprada pelo padrasto, não conseguiu permissão médica para fazer o aborto previsto por lei:

Nesse mesmo ano, de 1980, o drama de J., menor de 12 anos e de sua mãe Cícera, ganhou espaço na imprensa carioca. O Jornal do Brasil, O Dia, O Fluminense e O Globo noticiavam que, estuprada pelo padrasto, a menor J. não conseguira permissão médica para fazer o aborto previsto por lei. Tal fato evidenciou outra realidade - mesmo nos casos previstos por lei como situações não puníveis (gravidez resultante de estupro e gravidez que acarrete risco de vida para a mãe), a prática do aborto era negada pelo poder médico. Essa constatação fez parte de um pungente libelo dos advogados de J., enviado à imprensa, quando nada mais se podia fazer face ao final da gestação da jovem. A história de Cícera e de sua filha J. foi acompanhada e, posteriormente, relatada em livro por Danda Prado. (BARSTED, 1992, p. 112)

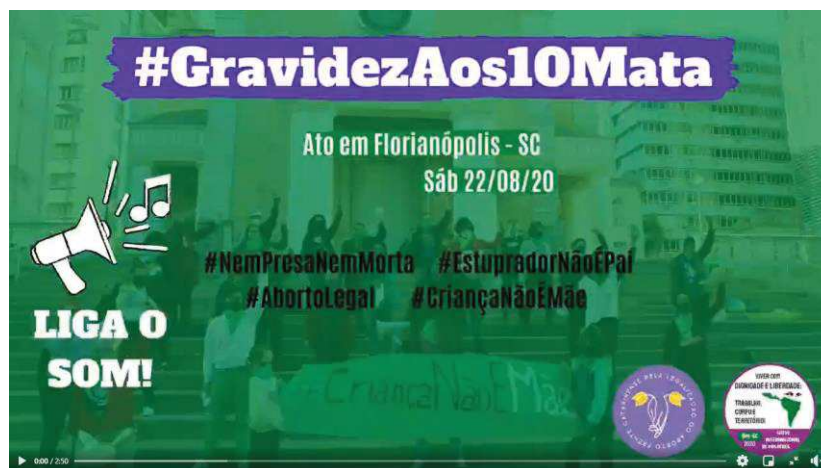
É possível traçar um paralelo desse caso com o acontecimento marcado pela *hashtag* #GravidezAos10Mata, que ocorreu oitenta anos após o Código Penal Brasileiro, e quarenta anos depois do caso de J. Em 2020, a menina de 10 anos, enfrentou um problema parecido. Apesar de morar no Estado do Espírito Santo, a garota e sua família precisaram sair de sua cidade e estado de origem, pois o hospital em que iriam realizar o procedimento do aborto inicialmente recusou-se a realizá-lo, afirmando que o estágio da gravidez estava avançado e, portanto, não seria previsto por lei, o que não procede, já que o aborto em caso de estupro é previsto por lei independente do tempo de gravidez (PORTAL G1, 2020b). Entretanto, diferentemente do caso expresso em 1980, em 2020, a menina de 10 anos conseguiu realizar o procedimento do aborto legal. Acredita-se que a atenção midiática ao caso, e a manifestação por meio da *hashtag* #GravidezAos10Mata, podem ter influenciado diretamente no resultado deste acontecimento.

Nos Estados Unidos, Bell Hooks (2018) aponta para uma retomada de lideranças políticas conservadoras que também questionam o direito ao aborto. De acordo com ela, essa resistência prejudica principalmente as mulheres pobres, pois busca questionar os procedimentos subsidiados pelo governo e gratuitos: “Como consequência, mulheres de todas as raças que têm privilégios de classe continuam a ter acesso a abortos seguros – continuam tendo o direito de escolher –, enquanto as mulheres em desvantagem material sofrem” (HOOKS, 2018, n.p). De certa forma, o mesmo acontece no Brasil. Apesar do aborto ser proibido a todos, os dados evidenciam que as mulheres continuam abortando, e aquelas com boas condições financeiras

submetem-se a procedimentos mais seguros, enquanto mulheres pobres ficam sujeitas a procedimentos que podem custar suas próprias vidas.

Nesse sentido, o aborto continua sendo uma reivindicação feminista no Brasil. As manifestações que surgiram a partir do caso *#GravidezAos10Mata*, não se limitaram apenas a defender o direito da garota em específico. Com o debate do aborto em evidência em diversas mídias, questionamentos acerca do que é ou não assegurado por lei, mulheres feministas utilizaram-se das redes e das ruas para se manifestarem e expressarem seus pensamentos quanto ao aborto.

Figura 30 - *Print* do vídeo do ato *#GravidezAos10Mata* em Florianópolis – SC mostra diversas *hashtags*



Fonte: Captura de tela - Vídeo do perfil 8M Brasil Santa Catarina no Facebook, dezembro de 2020.

Figura 31 – Faixas com menção ao aborto legal e ao caso no ato *#GravidezAos10Mata* em Florianópolis - SC



Fonte: Captura de tela - Vídeo do perfil 8M Brasil Santa Catarina, no Facebook, dezembro de 2020.

Nas imagens destacadas do ato realizado em Florianópolis - SC, no dia 22 de agosto de 2020, é possível perceber a menção ao caso da garota por meio das *hashtags* #GravidezAos10Mata e #CriançaNãoÉMãe, como também a abordagem do tema do aborto de forma mais geral por meio das faixas com os dizeres: “Aborto é um direito de todas as pessoas com útero” e “Frente Catarinense pela Legalização do Aborto”.

No vídeo do ato, é possível verificar que as manifestantes ainda cantaram a música do protesto #UnVioladorenTuCamino, com algumas modificações que fazem referências específicas à menina de 10 anos. Um dos versos diz: “E a culpa não é da criança, afasta o ódio e protege a infância”. Na legenda junto dos vídeos foram utilizadas algumas outras *hashtags* que fazem referência ao crime do estupro, ao aborto, e a gravidez resultante do ato criminoso. Foram elas: #CriançaNãoÉMãe, #EstupradorNãoÉPai, #NiñasNoMadres, #AbortoLegal, #AbortoSeguroParaNãoMorrer, #AbortoÉDireito.

Dessa forma, percebe-se como essa manifestação marcada pela *hashtag* #GravidezAos10Mata não só trouxe de volta a discussão do aborto para mídia tradicional, como também, em um contexto midiaticizado, resgatou maneiras de protestar já utilizadas por manifestações que a antecederam. Não só na temática do aborto, como também outras diversas manifestações feministas dos últimos anos, que foram inclusive citadas neste trabalho, apontando assim, para uma conexão entre todas essas manifestações, seja de forma digital, ou não.

5.5 Organização feminista por meio de *hashtags*

A partir dos quatro estudo de casos das *hashtags* feministas, foi possível traçar inferências sobre cada um dos eventos analisados especificamente, além de terem se destacado diversas características próprias do movimento feminista contemporâneo.

O primeiro caso analisado, da *hashtag* #PrimeiroAssédio, expressiu uma dimensão “viral” à discussão quanto ao assédio sexual que acomete meninas e mulheres. Esses casos são dificilmente compartilhados de maneira pública, nem tampouco denunciados por meio de depoimentos pessoais realizados. Foi possível perceber, a partir da *hashtag*, que apesar de se tratar de um tema de conhecimento geral da população, a partir da “viralização” da *hashtag*, despertou-se atenção e empatia em um grande público quanto à questão. Destacou-se também uma relação perceptível entre essa *hashtag* e diversos outros protestos feministas que ocorreram no período, entre os anos de 2015 e 2016, na Primavera das Mulheres, alguns

também mediados por *hashtags* e outros que resultaram em manifestações nas ruas. Um deles, inclusive, foi o segundo caso estudado – *#BelaRecatadaeDoLar*.

A *hashtag* que foi utilizada como forma de protesto contra o enquadramento machista de uma matéria de revista, mobilizou mulheres feministas a se unirem em um protesto irônico, a partir de ressignificações e adaptações do discurso utilizado pelo próprio alvo do protesto: a matéria da Revista Veja. Dentre todos os casos, a *hashtag #BelaRecatadaeDoLar*, utilizada na manifestação feminista, sofreu mais alterações em sua grafia, pois essas diferentes versões para ironizar o título da matéria faziam parte do próprio protesto.

Apesar das duas primeiras *hashtags* estudadas apresentarem protestos de natureza extremamente diferentes, se inscrevem dentro do mesmo fenômeno de atuação do movimento feminista no ambiente digital. Esse espaço virtual contém ferramentas que permitiram a formação de redes de denúncias e compartilhamento de depoimentos pessoais, mas que também possibilitaram a criação de conteúdos criativos, como postagens e *memes* para criticar um tema, protestar contra um discurso e enquadramentos machistas.

O terceiro caso estudado, *#UnVioladorEnTuCamino*, difere dos demais casos em seu país de origem da manifestação, o Chile. Entretanto, a partir de seu estudo, é possível destacar diversas características do movimento feminista contemporâneo que se aplicam às dinâmicas próprias do Brasil. A replicação da manifestação pelo mundo, a adaptação da música e coreografia para diferentes idiomas, temáticas e locais diferentes, todos apontam para o momento do feminismo que se encontra globalizado e internacionalizado. De todos os casos estudados, neste se encontrou a maior cobertura midiática, inclusive além da Internet, justamente por se tratar de uma manifestação que mobilizou mulheres em diversos países do mundo.

A replicação de um mesmo protesto em diversos lugares do mundo pode parecer, a princípio, pouco efetiva, já que os problemas enfrentados pelas mulheres em seus países e regiões diferem em natureza, em magnitude, em ordem política e econômica. Entretanto, pode-se perceber diversas traduções e adaptações locais a partir da manifestação *#UnVioladorEnTuCamino*, que aconteceu em 2019.

O último caso estudado surge a partir de uma notícia de gravidez em uma criança vítima de estupro, mas ganha notoriedade midiática e discussão social por conta do debate sobre o aborto. A *hashtag #GravidezAos10Mata* marcou uma série de protestos a favor da garantia do direito ao aborto previsto em lei, no caso de estupro. A manifestação surgiu justamente por haver um debate e um questionamento quanto ao aborto, por parte de líderes de opinião, da população em geral, e ainda pelo fato de um hospital se recusar a realizar o procedimento. Essa

série de acontecimentos demonstra como nem só o direito previsto e a criação de leis são suficientes para que as causas feministas sejam implementadas, mas sim, existe um problema na efetivação de que esses direitos sejam colocados em prática e as leis sejam respeitadas e aplicadas. Acredita-se ser possível relacionar diretamente o protesto mediado pela *hashtag* #GravidezAos10Mata, e a cobertura midiática do acontecimento, à garantia do procedimento do aborto assegurado por lei.

O estudo do caso revelou ainda uma relação com a *hashtag* #UnVioladorEnTuCamino em uma das manifestações sociais realizadas. A música original foi adaptada ao caso da gravidez fruto de estupro. O que revela como essa manifestação que se originou no Chile inspirou diversos outros protestos feministas, sofrendo alterações não só em sua música e coreografia, mas também se adaptando toda a problemas específicos e questões locais. É possível ainda conjecturar que, em 2019, no Chile, tenha sido criado um novo símbolo feminista, que será ressignificado e adaptado ao longo dos anos em novos protestos e manifestações feministas.

A partir dos quatro estudos de casos das *hashtags* abordadas, pode-se refletir então sobre a atuação net-ativista do movimento feminista nos últimos anos. Além de ter sido possível destacar elementos específicos em cada uma das manifestações, como a origem da Primavera das Mulheres, a utilização do humor como forma de protesto, a dimensão paradoxal global e local dessas manifestações, as músicas utilizadas nos protestos e a retomada da discussão sobre o aborto. Na bibliografia sobre a metodologia de estudo de caso (GIL, 2002; DUARTE e BARROS, 2005), encontra-se que, apesar desta metodologia ser muitas vezes aplicada a um caso único, o estudo de múltiplos casos é previsto por ela, e inclusive, corrobora para a elaboração de uma pesquisa de maior qualidade, pois o estudo de múltiplos casos “proporciona evidências inseridas em diferentes contextos” (GIL, 2002, p. 139).

O autor destaca também que a utilização de múltiplos casos pode apresentar desafios à pesquisa, uma vez que “requer uma metodologia mais apurada e mais tempo para coleta e análise dos dados, pois será necessário reaplicar as mesmas questões em todos os casos” (GIL, 2002, p. 140). Nesse sentido, após analisar cada um dos casos em sessões separadas, construiu-se um quadro (Tabela 4), a fim de investigá-los a partir dos mesmos parâmetros, para gerar um entendimento mais geral e global deste tipo de organização feminista por meio de *hashtags*. A construção desse quadro comparativo não se fez com o intuito de atribuir juízo de valor a cada um dos casos, mas sim, delimitar categorias comuns para análise, a fim de perceber inferências sobre suas convergências, divergências, e o que eles revelam sobre o todo – a mobilização feminista por meio de *hashtags* – quando colocados juntos.

Os parâmetros foram estabelecidos após o estudo de cada um dos casos, de forma que foi possível, assim, a partir da análise, notar as informações e dados provenientes das manifestações marcadas pelas *hashtags* que poderiam ser agrupados às categorias dentro de uma tabela. Assim, definiu-se as seguintes categorias: **(1) Versões da hashtag** – em que se descreve traduções a outras línguas e diferentes alterações na grafia com algum propósito; **(2) Temática/Protesto feminista** – que se refere ao tema, questão ou protesto relacionado à causa feminista a que essa *hashtag* faz alusão; **(3) Dimensão transmídia** – nessa categoria se apresenta se a *hashtag* em questão atuou em uma lógica transmídia; **(4) Relação direta a manifestações nas ruas** – pontua-se se é possível relacionar a *hashtag* analisada a um protesto na rua, ou se sua dimensão se ateve somente aos protestos digitais; e por fim, **(5) Associação a outras *hashtags* feministas** – a partir dos dados coletados no estudo de casos, destaca-se se cada uma das *hashtags* analisadas foi mencionada em outras postagens junto a outras *hashtags* também feministas.

Tabela 4 - Quadro comparativo de análise do estudo de casos das *Hashtags* Feministas

#PrimeiroAssédio (2015)				
Diferentes versões da hashtag	Temática/Protesto feminista	Dimensão transmídia	Relação direta a manifestações nas ruas	Associação a outras hashtags feministas
Foi traduzida para o inglês como #FirstHarrassement.	Protestos e depoimentos sobre o assédio sexual e a pedofilia.	Hashtag surgiu em resposta a assédios online cometidos contra uma criança participante de um programa de televisão.	Autoras feministas apontam que as mobilizações feministas que levaram as mulheres as ruas em 2015 e 2016, surgiram a partir dessa hashtag.	Frequentemente mencionada junto a: #PrimaveraDasMulheres, #MulheresContraCunha, #AgoraÉQueSãoElas e #MeuAmigoSecreto
#BelaRecatadaEDoLar (2016)				
Diferentes versões da hashtag	Temática/Protesto feminista	Dimensão transmídia	Relação direta a manifestações nas ruas	Associação a outras hashtags feministas
Diversas versões diferentes circularam em tom de protesto e humor. Entre elas, destaca-se: #BelaRecatadaEdoBar e #BelaCientistaEdoBar.	Protesto contra o enquadramento machista da matéria da Revista Veja sobre Marcela Temer, a esposa do então vice-presidente Michel Temer.	A hashtag foi utilizada não só em protestos online. Suas versões viraram também título de música, publicidade de cerveja e título para premiação científica.	Não foram encontradas menções bibliográficas que relacionem manifestações na rua a essa hashtag.	A hashtag foi frequentemente associada a diferentes versões que surgiram a partir dela mesma.
#UnVioladorEnTuCamino (2019)				
Diferentes versões da hashtag	Temática/Protesto feminista	Dimensão transmídia	Relação direta a manifestações nas ruas	Associação a outras hashtags feministas
Foi traduzida para várias línguas. Em português: #OEstupradorÉVocê. Além disso, a própria música cantada no protesto também teve tradução para diversos idiomas.	Protesto e denúncia de forma geral contra o patriarcado, a violência contra a mulher, o estupro e outras violências simbólicas de gênero.	A hashtag surgiu em um protesto na cidade de Valparaíso no Chile. A partir de uma filmagem postada online, inspirou diversos outros protestos ao redor do mundo.	A própria hashtag surgiu após a manifestação nas ruas do Chile. Identificada pelo título do protesto. As diversas manifestações pelo mundo, foram postadas também com a hashtag.	Foi associada junto a versões dela mesma em outras línguas, e outras hashtags locais, como: #MeToo nos Estados Unidos, e #JustiçaPorMariFerrer no Brasil.
#GravidezAos10Mata (2020)				
Diferentes versões da hashtag	Temática/Protesto feminista	Dimensão transmídia	Relação direta a manifestações nas ruas	Associação a outras hashtags feministas
A hashtag #GravidezAos10Mata foi utilizada em algumas publicações por um erro na informação acerca da idade da menina vítima do crime de estupro.	Protesto a favor de assegurar o direito legal de uma criança vítima de estupro, em realizar o procedimento do aborto. O tema da descriminalização do aborto de forma geral também foi abordado.	A partir da divulgação online de dados sobre a realização do procedimento de aborto, houveram manifestações hostis, e também em apoio, no hospital onde aconteceria o abortamento.	Existiram diversas manifestações em apoio a menina e sua família, não só no hospital como também em outros locais do Brasil.	Posts associados à #SaraWinterNaCadeia contra a ativista que divulgou dados do caso. Associação a #OEstupradorÉVocê, #CriançaNãoÉMãe, #EstupradorNãoÉPai, #AbortoLegal e #NemPresaNemMorta Em posts que mostram manifestações nas ruas.

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A partir da tabela é possível traçar algumas conclusões acerca das *hashtags* analisadas. A partir da categoria **(1) Diferentes versões da hashtag**, percebe-se, naquelas que foram traduzidas, que elas apontam para o teor global que essas manifestações feministas apresentam. Enquanto aquelas que sofreram alterações para expressar uma não conformidade revelam como as poucas palavras presentes nas *hashtags* já formam um discurso que faz parte do próprio protesto. Por vezes, funcionam como um *slogan* de um protesto, uma expressão que marca e une uma manifestação, e, outras vezes, representam uma frase utilizada para agrupar uma série de depoimentos e acontecimentos.

Já ao analisar a categoria **(2) Temática/Protesto feminista**, é possível comprovar o que já foi apontando por Hollanda (2018) anteriormente como uma das principais características das manifestações feministas de origem digital. Elas surgem a partir de um caso específico, e assim amplia-se a discussão para temas mais gerais, ou ainda, começam de uma dimensão local e expandem-se para o global. Os temas apresentam similaridades dentro das questões de gênero, ora se apoiando em discussões e reivindicações específicas, ora abrindo essas questões para questionar justamente os poderes e instituições que mantêm as dinâmicas patriarcais.

Na categoria **(3) Dimensão transmídia**, percebe-se como todas essas *hashtags* atuaram e circularam em uma lógica transmídia. Por vezes, essa dimensão transmídia foi crucial para que as manifestações se expandissem entre fronteiras geográficas e de diferentes mídias, em outros casos, a circulação transmídia ocorreu a partir da transposição de manifestações *online* às ruas, e em outros ainda, a partir da apropriação da *hashtag* para outros fins que não a manifestação ou protesto, como em músicas e publicidades. Percebe-se também que todas *hashtags* se relacionam a uma mídia de maneira direta.

Já na categoria **(4) Relação direta a manifestações nas ruas**, foi possível relacionar diretamente algumas *hashtags* a manifestações que ocorreram nas ruas. Não só em bibliografias auxiliares, mas também a partir da própria cobertura midiática. O que ainda revela que a mídia tradicional apresenta as manifestações feministas que se transportam às ruas com mais visibilidade do que aquelas que apenas acontecem no ambiente digital.

Por fim, na categoria **(5) Associação a outras hashtags feministas**, percebeu-se uma correlação entre diversas *hashtags*, inclusive as citadas. Com o passar dos anos, as manifestações retomam *hashtags* já utilizadas, e nesses materiais é possível inferir que essa associação é feita pela afinidade do assunto abordado a outras *hashtags*, ou até mesmo, a partir da compreensão subentendida de que todas fazem parte de um movimento unificado.

Logo, a partir do quadro comparativo de análise do estudo de casos das *hashtags* feministas, além da bibliografia consultada quanto aos movimentos sociais que se desenvolvem e atuam nos ambientes digitais, foi possível elencar algumas características do movimento feminista contemporâneo por meio de *hashtags*, entendido como um fenômeno que se desenvolve de forma plural:

- **Caracteriza-se como um movimento global, internacionalizado** – as redes sociais digitais são utilizadas para organizar manifestações no espaço público, convidar atores sociais a participarem e ainda são utilizadas para compartilhar vídeos e fotos de tais manifestações, que podem inspirar novos protestos feministas em diferentes locais;
- **Os protestos mais populares acontecem como reação a um acontecimento** – a partir de situações específicas, acontecem manifestações contra ou a favor desses casos. Entretanto, nestes protestos, aborda-se também temas gerais e reivindicações feministas que fazem parte de sua pauta desde as primeiras organizações do movimento;
- **A popularidade dos protestos é explorada para diversos fins** – é possível encontrar diversas adaptações e adesões aos protestos feministas em produtos, discursos e conteúdos em geral que se utilizam do potencial de “viralização” das *hashtags* e da popularidade dos protestos para impulsionar diferentes produções;
- **As *hashtags* circulam de forma transmídia e se associam umas às outras** – entende-se que os casos das manifestações feministas por *hashtags* fazem parte de um mesmo fenômeno, que compartilha similaridades nos temas que são abordados, na circulação que ocorre em diversas mídias e na associação a manifestações que ocorrem nas ruas. Logo, para a compreensão de cada uma das *hashtags* feministas, não se pode estar limitado apenas ao estudo de caso único, e nem se ater apenas ao estudo de suas dinâmicas de circulação no ambiente digital.

6 CONCLUSÃO

A presente dissertação se propôs a discutir sobre as mobilizações feministas por meio de *hashtags*, que foram entendidas como um fenômeno plural, a partir da realização do estudo de caso de quatro *hashtags* – *#PrimeiroAssédio*, *#BelaRecatadaeDoLar*, *#UnVioladorentuCamino*, *#GravidezAos10Mata* – que marcaram protestos e manifestações feministas entre os anos de 2015 e 2020.

Durante a sua realização, a pesquisa apoiou-se em conceitos diversos a fim de construir uma visão crítica e ampla sobre a temática. Primeiramente, apresentou-se uma compreensão histórica do movimento feminista, suas dinâmicas de organização e mobilização no Brasil, os conceitos acerca da atuação do feminismo em meios digitais, e por fim, realizou-se uma pesquisa em estado da arte em midiativismo feminista. Na produção do capítulo acerca o feminismo, consultou-se livros e artigos diversos sobre o tema, entretanto, essas produções foram sempre confrontadas à literatura feminista adotada como base nessa dissertação: as obras de Simone de Beauvoir (1960), Angela Davis (2016), Bell Hooks (2018) e Heloísa Buarque de Hollanda (2018).

A partir dos conceitos estudados acerca o movimento feminista e sua atuação ao longo do tempo, percebeu-se como esse movimento social tem se organizado e se adaptado às dinâmicas sociais e políticas em diversos períodos históricos. Sua atuação midiativista, por exemplo, data de muito antes da incorporação das redes sociais digitais no cotidiano das pessoas, uma vez que se tem registro de protestos feministas em jornais desde o início do século XX.

A breve revisão histórica do movimento também apontou para diversas conquistas de direitos das mulheres, que foram alcançadas por meio da organização de ações e protestos feministas das mais diversas naturezas. Essa alusão ao passado foi importante para a compreensão da organização do feminismo em rede como conhecemos hoje. Compreende-se que o feminismo se organiza em rede desde a primeira onda, marcada principalmente pelo Movimento das Sufragistas, uma vez que redes sociais não são necessariamente digitais. Foi possível perceber, desde a primeira onda, o agrupamento de mulheres em diversos locais. Conectadas pela defesa de seus direitos e reivindicações de suas pautas, essas mulheres, ainda no século XIX, começaram a construir um tecido social dentro de um movimento de atuação internacional, que atuava como uma rede social. Um exemplo dessa atuação internacional, foram as manifestações no dia 8 de março de 1911, em que mulheres foram às ruas protestar

por seus direitos em diversos países, antes mesmo do reconhecimento oficial da data como o Dia Internacional da Mulher.

Foram discutidos e explorados conceitos ligados à midiatização (BRAGA, 2012; HJARVARD, 2012, 2014; FAUSTO NETO, 2008); à centralidade midiática; e aos campos sociais (BOURDIEU, 1998; RODRIGUES, 1990; 1999), que confirmaram a existência de uma relação interdependente entre sociedade e mídia. A partir do entendimento da mídia como uma instituição, ou um campo social, que se encontra no centro das demais instituições e campos, notou-se que as manifestações como as estudadas, que se utilizam de recursos midiáticos para se organizarem, ampliarem seu alcance e efetivamente realizarem protestos, podem influenciar e ter impacto em diferentes âmbitos sociais.

Confirmou-se também, que os novos estilos de vida do século XXI e a centralidade midiática, que trouxeram mudanças à comunicação e às relações sociais, alteraram também as dinâmicas de organização do feminismo. Mais do que apresentar uma definição de um esmaecimento ou fortalecimento do movimento nesse contexto, destacou-se, a partir das novas formas de identificação social e das novas ferramentas digitais que permitem a união de grupos e a realização de protestos, o surgimento de um novo momento para o movimento feminista. Definido por algumas bibliografias como a terceira onda feminista, é nesse período caracterizado pela sua complexidade e contradições que se inserem as *hashtags* feministas abordadas nessa pesquisa.

A partir do estudo de casos múltiplos tecidos nesta pesquisa, foi possível entender as mobilizações feministas por meio de *hashtags* com um fenômeno que, apesar de plural, apresenta características em comum. Definiram-se então algumas particularidades que caracterizam esse movimento. São elas: um movimento global, internacionalizado; os protestos mais populares acontecem como reação a um acontecimento; a popularidade dos protestos é explorada para diversos fins; e, as *hashtags* circulam de forma transmídia e se associam umas às outras.

Durante todo o percurso da pesquisa, procurou-se investigar como se configura a mobilização feminista por meio de *hashtags* diante da sociedade e dos movimentos sociais organizados. O que se pôde observar foi que nos casos analisados cada *hashtags* está diretamente ligada à mídia. Em *#PrimeiroAssédio*, o protesto surge a partir de um programa de televisão, *#BelaRecatadaeDoLar*, a *hashtag* é expressa como resposta a uma matéria de revista, *#UnVioladorenTuCamino*, foi uma manifestação filmada, fotografada e amplamente difundida

nas redes sociais digitais, e #GravidezAos10Mata, surge a partir da ampla divulgação do caso em telejornais brasileiros.

Entende-se então, que conforme já destacado nas características desse fenômeno, a utilização das *hashtags* torna possível que os grupos se mobilizem e ocupem diversos espaços, físicos e digitais, e a atuação transmídia ativista dessas *hashtags* faz mais do que expandir narrativas, influencia também em ambientes sociais e apresenta novas possibilidades de alcance ao feminismo.

A partir do levantamento de produções de diversas naturezas, que dialogam com as narrativas criadas pelas *hashtags* feministas em sua construção de sentido, como publicidades, músicas, livros, *memes*, notou-se que muitas vezes os protestos inscritos nessas *hashtags* são ressignificados, e até mesmo esvaziados, de forma a se encontrar produtos e “conteúdos” que se apropriem do acontecimento e da popularidade que envolve à *hashtag* para promover outro fins.

Buscou-se também, durante toda a realização do trabalho, a compreensão acerca do processo comunicacional das *hashtags* feministas e os seus desdobramentos na esfera social. A hipótese de que seria possível relacionar diretamente uma *hashtag* a um desdobramento social, como uma manifestação social, à mudança de uma política ou lei, foi negada. Descobriu-se que as relações entre causa e efeito dos protestos mediados pelas *hashtags* são mais subjetivas do que se antecipava.

Entretanto, a hipótese de que essas *hashtags* apresentavam um potencial de circulação transmídia foi confirmada. Realizou-se uma extensa pesquisa sobre o tema ativismo transmídia, que não é tão difundido dentro da comunidade científica, e encontrou-se sua relação ao termo cunhado por Jenkins (2009a), ao jornalismo transmídia, além de terem sido apresentados alguns exemplos de experiências em jornalismo transmídia que também podem ser tidas como experiências em ativismo transmídia.

A discussão conceitual apresentou pistas quanto à circulação das *hashtags* estudadas, e esses indícios foram confirmados a partir da realização do estudo de casos e destacadas no quadro comparativo (Tabela 4). A definição de ativismo transmídia se configura como um fenômeno que permite a criação de grupos virtuais com interesses em comum, que por meio de diversas plataformas, utilizam de narrativas e histórias com o intuito de chamar à luta por uma causa, para efetuar uma mudança social (GREGOLIN, 2012; JENKINS, 2009b). Assim, pode-se constatar que essas *hashtags* funcionam, sim, em uma lógica de circulação transmídia, ou

ainda atuam como parte de uma experiência em ativismo transmídia, uma vez que essas definições condizem com os casos apresentados.

Ao debater sobre a atuação do movimento feminista nos ambientes digitais, em um contexto de centralidade midiática, ressaltou-se também como esses espaços midiáticos podem ser utilizados para formas de reconhecimento entre mulheres, e também de reconhecimento recíproco. A partir da afirmação da política da identidade, entende-se como é importante para grupos minoritários ou em situação de vulnerabilidade afirmarem uma identidade cultural por meio da identificação em características como o gênero, e a mídia pode oferecer um espaço de potencialização do reconhecimento entre mulheres que se identificam com o discurso e representação de pautas feministas nesse espaço.

Destacou-se a relevância dessas manifestações feministas e de sua atuação por diversas mídias, por apresentarem temas sociais importantes, como o assédio sexual; pedofilia; machismo; violência contra a mulher; estupro; aborto; dentre outros temas que continuam representando um problema para todo o tecido social, como já evidenciado a partir dos dados apresentados anteriormente. Além de evidenciar esses temas sociais para discussão à sociedade, elas trazem visibilidade ao movimento feminista, que pode oferecer espaços de ajuda e acolhimento a mulheres em situações vulneráveis.

Apresenta-se aqui resultados que representam apenas um recorte do complexo movimento feminista, que atua no ambiente digital e é entendido por diversos termos e conceitos, por vezes como movimento de terceira onda; de quarta onda; net-ativista; ativismo transmídia; ciberfeminista; entre outros. Logo, a pesquisa acrescenta uma contribuição ao campo da comunicação, ao trazer apontamentos acerca da circulação de discursos; narrativas; e protestos que se utilizam da mídia para sua potencialização e realização, discutindo também sobre o papel simbiótico e de influência entre mídia e sociedade. E também para os estudos do feminismo, destacando um estudo de casos de quatro manifestações inscritas em um mesmo fenômeno feminista, que se desenvolveram nos últimos anos.

Entende-se que existem diversas outras questões que podem ser estudadas e exploradas em diferentes pesquisas que busquem também discutir sobre a relação do feminismo com a mídia. Após a realização dessa dissertação, no entanto, recomenda-se a utilização da metodologia de estudo de casos múltiplos para que possa contar, ao mesmo tempo, com uma visão ampla dos acontecimentos, podendo-se relacionar elementos entre eles, mas também proporcionando um entendimento das especificidades de cada caso.

Espera-se que a partir do estudo de casos realizado e das características elencadas, esta pesquisa, mesmo que timidamente, se configure como capaz de gerar reflexões acerca da relação entre o feminismo e a mídia. Acredita-se que as manifestações por meio de *hashtags*, aqui estudadas e apresentadas, representam não só um fenômeno inscrito no movimento feminista, como também evidenciam um avanço nas questões feministas inseridas na mídia. Entretanto, entende-se que existe ainda espaço para muitas melhorias no tratamento destas questões, uma vez que, muitas vezes, os protestos são explorados e ressignificados para fins contrários aos almejados. Espera-se que novas pesquisas sejam realizadas nessa temática, buscando a investigação de como as novas dinâmicas de mídia e processos sociais têm se organizado perante o movimento feminista, e como esses novos processos têm influenciado as próprias pautas do movimento.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ASSIS-LIMA, M. A. **Interferência cultural**: ativismo, mídia e arte. E-Compós, v. 17, n. 1, 30 ago. 2014.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista, 1992. **Revista Estudos Feministas**, ISSN 1806-9584, Florianópolis, Brasil. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15804>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacres et simulations*. Paris: Galilée, 1981
- BBC NEWS BRASIL, 2015. **Campanha brasileira inspira hashtag em inglês sobre primeiro assédio sexual** [Recurso Eletrônico]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_c>. Não paginado. Acesso em 13 out. 2020.
- BBC NEWS MUNDO, 2019. **'O estuprador é você'**: o que pensam as criadoras do hino feminista que virou fenômeno global [Recurso Eletrônico]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-50711095>>. Não paginado. Acesso em: 15 fev. 2020.
- BBC TRENDING, 2015. **Brazilian women react after sexual comments are directed at a 12-year-old girl** [Recurso Eletrônico]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/blogs-trending-34744598>> . Não paginado. Acesso em 13 out. 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BLAY, Eva Alterman. **8 DE MARÇO: CONQUISTAS E CONTROVÉRSIAS**. **Revista ESTUDOS FEMINISTAS**. 2001, vol.9, n.2, pp.601-607.
- BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Ressignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.27, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n248405>>. Acesso em 02 nov. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BOYLE, Karen. **#MeToo, Weinstein and Feminism** [Recurso Eletrônico]: Springer International Publishing, 2019. Não paginado.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação e Mdiatização**: livro da XX Compós. Salvador: EDUFBA, 2012, p.31-52.
- BREEN, Marta; JORDAHL, Jenny. **Mulheres na luta** - 150 anos em busca de liberdade, igualdade e sororidade. Editora Seguinte, 2019.

CAMPOS, Raquel Discini De. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940):** representação e história, Araraquara – São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102331>>. Acesso em: 20 abr 2019

CANAVILHAS, João. Jornalismo Transmídia: um desafio ao velho ecossistema midiático, In *Periodismo Transmedia: miradas múltiplas*, 53-68, ISBN: 978-958-738-1. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2013.

CARTA CAPITAL, 2019. “**O estupro é você**”: música feminista contra violência percorre o mundo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-estuprador-e-voce-musica-feminista-contra-violencia-percorre-o-mundo/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança** [Recurso Eletrônico]: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Não paginado.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CORREIO BRASILIENSE, 2019. **Um estupro em seu caminho: ato feminista mundial chega a Brasília**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/12/12/interna_cidadesdf,813523/um-estuprador-em-seu-caminho-ato-feminista-mundial-chega-a-brasil-shtml> Acesso em 20 jan. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [Recurso Eletrônico]. Boitempo Editorial, 2016. Não paginado.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. – São Paulo: Contexto, 2007.

DI FELICE, Massimo. Net-ativismo e Ecologia da ação em contextos reticulares. **Revista Contemporânea | comunicação e cultura - v.11 – n.02 – mai-ago 2013a – p. 267-283**. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/8235>> Acesso em: 13 nov. 2019.

DI FELICE, Massimo. REDES SOCIAIS DIGITAIS, EPISTEMOLOGIAS RETICULARES E A CRISE DO ANTROPOMORFISMO SOCIAL. **Revista USP**, [S. l.], n. 92, p. 6-19, 2012. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i92p6-19. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34877>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **MATRIZES**, v. 7, n. 2, p. 49-71, 2013b. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v7i2p49-71. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69406>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

DIREITOS HUMANOS USP, 2020. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>>. Acesso em 03 dez 2020.

DOS SANTOS, Márcio Carneiro. Existe jornalismo transmídia? considerações sobre o reuso

de conceitos. **Revista GEMInIS**, São Carlos, UFSCar, v. 8, n. 3, pp.136-149, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/308>> Acesso em: 5 jul. 2019

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

ESCALLIER, Christine. Prefácio brasileiro da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã *in* **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de Olympe de Gouges Funchal** [Recurso Eletrônico], ed. Nova Delphi, 2010. Não paginado.

ESTADO DE MINAS, 2020. **Aborto de menina de 10 anos é alvo de protestos no recife**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/08/16/interna_nacional,1176632/aborto-de-menina-de-10-anos-e-alvo-de-protestos-no-recife.shtml>. Acesso em: 15 out. 2020.

EVANS, Elizabeth. ***The Politics of Third Wave Feminisms: Neoliberalism, Intersectionality, and the State in Britain and the US***. London: Palgrave Macmillan, 2015.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma “analítica” da mediatização. **MATRIZES**, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p89-105. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38194>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002>. Acesso em: 5 jun 2019.

G1 GLOBO, 2020a. **Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>>. Acesso em: 30 nov 2020.

G1 GLOBO, 2020b. **Menina de 10 anos engravida depois de ser estuprada em São Mateus, no ES**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/08/08/menina-de-10-anos-engravida-depois-de-ser-estuprada-em-sao-mateus-es.ghtml>>. Acesso em: 30 out. 2020.

G1, 2015. **Centenas fazem manifestação contra Eduardo Cunha em Belo Horizonte**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/centenas-fazem-manifestacao-contru-eduardo-cunha-em-belo-horizonte.html>> Acesso em 05 jul. 2019.

G1 GLOBO NEWS, 2019. **Marcha feminista criada no Chile vira hino em manifestações pelo mundo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/t/todos-os-videos/v/marcha-feminista-criada-no-chile-vira-hino-em-manifestacoes-pelo-mundo/8142663/>>. Acesso em 20 jan. 2020.

GÊNERO E NÚMERO, 2020. **Pouco dinheiro gasto por ministério de Damares em 2020 impacta mulheres e LGBT+ e gera temor sobre futuro da pasta**. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/orcamento-damares-2020-mulheres-lgbt/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GÊNERO E NÚMERO, SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2020. **Sem Parar**: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Disponível em: <<http://mulheresnapanidemia.sof.org.br/>>. Acesso em 17 jan. 2021.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GILLIS, HOWIE E MUNFORD. *Third-wave feminism* [Recurso Eletrônico]: *a critical exploration*. 2004. Springer International Publishing. Não paginado.

HJARVARD, S. Miatização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

HJARVARD, S. Miatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38327>. Acesso em: 21 nov. 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista** [recurso eletrônico]: Arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Não paginado.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais / Tradução de Luiz Repa. - São Paulo: Ed: 34, 2003. 296 p.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / tradução Ana Luiza Libânio. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Não paginado.

HUFFINGTON POST, 2015. **18 Women Share The First Time They Were Harassed**. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/women-first-harassed-twitter_n_7463626>. Acesso em 13 out. 2020.

HUFFINGTON POST, 2016. **Women In Brazil Stand Up To Sexual Harassment**. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/brazilian-women-stand-up-to-harassment_n_5751d2d5e4b0c3752dcd8d93?ncid=engmodushpimg00000004>. Acesso em: 13 out. 2020.

JENKINS, H., GREEN, J e FORD, S. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo, Editora Aleph, 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009a.

JENKINS, Henry. *Telling Stories* [Recurso Eletrônico]: *Lina Srivastava Talks About Transmedia Activism (Part One)*. 2016. Disponível em: <<http://henryjenkins.org/blog/2016/01/telling-stories-lina-srivastava-talks-about-transmedia-activism-part-one.html>>. Não Paginado. Acesso em: 02 nov. 2020.

JENKINS, Henry. **The revenge of the origami unicorn**: Seven principles of transmedia storytelling. Henry Jenkins (Blog). 2009b. Disponível em: <http://henryjenkins.org/2009/12/the_revenge_of_the_origami_uni.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia** - Estudos Culturais: Identidade e Política entre o Moderno e o Pós-Moderno. Bauru: EDUSC, 2001. 452 p.

LAZARD, Lisa. **Sexual Harassment, Psychology and Feminism** [Recurso Eletrônico]. Springer International Publishing, 2020. Não paginado.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulos Editora, 2010.

LONGHI, Raquel Ritter; FLORES, Ana Marta M.. Narrativas webjornalísticas como elemento de inovação: casos de Al Jazeera. Folha de S.Paulo. The Guardian. The New York Times e The Washington Post. Intercom, **Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 21-40, Apr. 2017. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2635/2028>>. Acesso em 12 jul. 2019.

MARQUES, João Carlos. **A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)**. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MOLONEY, Kevin Timothy, **Porting Transmedia Storytelling to Journalism** (2011). Electronic Theses and Dissertations. 440. Disponível em: <<https://digitalcommons.du.edu/etd/440/>>. Acesso em 12 jul. 2019

NATALINO, Larissa Rodrigues. Índícios de violência simbólica de gênero no discurso da Revista Veja sobre as primeiras-damas de 1995 e 2016. **Revista Temática**. v. 16 n. 12 (2020): Dezembro. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/56498>>. Acesso em: 5 jan. 2021

PERNISA JÚNIOR, Carlos. **A circulação no jornalismo: o terceiro polo em busca de seu espaço**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 115p.

PORTAL DE NOTÍCIAS UOL, 2020. **Grupo vai a hospital para defender aborto legal de menina de 10 anos**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/08/16/grupo-vai-a-hospital-para-defender-aborto-legal-de-menina-de-10-anos.html>>. Acesso em: 15 out. 2020

RECUERO, Raquel. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.

RECUERO, Raquel. O CAPITAL SOCIAL EM REDE: COMO AS REDES SOCIAIS NA INTERNET ESTÃO GERANDO NOVAS FORMAS DE CAPITAL SOCIAL. **Revista CONTEMPORANEA** | comunicação e cultura - v.10 – n.03 – set-dez 2012 – p. 597-617 | ISSN: 18099386. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6295/0>>. Acesso em: 8 set. 2020.

REIF, Laura. Radical, liberal, interseccional... Conheça as principais vertentes do feminismo. **Revista AZMINA**, 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhec-as-principais-vertentes-do-feminismo/>>. Acesso em 05 dez 2020.

REIS, Josemira Silva. **Feminismo por hashtags**: As potencialidades e riscos tecidos pela rede. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503731675_ARQUIVO_josemirareis_fazendogenerov2.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2020.

RENÓ, Denis. **Discussões sobre a nova ecologia dos meios**. Sociedad Latina de Comunicación Social - La Laguna (Tenerife), 2013.

REVISTA ÉPOCA, 2015. **A Primavera das Mulheres**. Uma nova geração de ativistas toma as ruas e as redes sociais – e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>>. Acesso em: 31 jul 2018.

REVISTA VEJA. **Marcela Temer**: bela, recatada e “do lar”. Juliana Linhares, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 15 set. 2019

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação** - Questão Comunicação e Formas de Sociabilidade. Editorial Presença, Lisboa, 1990.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação. Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>> Acesso em: 22 dez 2019.

Rosen, Ruth. **The World Split Open: How the Modern Women's Movement Changed America**. New York: The Penguin Group, 2000.

SALVETTI, Xenia Miranda. **Imprensa e Publicidade na São Paulo dos anos 20: cotidiano das mulheres pobres**. São Paulo, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27092011-102542/>; Acesso em: 21 abr. 2017.

SANTOS, Alice Porto dos. **O HUMOR COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA NA SÉRIE “MARCHA DOS VADIOS”**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499493041_ARQUIVO_OHUMORCOMOESTRATEGIADERESISTENCIANASERIE.pdf>. Acesso em 02 nov. 2020.

SCHAUN, Angela; SCHWARTZ, Rosana. **O corpo feminino na publicidade: aspectos históricos e atuais**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-da>>

alcar-no-3-agosto-de-2012/O%20corpo%20feminino%20na%20publicidade.pdf>; Acesso em: 28 abr. 2017.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SHULMAN, Alix Kates. **Sex and Power** [Recurso Eletrônico]: *Sexual Bases of Radical Feminism*. 1980. Springer International Publishing. Não paginado.

SIMÕES, Renata Duarte; SIMÕES, Ricardo Duarte; SILVA, Ticiane Ribeiro da. **Mulheres integralistas: enfermeiras "blusas-verdes" a serviço da nação**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 140-149, mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000100016&lng=pt&nrm=iso> acesso em: 27 mar. 2019. Não Paginado.

SOARES, Carmen Lúcia (org). **Corpo e História**. 3 ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

THINK OLGA, 2020. #PRIMEIROASSÉDIO [Recurso Eletrônico]. Disponível em: <<https://thinkolga.com.br/projetos/primeiroassedio/>>. Acesso em: 12 jan. 2021

THOMPSON, Denise. **Radical feminism today**. SAGE Publications Inc, Thousand Oaks, California, 2001.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TOULHOAT, Mélanie. **Usos políticos do humor gráfico nas páginas do jornal Pasquim sob censura (1969-1975)**. II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS, Jun 2013, Belo Horizonte, Brazil. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01502822/document>>. Acesso em: Acesso em 02 nov. 2020.

UNIVERSA UOL, 2020. **Winter expõe nome de menina de 10 anos estuprada e endereço de hospital**. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/16/sara-winter-divulga-endereco.htm>>. Acesso em: 15 out. 2020.

VALENCISE GREGOLIN, M. Vozes nômades: ativismo transmídia e mobilizações sociais. **Revista GEMInIS**, v. 3, n. 1, p. 6-24, 6 ago. 2012.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Edição comentada do clássico feminista. Boitempo Editorial, 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.